

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

MARCELO BARROS DUTRA

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DO JORNAL O GLOBO NA
DÉCADA DE 1980

NITERÓI
2012

MARCELO BARROS DUTRA

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DO JORNAL O GLOBO NA
DÉCADA DE 1980

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mary Del Priore

NITERÓI
2012

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

D978v Dutra, Marcelo Barros.
Violência contra mulher na perspectiva do jornal
O Globo na década de 1980 / Marcelo Barros Dutra
- Niterói, 2012.
183 p.
Bibliografia: p. 101-108

Dissertação apresentada para obtenção do Grau
de Mestre em História - Universidade Salgado de
Oliveira, 2012.
Orientador: Dsc. Mary Lucy Murray del Priore.

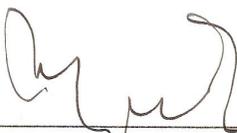
1. Crime contra as mulheres - História - Brasil.
2. Violência contra as mulheres. 3. Jornal - Brasil.
4. O Globo (Jornal). 5. Movimentos feministas. I.
Título.

CDD 362.83

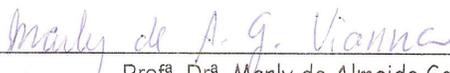
MARCELO BARROS DUTRA

**VIOLENCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DO JORNAL O
GLOBO NA DÉCADA DE 1980**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História aprovada no dia 22 de março de 2012 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.^a. Dr.^a. Mary Lucy Murray Del Priore (Orientador)
Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em História da UNIVERSO



Prof.^a. Dr.^a. Marly de Almeida Gomes Viana
Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em História da UNIVERSO



Prof.^a. Dr.^a. Érica Sarmiento da Silva
Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho a um conjunto formidável de indivíduos que ajudaram a realizar este meu objetivo, os quais são:

Minha esposa Marcia Gualandi de Barros Dutra, pelo apoio irrestrito, encorajamento e quase militar disciplina, sem os quais eu não teria completado esse trabalho.

Ao meu amigo Marcelo Nascimento (Funa), pela amizade, incentivo e disponibilidade em ajudar-me em todas as etapas deste curso de mestrado.

Ao meu irmão Marcio Barros Dutra, que sempre acredita na minha capacidade de superação não importando a complexidade dos obstáculos que possam surgir à minha frente. À sua inabalável confiança, amor e generosidade.

Aos professores que, com talento, competência e simplicidade, alimentaram minha ânsia pelo saber e, ao mesmo tempo, tiveram paciência, e por que não dizer misericórdia, quando de minhas inúmeras demonstrações de ignorância e até de arrogância, nestes dois anos de aprendizado durante o curso de Mestrado em História. Fruto, devo explicar, de minha inesgotável curiosidade e impetuosa inclinação pelas questões polêmicas, isso a partir de um olhar pouco afeito à narrativa histórica formal. Sendo assim, como não valorizar o trabalho brilhante da professora doutora Marly de Almeida Gomes Vianna que, apesar de décadas de experiência em sala de aula me permitiu discutir e explorar algumas das questões dispostas no currículo disciplinar obrigatório, através de ângulos pouco ortodoxos. Me curvo à sua inteligência e senso crítico ímpar.

Agradeço ainda ao meu mestre Lincoln de Abreu Penna, que com enorme disponibilidade me proporcionou uma emocionante e inquietante viagem pela primeira metade do século XX. Respondendo as mais diversas questões propostas por mim sobre as conseqüências daqueles fatos nos anos seguintes e até nos dias de hoje, Lincoln foi fundamental na construção de minha nova perspectiva sócio-político-histórica. Através de suas aulas, acabei

me apaixonando por um período, confesso que me parecia até então nebuloso e pouco interessante. Obrigado por sua generosidade.

Acima de tudo sou grato à professora doutora Mary Del Priore, minha orientadora, que pôs abaixo qualquer sombra de ansiedade ou insegurança que eu pudesse ter. Apesar de todo seu talento e reputação como autora e historiadora Mary soube conduzir o processo de compilação desta obra sem estresse ou cobranças inapropriadas. Graças a sua condução segura e a clareza de objetivos que me foram apresentados, pude vislumbrar a obra completa desde o início de sua gestação. Segui seus conselhos e, creio que pude utilizar minha experiência em texto jornalístico sem comprometer o conteúdo de minha tese. Sou seu eterno admirador, acredite!

E, numa posição muito especial,

A Elisiário Benjamim de Souza Lima (Souza), coordenador de arquivo e pesquisas da Infoglobo, conglomerado de empresas de comunicação a qual pertence o Jornal O GLOBO do Rio de Janeiro. Sem sua disposição e envolvimento não seria possível obter o material sobre o qual me debrucei para a realização deste estudo. Seu companheirismo excedeu os limites impostos pela burocracia administrativa. A ele todo o meu reconhecimento. Com sua ajuda pude reter em minhas mãos 10 anos de história impressa nas páginas daquele periódico.

“O mais importante de tudo é nunca deixar de se perguntar. A curiosidade tem sua própria razão de existir .”

Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho resgata as principais características dos casos de violência que vitimavam a mulher carioca na década de 1980, a partir da análise de reportagens, editoriais e artigos publicados neste período nas páginas do periódico **O Globo**, sediado no Rio de Janeiro. Para tanto, narra de forma sucinta a trajetória do jornal desde sua fundação até o momento em que se torna referência na propagação de informação e na construção de um padrão de valores que influenciariam a sociedade carioca, principalmente a classe média. A tese transcorre ainda, mesmo que de maneira breve, sobre o cenário em que estava inserida a mulher nas décadas que antecederam o período proposto como objeto de estudo. O surgimento dos movimentos feministas e o caso do assassinato da socialite Ângela Diniz, que ganhou repercussão nacional e se tornou icônico. Seu marido, Raul Fernando do Amaral Street, o "Doca Street", foi inocentado em um primeiro julgamento sob a argumentação de que o crime havia sido cometido em "defesa da honra", pois ele teria sido traído por Ângela. O caso repercutiu de tal forma que fez com que a mulher brasileira dimensionasse como nunca antes seu papel de vítima na sociedade.

Em seguida, a tese passa a analisar os textos publicados entre janeiro de 1980 e dezembro de 1989 que retratam os mais diversos tipos de abusos contra a mulher. Todos publicados no jornal **O Globo**. A tese mostra como, a princípio, setores da sociedade carioca tinham dificuldade em qualificar a violência contra a mulher devido a um contexto histórico marcado por um gravíssimo preconceito de gênero. Relata os diversos casos de agressão física, violência verbal, assassinatos, estupros e decisões judiciais extremamente equivocadas que acabaram por alimentar o clamor da sociedade carioca por uma justiça mais efetiva. A tese mostra como **O Globo** ampliou a discussão sobre o tema, a partir da escolha de manchetes, títulos, subtítulos e, claro, abordagens editoriais que desqualificava o comportamento violento contra a mulher não importando o contexto.

Por fim, a tese cita algumas das conquistas recentes das mulheres após aquela década significativa, tais como a Lei Maria da Penha, de âmbito nacional.

Palavras-chave: O Globo / sociedade carioca/ movimentos feministas / mulher/
violência / agressão física.

ABSTRACT

This work reviews the main features of cases of violence against women in Rio de Janeiro in the 1980s, using analysis of stories, editorials and articles published during this period in the pages of the newspaper **O Globo**, headquartered in Rio de Janeiro. To accomplish this task, it briefly recounts the history of the newspaper since its founding to the time when it emerged as a reference that spread information and built a set of values that would influence Rio's society, especially among the middle class. The thesis also discusses, even if briefly, the scenario in which women were placed in the decades prior to the period proposed as the object of study. It also explores the emergence of feminist movements and the murder of socialite Angela Diniz, which gained national attention and became iconic. Her husband, Raul Fernando Amaral Street, (the "Dock Street") was first acquitted in a trial on the grounds that the crime had been committed in "defense of honor" because Angela had betrayed him. The case resonated in such a way that created the dimensional role of the Brazilian woman as a victim in society.

Later, the thesis examines texts published in **O Globo** between January 1980 and December 1989 that depict various types of abuse against women. The thesis shows how, at first, sectors of Rio's society had difficulty qualifying violence against women due to a historical context marked by a serious gender bias. It reports the number of cases of physical assault, verbal abuse, murder, rape and extremely misleading judgments that eventually fed the cry of Rio society for more effective justice. The thesis shows how **O Globo** has extended the discussion on the subject, through its choice of headlines, titles, subtitles and of course, editorial approaches that disqualified violent behavior against women no matter the context.

Lastly, the thesis cites some recent achievements of women over the past decade on the national level that significant, such as the Maria da Penha Law.

Keywords: O globo / Rio's society / feminist movements / women / violence / physical assault.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO UM – A MULHER ATRAVES DOS TEMPOS.....	16
1.1. Uma história de discriminação.....	16
1.2. Violência de gênero.. ..	18
1.3. Movimentos feministas.....	27
1.4. Data que marcaram o movimento feminista.....	31
1.5. Quem ama não mata.....	36
1.6. Mulheres na década de 1980 e feministas históricas.....	38
CAPÍTULO DOIS – O GLOBO E SUA HISTÓRIA.....	42
2.1. Raízes da notícia.....	42
2.2. O jornal de consolida.....	43
2.3. O apoio à ditadura e o padrão global.....	44
CAPÍTULO TRÊS – PÁGINA ESCRITA A SANGUE	49
3.1. Sob o domínio do medo.....	49
3.2. Descaso, omissão e constrangimento.....	70
3.3. Tortura, agressão e assassinatos.....	85
3.4. Lei Maria da Penha e cenário atual.....	95
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	102
ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

“O estudo da notícia é uma das maneiras de analisar as ideologias em atuação na mídia, já que o principal produto do jornalismo está sujeito a filtros ideológicos e pode ser usado na crítica sistemática à democracia (system blame), feita pelos meios de comunicação” afirma em artigo publicado em 2006 Thaís de Mendonça Jorge¹.

Com base na afirmação acima, o objetivo deste estudo é mostrar como um meio de comunicação direcionado às elites cariocas, o tradicional jornal O Globo – há pelo menos cinco décadas um dos mais influentes periódicos do país - noticiou a violência praticada contra a mulher nos seus mais variados aspectos no período que corresponde exclusivamente à década de 1980. O projeto detalha importantes mudanças e conquistas sociais deste gênero na sociedade brasileira tendo como pano de fundo a sociedade carioca e suas peculiares características, sempre do ponto de vista do jornal. Ou seja, como o veículo retratou esse caminho percorrido pelas brasileiras naquela década, o que mudou a partir dela até os dias de hoje, o que se supõe que poderá ocorrer nos próximos anos, a partir das conquistas sociais de gênero no Brasil. Para tal, a princípio, o estudo situa a condição da mulher na sociedade brasileira, nas décadas que antecederam o recorte da pesquisa (1980-1989).

A seguir, traço um breve perfil histórico do objeto pesquisado, neste caso O Globo para, ai sim, lançar mão da análise crítica de reportagens, editoriais, manchetes, títulos e subtítulos do periódico bem como de entrevistas que trazem à tona uma perspectiva aproximada dos fatos ocorridos à época. Uma vez que, observando o sistema de escolha da matéria-prima, os fatos, segundo critérios estabelecidos – os valores-notícia, que constituem um código ideológico e cultural incorporado às rotinas da imprensa – é possível saber como a sociedade, sobretudo a carioca, enxergava tais mudanças sócio-culturais.

¹ A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa Thaís de Mendonça Jorge Professora do curso de Jornalismo da UnB (DF).

Por que a pesquisa explora os acontecimentos na perspectiva específica do jornal O Globo? Pelo fato da linha editorial do periódico representar uma parte considerável da ideologia dos intelectuais cariocas da época, já “alimentada” pelas conquistas sociais femininas das décadas anteriores, tais como o direito ao voto e o surgimento da pílula anticoncepcional. Ainda, pelo fato do Globo ser um representante do pensamento das organizações Roberto Marinho que, àquela ocasião, ousava de forma inédita em abordar os direitos e conquistas da mulher a partir de sua programação na TV, vide a novela *Dancin Days*, o seriado semanal *Malu Mulher* e o programa diário matinal *TV Mulher*, todos veiculados pela Rede Globo de Televisão, cada qual com sua contribuição à causa feminina. Abordaremos isso mais à frente de forma detalhada. Acrescentando ainda à pergunta feita por mim acima, é necessário observar que o jornal era, ao lado do *Jornal do Brasil*, o veículo formador da opinião popular na ocasião. Não bastasse o potencial econômico das organizações Globo, na qual as vendas do jornal eram catapultadas pelo sucesso da programação televisiva, (que se traduzia numa disputa acirrada com o *Jornal do Brasil*, bipolarizando a mídia impressa do estado do Rio de Janeiro), por princípio de comunicação, a escolha das palavras para compor a reportagem, o artigo, as manchetes, os títulos, subtítulos, legendas e até mesmo o enquadramento das fotos (ou a subtração da mesma), conduz a uma interpretação perceptível ou não ao objeto ao qual a mensagem é endereçada:

“Frente a um acontecimento, nosso movimento de designação passa por essa tentativa de buscar particularidades para definir o estado de coisas que foi “quebrado” por esse acontecimento. O jornalismo, em sua busca por ordenação da realidade, faz escolhas dentro dos vários corpos e relações para representar aquilo que aconteceu e disponibilizá-lo para o público a partir de uma aproximação daquilo que Deleuze apresenta como indicadores formais: Estes indicadores são: isto, aquilo; ele; acolá; ontem, agora etc. Os nomes próprios também são indicadores ou designantes, mas de uma importância especial porque são os únicos a formar singularidades propriamente materiais”.²

Desta forma é possível afirmar que a abordagem e conteúdo deste veículo em questão contribuíram, se não com a redução dos índices de violência contra a mulher (mais à frente veremos os índices mais recentes no Brasil), de forma inexorável com a criminalização do que antes eram tidos como atitudes banais. O que, por si só, já trouxe à tona a problemática. A partir deste ponto, é possível supor que a violência de gênero, presente na cultura brasileira, teve seu perfil alterado, como mostrarão as pesquisas publicadas, e expostas aqui, mais à frente.

O primeiro capítulo dessa obra aborda, de forma muito breve, alguns aspectos do cenário no qual estava inserida a mulher nos séculos XIX e XX. Que papel ela exercia na sociedade brasileira e como esta posição a submetia, não raro, a condição de vítima de todo tipo de discriminação.

Abordo também as mudanças sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX que possibilitaram a alteração da condição da mulher, entre essas, a descoberta e popularização da pílula anticoncepcional. Cito algumas das mulheres que conquistaram fama e prestígio e que

² DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva. p:23,1982.

escandalizaram o mundo ao fazê-lo. Comento ainda sobre a história do preconceito de gênero e suas raízes culturais.

No segundo capítulo, falo da fundação do GLOBO. Sua linha editorial em princípio e os primeiros passos que o conduziram ao topo das publicações do gênero no país, particularmente no estado do Rio de Janeiro. Este capítulo narra de forma sintética como o jornal acabou se tornando a principal fonte de propagação do ideário das classes dominantes, em particular do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século passado. A representação do poder e a imposição de valores e normas de conduta moral e ética.

Creio ser fundamental abordar essas duas questões nos primeiros capítulos uma vez que estes são respectivamente, o ator principal e o cenário no qual este ator está inserido, formando assim a base de sustentação da trama na qual se desenrola minha pesquisa.

Já a partir do terceiro capítulo, abordo os casos específicos de violência que atingiam a mulher e que ganham as páginas do GLOBO na década de 1980. Casos que ilustram as várias formas de violência que as afligiam (tais como assassinatos, canibalismo, estupro, torturas, perseguição, empalação, escarpelo etc.), a reação da sociedade, movimentos feministas, o descaso dos órgãos públicos entre outros.

Por fim, no fim do terceiro capítulo falo das mudanças legais e os avanços sociais que deram à mulher mais segurança, tais como as delegacias legais e a Lei Maria da Penha, e dos atuais índices de violência de gênero segundo organizações nacionais e mundiais. Concluo com um balanço sobre o tema e sua influência na mulher de hoje.

CAPÍTULO UM

A MULHER ATRAVÉS DOS TEMPOS

1.1. UMA HISTÓRIA DE DISCRIMINAÇÃO

A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica. Por definição, pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher. Não faltam elementos históricos, ou melhor, mitológicos que “explicam” a condição de vítima da mulher. Na Grécia, os mitos contavam que, devido à curiosidade própria de seu sexo, Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em conseqüência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo o tipo de desgraça. Na Bíblia, é Eva que, “cedendo aos apelos da serpente”, traz o pecado ao mundo. Hillel, rabino que foi mentor de Gamaliel, este por sua vez instrutor do Apóstolo Paulo, orava todas as manhãs agradecendo a Deus por ter nascido judeu e homem. Aliás, na cultura hebraica as mulheres e crianças não são nem mesmo contadas. Elas são ainda proibidas de entrar nos templos. Não bastasse a discriminação religiosa há ainda, dentro daquela tradição ortodoxa, limitações religiosas. Uma vez que “sangram” (mestruam), periodicamente, elas são impuras.

Na Grécia Antiga, berço da civilização ocidental e dos conceitos de democracia havia muitas diferenças entre homens e mulheres. As mulheres não tinham direitos jurídicos, não recebiam educação formal, eram proibidas de aparecer em público sozinhas, sendo confinadas em suas próprias casas em um aposento particular (Gineceu), enquanto aos homens, estes e muitos outros direitos eram permitidos:

“...o homem era polígamo e o soberano inquestionável na sociedade patriarcal, a qual pode ser descrita como o ‘clube masculino mais exclusivista de todos os tempos’. Não apenas gozava de todos os direitos civis e políticos, como também tinha poder absoluto sobre a mulher...”³

Em Roma as mulheres nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos. A exclusão social, jurídica e política colocavam a mulher no mesmo patamar que as crianças e os escravos. Sua identificação enquanto sujeito político, público e sexual lhe era negada, tendo como status social a função de procriadora.

A medicina também exerceu seu poder, apregoando até o século XVI a existência de apenas um corpo canônico e este corpo era macho. Por essa visão a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos.

A crença da mulher como um homem invertido e, portanto, inferior, perdurou durante milhares de anos. Dentro dessa visão, a mulher consistia em uma categoria vazia. Apenas quando se configurou na vida política, econômica e cultural dos homens a necessidade de diferenças anatômicas e fisiológicas constatáveis é que o modelo de sexo único foi repensado.

A visão naturalista que imperou até o final do século XVIII determinou uma inserção social diferente para ambos os sexos. Aos homens cabiam atividades nobres como a filosofia, a política e as artes; enquanto às mulheres deviam se dedicar ao cuidado da prole, bem como tudo aquilo que diretamente estivesse ligado à subsistência do homem, como: a fiação, a tecelagem e a alimentação.

No século XIX há a consolidação do sistema capitalista, que acabou por acarretar profundas mudanças na sociedade como um todo. Seu modo de produção afetou o trabalho feminino levando um grande contingente de mulheres às fábricas. Neste processo, contestam a visão de que são inferiores

³ VRISSIMTZIS, Nikos A. Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga. São Paulo: Odysseus, pág 38. 2002.

aos homens e se articulam para provar que podem fazer as mesmas coisas que eles, iniciando assim, a trajetória do movimento feminista.

1.2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No Brasil, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX a projeção do homem que trabalha deixa as mulheres em segundo plano, esquecidas, imersas em péssimas condições de trabalho.

Com a instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país no início do século XX, os hábitos populares mudaram no Brasil. Mas, a mulher continuou a ocupar um lugar secundário na sociedade, com o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina assegurava que a mulher tinha por característica a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais. Cesare Lombrose, com base nesses pressupostos, argumentava que as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência, seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal. Segundo a pesquisadora Rachel Soibet, a lei era usada para “punir” aquelas que não se submetiam aos “hábitos sadios e as boas maneiras” na época:

*“O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e as boas maneiras”, reprimindo seus excessos verbais”.*⁴

A pesquisadora Paola Cappellin Giuliani, argumenta que muitas vezes, as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar.

*“Depois de 1930, o Estado passa a definir os direitos e os deveres relativos à organização das práticas produtivas; aceita as associações profissionais como interlocutoras; reconhece como oficiais as organizações dos sindicatos. Com a criação do Ministério do Trabalho, a legislação trabalhista é promulgada como corpo jurídico válido nacionalmente. Esses atos inauguram no Brasil a constituição da cidadania social. Tal modelo se mantém por três décadas. Até o golpe militar de 1964, a noção de cidadania permanece vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano, priorizando o espaço fabril de produção e mantendo como interlocutores privilegiados os trabalhadores e os empresários das grandes empresas. Se, por um lado, essas ações representam um avanço nas relações de trabalho, antes despojado de mediações, por outro, acabam excluindo a maioria dos trabalhadores”.*⁵

⁴ Soibet, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, Carla Bassanezi (Coord. de textos), Mary Del Priore (org.) História das mulheres no Brasil. 9ª Ed., São Paulo: Contexto, pág 362. 2008.

⁵ Giuliani, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. pág. 640 IN: Priore, Mary Del. (org.). Histórias das Mulheres no Brasil.

A violência contra as mulheres era presença marcante em todo este período no Brasil e perdurou, de forma rotineira. Alimentado pelo processo histórico e cultural, já que naquele momento a postura das classes sociais dominantes era apenas de coerção, os ataques, sobretudo as mulheres pobres, só puderam ser aferidos pela história devido à documentação policial e judiciária. Segundo artigo da pesquisadora Rachel Soibet, os jornais e escritos literários em nada foram úteis na aquisição desse tipo de informações. Os espaços públicos eram reservados para os homens ou apenas para as mulheres acompanhadas. Sozinhas, elas eram agredidas, presas e difamadas.

“Nesse contexto, acentuou-se a repressão contra as mulheres, como foi vivenciada pela jovem Lídia de Oliveira, presa sob a alegação de estar proferindo “palavras ofensivas, na Praça da República, à moral pública”, tendo resistido tenazmente à prisão e produzido lesões corporais nos guardas que buscaram efetivá-la. Na delegacia são das mais ásperas às referências ao comportamento da acusada, chamada de “mulher vagabunda” por um dos guardas-civis. O delegado em seu relatório reforça a imagem moralmente negativa de Lídia. Qualifica-a de “mulher prostituta, desordeira e ébria” que à Praça da República ofendia a moral pública proferindo obscenidades e levantando as roupas, ficando desnudada”. Lídia, porém, teria reagido com “garra”, agredindo a dentadas os guardas. E, no seu depoimento, diz que nada fez para ser presa. Voltava da Festa da Penha e estava se divertindo no Campo de Santana, quando foi maltratada pelos guardas-civis, que a trouxeram e lhe deram pancadas. Era lavadeira e nunca estivera em delegacia. Na pretória, uma das testemunhas, o guarda-civil Reginaldo de Oliveira, deixa escapar o verdadeiro motivo de toda a questão, ou seja, de que Lídia, na Praça da República, fora: “convidada a retirar-se dali, porque existe ordem do Delegado de não permitir a permanência de mulheres ali, não atendeu a essa ordem e começou a dizer palavras obscenas”.

O que fica claro é o empenho das autoridades em impedir a presença dos populares em certos locais, no esforço de “afrancesar” a cidade para o desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostras de “civilização” aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair. No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativos ao seu comportamento; sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência

da violência. O desrespeito as suas condições existenciais traduzia-se em agressões físicas e morais. Foi o que ocorreu, na situação em pauta, através da imputação de Lídia do exercício da prostituição, a mais infamante pecha para uma mulher na época.

Em Florianópolis, no início do século XX, além das tentativas de “reajustamento social” das mulheres dos segmentos populares, havia a preocupação de que adquirissem um comportamento “próprio para mulheres”, marcado pela presença das características já nomeadas de recato, passividade, delicadeza etc. Fato que facilitava a repressão e a arbitrariedade policial, pois, não se enquadrando nesse esquema, fugiam as normas próprias de sua “natureza”...⁶

Mais, as mulheres eram vítimas também de companheiros agressivos motivados, quase sempre, por uma postura “de pouca submissão à época”. Novamente Rachel Soibet aborda o tema:

“No tocante as formas de violência específicas da condição feminina, aquela relativa ao relacionamento homem/mulher revestia-se de caráter especial. Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no ‘mundo do trabalho’, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam as características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas,

⁶ Soibet, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, Carla Bassanezi (Coord. de textos), Mary Del Priore (org.) História das mulheres no Brasil. 9ª Ed., São Paulo: Contexto, pág 365 e 366, 2008.

brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil”.⁷

No que tange à violência contra a mulher, artigo publicado (2003) por Eva Alterman Blay⁸, dá um fantástico panorama do caminho que esse gênero percorreu no século XX. Seguem trechos do artigo que elucidam com rara clareza o doloroso problema:

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM PROBLEMA MUNDIAL E ANTIGO

“Agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos. A magnitude da agressão, porém, varia. É mais freqüente em países de uma prevacente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero. Organismos internacionais começaram a se mobilizar contra este tipo de violência depois de 1975, quando a ONU realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher. Mesmo assim, a Comissão de Direitos Humanos da própria ONU, apenas há dez anos, na Reunião de Viena de 1993, incluiu um capítulo de denuncia e propõe medidas para coibir a violência de gênero.

No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das Ordenações Filipinas permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não

⁷ - Soibet, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano", Carla Bassanezi (Coord. de textos), Mary Del Priore (org.) Historia das mulheres no Brasil. 9ª Ed., São Paulo: Contexto, pág 367, 2008.

⁸ BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 87-98.

adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite.

Entretanto, alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira”.

Em se tratando da violência contra a mulher a própria cultura popular, representava esse pensamento machista e vingativo. Rádios, não raro, reproduzem em seus programas musicais os antigos sucessos em que o homem mata a mulher que não mais quer a "felicidade" que ele lhe proporcionava. Veja-se como exemplo a antiga e sempre tocada canção Cabocla Teresa⁹ cujos versos cantam, sem remorso, o assassinato de Teresa:

*“Vancê, Tereza, descansa/ Jurei de fazer vingança/ Pra morde de nosso amor
Há tempos eu fiz um ranchinho/ Pra minha cabocla morar
Pois era ali nosso ninho/ Bem longe desse lugar/ No alto lá da montanha
Perto da luz do luar/ Vivi um ano feliz/ Sem nunca isso esperar
E muito tempo passou/ Pensando em ser tão feliz/ Mas a Tereza, dotô
Felicidade não quis/ Pus meus sonhos nesse olhar/ Paguei caro meu amor
Por morde de outro caboclo/ Meu rancho ela abandonou/ Senti meu sangue
ferver
Jurei a Tereza matar/ O meu alazão arriei/ E ela fui procurar/ Agora já me
vinguei
É esse o fim de um amor/ Essa cabocla eu matei/ É a minha história doto”.*

No artigo publicado por Blay, citado em parágrafo anterior, ela afirma que os programas televisivos, que dramatizam os crimes passionais, estupros seguidos de morte e incesto, traziam uma dupla mensagem: “de um lado acusam o criminoso mas, ao mesmo tempo, romantizam esse tipo de crime”. Esses veículos tendem a reproduzir a antiga versão de que a "vítima é responsável por sua morte" e, muitas vezes, ao reiterarem imagens e reconstituições dos supostos fatos exaltam os crimes.

⁹ Cabocla Teresa – letra e musica de João Pacífico e Raul Torres.

“Assim, o noticiário mostra um processo contraditório de mudança: ao mesmo tempo em que não mais se aceita o "matei por amor" noticia-se um incremento nos crimes que tem tais justificativas....”. (BLAY, 2003)

Portanto, o conceito de violência contra as mulheres remete a um fenômeno permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração. Percebeu-se que uma política na área de violência contra a mulher requer uma atuação em várias frentes de enfrentamento. Há que se ter em mente, a prevenção, o combate, a assistência e a garantia de direitos da mulher.

O conceito de violência contra as mulheres é bastante amplo e compreende diversos tipos de violência: a violência doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), a violência sexual, o abuso e a exploração sexual mulheres adolescentes ou jovens, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e a violência institucional.

Após a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, as ações de prevenção e combate à integridade física, moral e sexual das cidadãs brasileiras ganharam força no Brasil. Uma dessas iniciativas é o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O documento propunha um acordo entre os governos federal, estaduais e municipais para implementar políticas a fim de garantir a assistência e a manutenção dos direitos das brasileiras. O “Pacto” definiu diretrizes, conceitos e princípios de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

São estes:

Violência Doméstica – *Entendida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Lei 11.340/2006). A violência doméstica contra a mulher compreende ainda:*

- a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

- a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Tráfico de Mulheres: O Tráfico de Mulheres tem por base o conceito de tráfico de pessoas, que deve ser entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, 2007).

Violência Sexual: *É a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal.*

Manifesta-se como: expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e voyerismo; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas - coerção física ou por medo do que venha a ocorrer.

Exploração sexual comercial de mulheres adolescentes e jovens: A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, também conhecida pela sigla ESCCA, é considerada como uma questão social e prática criminosa, segundo os artigos 70, 82, 239, 240, 241, 250 do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código Penal Brasileiro, com as modificações de 2004. Representa uma violação de direito humano fundamental, especialmente do direito ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável, e uma ameaça à integridade física e psicossocial.

Existem três formas primárias de exploração sexual comercial e que possuem uma relação entre si: a prostituição, a pornografia e o tráfico com fins sexuais, incluindo o turismo sexual. A violação está relacionada a algum tipo de transação comercial ou alguma troca e/ou benefício em dinheiro, ofertas ou bens, por intermédio da exploração sexual de menores de 18 anos. Em muitas cidades, existe um mercado com fins sexuais, em que o corpo de adolescentes (na maioria do sexo feminino, das várias classes, originadas de cidades do interior, zonas rurais, populações ribeirinhas ou bairros de periferia) é “abusado” ou “explorado” para uma demanda consumidora (na maioria do sexo masculino e mais idoso), numa prática clandestina, ilegal e, muitas vezes, ligada ao crime organizado, redes de tráfico sexual internacional ou redes de pornografia e erotização de crianças e adolescentes.

Violência Institucional : *É aquela praticada, por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos (...)É perpetrada por agentes que deveriam garantir uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos. A violência institucional compreende desde a dimensão mais ampla, como a*

falta de acesso aos serviços e a má qualidade dos serviços prestados, até expressões mais sutis, mas não menos violentas, tais como os abusos cometidos em virtude das relações desiguais de poder entre profissional e usuário. Uma forma comum de violência institucional ocorre em função de práticas discriminatórias, sendo as questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e religião um terreno fértil para a ocorrência de tal violência. Mulheres em situação de violência são, por vezes, “revitimizadas” nos serviços quando: são julgadas; não têm sua autonomia respeitada; são forçadas a contar a história de violência inúmeras vezes; são discriminadas em função de questões de raça/etnia, de classe e geracionais. Uma outra forma de violência institucional que merece destaque é a violência sofrida pelas mulheres em situação de prisão, que são privadas de seus direitos humanos, em especial de seus direitos sexuais e reprodutivos.

1. 3. MOVIMENTOS FEMINISTAS

Historicamente o movimento feminista tem por objetivo lutar pelo fim do patriarcalismo, que, na prática é a defesa dos interesses, da natureza e da representação da mulher através da ótica e determinação masculinas. Inicialmente, o movimento feminista alcançou sua primeira grande vitória conquistando o direito ao voto, a escolarização e o acesso ao mercado de trabalho. Esse período é conhecido como “primeira onda feminista” e ocorreu durante o século XIX e o início do século XX, notadamente na América do Norte e na Inglaterra. O segundo momento, que ficou conhecido como “segunda onda feminista”, iniciou-se em meados da década de 1960 até o fim dos anos 1980, partindo dos Estados Unidos e seguindo para a França. Esse período foi responsável pela solidificação do movimento feminista, tendo inicialmente em seu núcleo a luta pelos direitos civis e a oposição à Guerra do Vietnã.

Desde a metade do século XIX até depois da Primeira Guerra Mundial, o panorama econômico e cultural do Brasil mudou profundamente. A industrialização e a urbanização alteraram a vida cotidiana, particularmente das mulheres, que passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a

trabalhar fora de casa, a estudar etc. Vale a pena ler a análise de Susan Besse¹⁰ (1999) para se compreender o quanto essa transformação da infraestrutura econômica, mais a alfabetização das mulheres, o cinema, os meios de transporte, a substituição de bens produzidos em casa pelos oferecidos pelas casas comerciais, alterou inteiramente o ritmo de vida e os contatos que as mulheres e homens passaram a desfrutar. Essas mudanças trouxeram o contato com comportamentos e valores de outros países, os quais passaram a ser confrontados com os costumes patriarcais ainda vigentes embora enfraquecidos.

Dentre estas mudanças destacou-se a discussão sobre o casamento. Mulheres das classes média e alta, graças à educação e ao trabalho remunerado, adquiriram maior "poder social e econômico"¹¹ e passaram a protestar contra a "tirania dos homens" no casamento, sua infidelidade, brutalidade, abandono – temas freqüentes entre escritoras, jornalistas e feministas dos anos de 1920 Besse cita, entre elas, Cecília Bandeira de Melo Rebêlo de Vasconcelos, que escrevia sob o pseudônimo de Chrisanthème, Elizabeth Bastos, Iracema, Amélia de Resende Martins, Andradina de Oliveira etc. além das inúmeras leitoras da Revista Feminina. Já então se apontava que maridos tinham sido assassinados por mulheres brutalizadas¹². A interpretação dessas queixas era traduzida como "crise" na família e o no casamento cujos responsáveis seriam o trabalho feminino e a paixão.

Naquela época, como hoje, afirmava-se que o trabalho feminino fora de casa provocava a desagregação da família. Daí o Estado ter incluído no Código Civil (1916), para proteger a família (mesmo a pobre), que a mulher deveria ter autorização do marido para poder trabalhar.

Quanto ao casamento, reagia-se afirmando que era necessário retirar dele a romântica união por amor, substituindo-a pelo amor 'civilizado', dotado

¹⁰ BESSE, Susan Kent. Modernizando a desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940 editora: Edusp, São Paulo, 1999.

¹¹ Idem pág.41

¹² Idem pág.46

de razão, excluindo a paixão, responsável pelos 'crimes passionais sanguinários' (Peixoto apud Besse, 1999, p. 69).

Os crimes passionais, um dos mais graves problemas da sociedade brasileira no século XX, constituíam uma verdadeira 'epidemia' para algumas feministas. Encabeçando o movimento contra estes crimes, Promotores Públicos como Roberto Lyra, Carlos Sussekind de Mendonça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Lourenço de Mattos Borges fundaram o Conselho Brasileiro de Hygiene Social. Pretendiam coibir e punir os crimes passionais então tolerados pela sociedade e pela Justiça. Não era propriamente a defesa das mulheres que eles visavam, mas pretendiam, efetivamente, proteger a instituição família (Besse, 1999, p. 90).

A atuação das mulheres nas décadas de 1920 e 1930, mais a ação dos Promotores Públicos e do Juiz Nelson Hungria, apontam o gravíssimo problema do assassinato de esposas e companheiras, até hoje não resolvido. O movimento dos Promotores e das feministas alcançou êxito relativo, embora o assassinato por amor continuasse a ocorrer e os assassinos a serem absolvidos.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. Certamente, unia-as uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. Formou-se um vasto movimento unido de mulheres, se considerarmos que o inimigo era comum. Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou a se formar. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infundáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas.

Diferentemente das décadas de 1910 e 1920, agora as denúncias destes crimes escondidos na e pela família tornaram-se públicos. Recebidos inicialmente com descrédito e sarcasmo pela mídia em geral, aos poucos foram reconhecidos.

Com a anistia de 1979, a eleição direta de governadores em 1982 e a reorganização partidária, o cenário feminista se fortaleceu, mas se segmentou em grupos partidários. Para fazer frente às demandas de igualdade de gênero foi criado, em 1983, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo. Em 1985, criou-se a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, órgão eminentemente voltado para reprimir a violência contra a mulher, no país. Em princípio, as mulheres que recorriam às Delegacias em geral sentiam-se ameaçadas ou eram vítimas de incompreensão, machismo e até mesmo de violência sexual. Com a criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) o quadro começou a ser alterado. O serviço nas DDMs era e é prestado por mulheres, mas isto não bastava, pois muitas destas profissionais tinham sido socializadas numa cultura machista e agiam de acordo com tais padrões. Alterar essa relação de subordinação de gênero foi o início de uma revolução parcialmente bem-sucedida nos papéis sociais. Mas os crimes de gênero continuavam. Cada vez mais estudos verificaram que não eram apenas maridos, mas outros parceiros também agrediam e matavam as mulheres sob os mais diversos pretextos.

1.4. DATAS QUE MARCARAM O MOVIMENTO FEMINISTA

Merece destaque algumas datas significativas no que diz respeito à conquista dos direitos das mulheres¹³:

Em 1759, a revolucionária francesa, Olympe de Gouges, lança o manifesto Declaração dos Direitos da Mulher. Os Jacobinos, que já haviam executado uma rainha, não estavam dispostos a tolerar a defesa dos direitos das mulheres guilhotinaram-na em 3 de novembro de 1793.

Em 1827 no Brasil as mulheres passam ter o direito de freqüentar escolas elementares, mas não instituições de ensino mais adiantado.

Em Nova York, EUA em 1848 ocorre a Convenção de Seneca Falls, encontro pioneiro sobre direitos das mulheres.

Em 1852, no Brasil, é editado por Joana Paula Manso de Noronha e lançado o Jornal das Senhoras.

Em 8 de março de 1857, em Nova York, EUA, 129 operárias foram mortas queimadas pela força policial, numa fábrica de tecidos, por reivindicarem a redução da jornada de trabalho, de 16h por dia para 10h e melhores salários. As operárias recebiam 1/3 do que os homens.

¹³ FAGANELLO, Cláucia Piccoli. *Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica*, DASSO JÚNIOR, Aragon Érico (orientador) - *Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica – Anais de Iniciação científica da PUCRS*

Em 1910 o Congresso Internacional das Mulheres Socialistas instituiu o dia 8 de março como o dia internacional da mulher.

Em 1879 o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país as mulheres, mas as jovens que ingressaram nas universidades sofriam pressões e desaprovação social. Em 1887, Rita Lobato Velho tornou-se a primeira mulher a receber o grau de médica no Brasil.

Em 1893, a Nova Zelândia foi o primeiro país a dar direito de voto às mulheres. Os EUA só aceitaram o sufrágio feminino em 1920 e no Brasil isso só ocorreu com o governo de Getúlio Vargas em 1932, com o novo Código Eleitoral. O Sufrágio feminino na França, Itália e no Japão só foi reconhecido em 1939.

Em 1918 a brasileira Bertha Lutz, bióloga, publica na "Revista da Semana" uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino. Em 1921, no Rio de Janeiro funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Em 1948 na França, a escritora Simone de Beauvoir publica o livro "O segundo sexo", uma análise da condição da mulher.

Em 1951 é aprovada pela Organização Internacional do Trabalho a Convenção de Igualdade de Remuneração entre trabalho masculino e trabalho feminino para função igual.

Em 1963 nos EUA, Betty Fridan escreve "A mística feminina" que, juntamente com o "Eunuco feminino" de Germaine Green apresenta uma crítica feminista do papel subordinado da mulher na sociedade. Mulheres norte-americanas, inglesas, italianas, vão as ruas difundindo as idéias: "o privado é político, nosso corpo nos pertence".

Em 1975 as Nações Unidas instituem o Ano Internacional da Mulher, após a Conferência do México de 1975. O Plano de Ação do México aprovou a Década da Mulher de 1975 até 1985, e definiu metas a serem atingidas nos dez anos seguintes para eliminar a discriminação.

Em 1976, ocorre a Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW. Os Estados que firmaram a Convenção, entre eles o Brasil, condenaram a discriminação contra as mulheres, em todas as suas formas. E concordaram em buscar uma política adequada para combater as distorções. Este passou a ser o documento-base de todas as outras Convenções.

Também no mesmo ano, na Argentina, chega ao auge a luta de um grupo de mães conhecido durante a ditadura de Las Locas de Mayo, que costumavam reunir-se diante da sede do Governo argentino para exigir notícias sobre seus filhos, vítimas de perseguição política. "As mães da Praça de Maio" continuam mobilizadas, combatendo as violações dos direitos humanos na Argentina e em outros países latino-americanos.

Em 1980 na Islândia, Vigdis Finnbogadottir tornou-se a primeira mulher eleita democraticamente presidente.

No Brasil, em 1985 surge a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM), em São Paulo e, rapidamente, várias outras são implantadas em outros estados brasileiros. No mesmo ano a Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei nº. 7.353, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Em 1987 é criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDIM/RJ), a partir da reivindicação dos movimentos de mulheres. E em 1988 é instituída no Rio Grande do Sul a primeira Delegacia para a Mulher, Outras se seguiram.

No mesmo ano no Brasil, através do Lobby do Batom, as mulheres brasileiras, tendo à frente diversas feministas e as 26 deputadas federais constituintes, obtêm importantes e significativos avanços, na Constituição Federal, garantindo igualdade a todos os brasileiros, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e assegurando que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

Em 1993, na Áustria, ocorre a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, que condenou todas as formas de violência contra as mulheres. Nesse evento, a violência de gênero assume o mesmo estatuto que outras violações brutais dos direitos humanos como o genocídio, a limpeza étnica, as torturas, a discriminação racial e o terrorismo. É declarado que “os direitos das mulheres e das meninas são parte inalienável e indivisível dos direitos humanos” e que “os direitos da mulher são direitos humanos”.

Em 1994, em Cairo no Egito ocorreu a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. As mulheres participaram ativamente, marcando sua presença e reivindicações nos documentos finais. Nesse mesmo ano, no Brasil é aprovada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como a Convenção de Belém do Pará e inicia-se a articulação das mulheres brasileiras para a redação do documento reivindicatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, que ocorreu no ano seguinte.

No ano seguinte, em Pequim, na China, é realizada a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher que marcou o reconhecimento definitivo do papel econômico e social da mulher e consagrou todas as conquistas das mulheres, através do princípio da universalidade dos direitos humanos e o respeito à especificidade das culturas.

Também em 1995, Porto Alegre (RS) se compromete com a implementação da Plataforma de Ação Mundial da Mulher – PAM, aprovada na IV Conferência Mundial da ONU. É instituído pela Lei Complementar 347/95, de autoria da vereadora Maria do Rosário Nunes, do PT, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com caráter deliberativo sobre as políticas públicas para a mulher em Porto Alegre. O Fórum Municipal da Mulher é reconhecido pela Lei como órgão legítimo que elegerá dois terços do COMDIM.

Em 1996 Visando às eleições para prefeitos e vereadores brasileiros, as mulheres se organizam em todo o País e, através do movimento Mulher Sem Medo do Poder, aumentam o número de vereadoras e prefeitas em todo o território nacional. Nesse mesmo ano, o Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei nº. 9.100/95 - § 3º, art. 11), e a Lei 9504/97 eleva para 30%, sendo que para 1998 foi definido 25% das vagas. É eleito o primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

1.5. QUEM AMA NÃO MATA

No contexto brasileiro, a década de 70 é marcada pelo surgimento dos primeiros movimentos feministas organizados e politicamente engajados em defesa dos direitos da mulher contra o sistema social opressor — o machismo. Um forte movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos teve seu auge após 30 de dezembro de 1976, quando Ângela Diniz foi morta por Doca Street, de quem ela desejava se separar. Doca foi inocentado em um primeiro julgamento e sua sentença alegava que houve “privação de sentidos” e que ele matou “em legítima defesa da honra”. Nada mais terrível poderia exemplificar o pensamento coletivo sobre a “culpa feminina”. Na época algumas piadas de bar ilustravam o pensamento chauvinista em relação às mulheres: “A única mulher que andou na linha o trem matou”, ou mesmo “Você pode bater numa mulher sem medo de errar. Afinal, você pode até não saber por que bateu, mas ela com certeza sabe por que está apanhando!”.

Contudo, a morte de Ângela e a libertação de seu assassino levantaram um forte clamor das mulheres que se organizaram em torno do lema: ‘quem ama não mata’ (Blay, 2003). Pela segunda vez na história brasileira, repudiava-se publicamente que o amor justificasse o crime.

Acostumado à subserviência conservadora, o advogado criminalista Evandro Lins e Silva, defensor de Doca, revelou seu espanto ante a extraordinária pressão popular que acompanhou o julgamento. O caso teve enorme repercussão não só no Brasil, mas também no exterior, havendo “publicidade nunca vista” sobre este caso, reclamou Lins e Silva (1991, p. 295). Grande controvérsia ocupou a imprensa acirrando-se a polêmica contra os direitos humanos das mulheres. Surpreendentemente, os jornalistas Paulo Francis e Tristão de Ataíde mostraram-se indignados contra as feministas e suas manifestações públicas que, segundo eles, pré-condenaram o réu; Lins e Silva (1991, p. 295) irritou-se com a repercussão que transformou uma “briga entre amantes em acontecimento nacional”. Referiu-se ao “incidente” como se a vítima estivesse viva. Os prestigiados jornalistas e o advogado consideraram

ilegítima a pressão da opinião pública nestes crimes contra mulheres justificados “pelo amor”.

Dentre as matérias publicadas na época, artigo de Carlos Heitor Cony na revista Fatos e Fotos – Gente, assim descrevia o crime:

“...eu vi o corpo da moça estendido no mármore da delegacia de Cabo Frio. Parecia ao mesmo tempo uma criança e boneca enorme quebrada... Mas desde o momento em que vi o seu cadáver tive imensa pena, não dela, boneca quebrada, mas de seu assassino, que aquele instante eu não sabia quem era...”¹⁴

O jornalista titubeia em sua opinião sobre o crime. De um lado, cita a Promotoria que acusava Street de libertinagem, cafetinagem, e conclui: *"Mas outros cafetões, outros libertinos e safados não se tornaram assassinos"*. Por outro lado, em benefício do assassino, Cony entrevista o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que afirma *"[...] o único crime respeitável, que não condenaria com rigor, era o passional... Crime passional qualquer um comete, até eu"*, ao que Cony concluiu: *"A chamada privação de sentidos provocada pela paixão pode fazer do mais cordial dos homens um assassino"*. (Cony, 1979)

Não obstante a dúvida do delegado e do jornalista em questão, devido à postura ferrenha dos movimentos feministas, Doca Street voltou ao tribunal em novembro de 1981 e foi condenado a 15 anos de detenção.

¹⁴ CONY, Carlos Heitor em *Fatos e Fotos – Gente*. Brasília, 22 de outubro de 1979, nº 948, ano XVII. Rio de Janeiro, Bloch Editores.

1.6. MULHERES NA DÉCADA DE 1980 E FEMINISTAS HISTÓRICAS

O caso anterior é apenas um exemplo da impunidade à violência perpetrada contra as mulheres, violência que, com a mobilização do movimento feminista ganhou a seguinte definição:

“A expressão refere-se a situações tão diversas como a violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, o estupro, o abuso sexual de meninas, o assédio sexual no local de trabalho, a violência contra a homossexualidade, o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão, a mutilação genital feminina, a violência e os assassinatos ligados ao dote, o estupro em massa nas guerras e conflitos armados.¹⁵”

A partir do engajamento do movimento de mulheres e do movimento feminista contra essa forma de violência, surge em 1981, no Rio de Janeiro, o SOS Mulher; seu objetivo era construir um espaço de atendimento às mulheres vítimas de violência, além de ser um espaço de reflexão e mudanças das condições de vida destas mulheres. O SOS Mulher não se restringiu apenas ao Rio de Janeiro, esta iniciativa também foi adotada em outras capitais, como: São Paulo e Porto Alegre. A luta destes dois movimentos por parcerias com o Estado para a implementação de políticas públicas resultou na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983; na ratificação pelo Brasil da CEDAW em 1984; a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no ano seguinte; e, da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Neste período foram grandes as conquistas do Movimento Feminista, como consequência de todos os anos de luta.

¹⁵ GROSSI, 1995; OEA, 1996; apud SCHRAIBER, Lilia & D'Oliveira; Ana Flávia (1999) pág. 03.

Um dos fatores que mais contribuíram com a liberdade da mulher na segunda metade do século XX foi o surgimento da pílula anticoncepcional no início dos anos 60. No Brasil, o anticoncepcional começou a ser vendido em 1961. Em 1960, as brasileiras tinham, em média, 6,3 filhos. Na década seguinte, o número médio caiu para 5,8.

Em 1970, 6,8 milhões de cartelas anticoncepcionais foram vendidas e, em 1980, o número subiu para 40,9 milhões. Ou seja, foi na década de 1980 que o contraceptivo se popularizou no Brasil. Contribuíram para isso as revistas e jornais voltados ao público feminino, que na época publicaram artigos com informações sobre as potencialidades do anticoncepcional.

A mídia passou a mostrar a mulher engajada, a mulher como membro atuante da sociedade e, como tal, com demandas, influência e poder de decisão. Em outras palavras, com liberdade para praticar sexo sem a ameaça de engravidar. A pílula criou condições muito favoráveis para a efetiva emancipação sexual da mulher. A liberdade sexual, ao lado da emancipação financeira, que as mulheres começaram a galgar durante a 2ª Guerra Mundial foram preponderante para afrouxar sua dependência em relação ao homem em todos os aspectos.

Essa liberdade passava pelo poder de terminar com um casamento que não mais a satisfizesse. Era a época em que os divórcios se tornaram mais populares no país. Uma mulher infeliz e corajosa podia, legalmente, divorciar-se do seu marido apesar do preconceito da sociedade e de uma fortíssima campanha contrária movido pela Igreja.

O divórcio foi instituído oficialmente pela emenda constitucional número 9, em 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6515 de 26 de dezembro do mesmo ano. Contudo, é no início da década de 80 que os casos se multiplicam. Neste cenário, é criada uma série de TV que mostrava a nova mulher. Aquele que tinha o poder de buscar sua felicidade, sua independência, aquela capaz de constituir uma nova família. Malu Mulher, interpretada pela atriz Regina Duarte, foi uma série de televisão apresentada pela Rede Globo, um braço das organizações Roberto Marinho bem como o jornal GLOBO, de 24 de maio de 1979 a 22 de dezembro de 1980, criada e dirigida por Daniel Filho. O episódio de estréia aborda o processo de separação de Malu e Pedro

Henrique, as brigas, com agressões físicas e verbais, a insegurança e o medo da filha adolescente do casal, Elisa, vivida na ocasião por Narjara Turetta.

O primeiro ano do seriado mostra a saída de Malu de casa, e as dificuldades de Malu na tentativa de conseguir se sustentar, manter a casa nova e manter a filha. No segundo ano, Malu está mais amadurecida e consegue um trabalho fixo num instituto de pesquisa. Tem início então uma nova fase, onde ela está pronta para recomeçar a vida amorosa. O seriado foi um sucesso, mas convivia com críticas pesadas de um setor da sociedade mais conservador.

Precisamente em 1980 nasce também o programa TV Mulher, também na Rede Globo de televisão. Esse programa era um canal direto de mulheres, no qual eram discutidas questões como decoração e cozinha, saúde, segurança, moda e sexualidade. O programa era um misto de jornalismo e entretenimento e atuava como um veículo de informação para as donas de casa. As telespectadoras repassavam à apresentadora do programa, Marta Suplicy, muitas dúvidas a respeito da liberdade sexual e muitas curiosidades sobre o próprio corpo. Era perceptível na mulher a necessidade de uma libertação da sexualidade. O estilista Clodovil e a jornalista Marília Gabriela se popularizaram em quadros do programa que, rapidamente, se tornou um sucesso por abordar o universo feminino de forma, até então, inédita.

A música brasileira também foi tomada por inúmeras canções de sucesso que se tornaram ícones da época: “Começar de novo” e “Atrevida”, ambas interpretadas por Simone, foram duas dessas canções.

Algumas das mulheres que dedicaram suas vidas a esses movimentos se tornaram figuras emblemáticas. Rose Marie Muraro é uma delas. Intelectual e feminista publicou livros polêmicos, contestadores e inovadores dos valores sociais modernos. Nos anos 70, foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil. Nos anos 80, quando a Igreja adotou uma postura mais conservadora, passou a ser perseguida pelos seus ideais. “Fui chamada de prostituta, mal-amada, solteirona, tudo o que você possa imaginar. O machismo era muito forte. Era tanta oposição, que as mulheres não queriam entrar no mundo público porque tinham medo de perder dos homens. Hoje, elas estão pouco se lixando. No regime militar, escrever sobre mulher era um problema secundário, por isso não me mataram. Mas se eu fosse da guerrilha

eu já tinha morrido. Por isso meu analista me disse: "Vai escrever sobre mulher porque aí ninguém te pega." Foi a melhor coisa que fiz", contou a feminista em uma entrevista ao site Museu da Corrupção, em setembro de 2011.

Rose é uma célebre escritora. Dentre os títulos mais famosos sobre o tema da mulher, podem ser destacados: "Memórias de uma Mulher Impossível" (Editora Record) e "História do Masculino e do Feminino" Zit Editora.

CAPÍTULO DOIS

O GLOBO E SUA HISTÓRIA

2.1. RAÍZES DA NOTÍCIA

Por que o jornal foi escolhido pelo pesquisador como base de estudos para a prospecção de tal história? O jornal foi, desde o início, uma ponte entre a notícia e o público interessado em conhecê-la. Desde a invenção da imprensa por Johann Gutenberg, em 1447, e do telégrafo, em 1844, os jornais difundiram por todo o mundo relatando as grandes revoluções dos séculos XV ao XIX, e se consolidaram como o principal meio de comunicação.

O Globo em particular é um jornal diário de notícias brasileiro, fundado em 29 de julho de 1925 e sediado no Rio de Janeiro. Está orientado para o público da grande área metropolitana. É parte integrante das Organizações Globo, de propriedade da família Marinho, que inclui as rádios Globo e CBN, a Editora Globo e a Rede Globo de Televisão, dentre outros veículos de comunicação de massa. Funcionou como jornal vespertino até 1962, quando se tornou matutino. De orientação política conservadora, é um dos jornais de maior tiragem do país. Na década de 1920, O globo, então propriedade dos Diários Associados, foi adquirido pelo jornalista Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho, proprietário do vespertino A Noite, que ele mesmo fundara em 1911. Com Irineu, O Globo começou com duas edições diárias e uma tiragem inicial de 33.435 exemplares. Irineu tinha a intenção de transformá-lo em um diário matutino para expandir o público leitor da empresa. Porém, vinte e um dias depois de adquiri-lo, Irineu Marinho morreu de infarto, enquanto tomava banho. Seu herdeiro Roberto Marinho, que tinha então apenas 20 anos de idade, foi então encorajado por sua mãe, Francisca Pisani Barros, a assumir a direção do jornal. Mas, muito jovem, Roberto, que trabalhava na empresa como repórter e secretário particular do pai, preferiu deixar o comando da empresa nas mãos do jornalista Euclides de Matos, amigo de confiança de seu pai, enquanto continuava seu aprendizado dentro do jornal. Curiosamente, o jovem Roberto Marinho participou do movimento tenentista, mais especificamente da primeira

revolta, a dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida em 1922, porém, foi um dos primeiros a sair do local.

Depois, Marinho cursou uma escola profissionalizante, mas, com a compra do O Globo, Marinho interrompeu o curso de humanidades para trabalhar com o pai no jornal. Não chegou, portanto, a concluir nenhum curso superior uma vez que, aos 26 anos, teve que assumir o jornal após a morte de Euclides de Matos em 1931.

2.2. O JORNAL SE CONSOLIDA

O Globo surgiu na década de 1920 como um jornal noticioso, em oposição ao jornalismo partidário que ainda se praticava na época, e defensor, simultaneamente, de causas populares e da entrada no país de capital estrangeiro. Com a morte de Euclides de Matos, em 1931, Roberto Marinho assumiu o controle da empresa. Era um jovem de apenas 26 anos. Mas logo imprimiu seus ideais à marca. O jornal apoiou o governo provisório instituído pela Revolução de 30 e, em 1932, a Revolução Constitucionalista. Com posição editorial sempre cautelosa, fez do combate ao comunismo uma de suas marcas. O periódico fez restrições ao golpe que gerou o Estado Novo em 1937, mas Marinho não deixou que o vento político soprasse contra seu favor - o que viria a ser uma de suas principais características e pela qual seria severamente criticado - participou do Conselho do Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável pela censura a jornais.

A proximidade com o poder se traduzia cada vez mais na conquista de mercado o que possibilitava avanços tecnológicos de ponta na época. Em 1936, O Globo lançou a primeira telefoto da imprensa brasileira. Foi nesta mesma época, durante a Segunda Guerra Mundial, que o jornal criou o Globo Expedicionário, edição que levava informações sobre o Brasil para os soldados brasileiros servindo na Europa.

Durante o conflito armado, O Globo foi a favor do rompimento com a aliança da Alemanha, Itália e Japão e tomou posição a favor do fim da ditadura de Getúlio Vargas. Embora o jornal fosse o cartão de visita de Marinho, o

crescimento financeiro do grupo se deu por causa da edição de gibis, histórias em quadrinhos norte-americanas e de empreendimentos imobiliários.

Em dezembro de 1944, Roberto Marinho comprou a rádio Transmissora, da RCA Victor, e inaugurou sua primeira emissora, a rádio Globo. Com a eleição de Getúlio Vargas, Marinho passou a lhe fazer forte oposição. Em 1953, o jornal fez campanha contra a criação da Petrobras. Naquele mesmo ano, a rádio Globo foi franqueada ao jornalista Carlos Lacerda, que a usou para atacar Vargas e os empréstimos do governo a Samuel Wainer para o lançamento do jornal "Última Hora". Embora o próprio O Globo tenha se beneficiado de empréstimos oficiais.

O suicídio do presidente, em agosto de 54, provocou grande comoção popular, durante a qual duas caminhonetes da rádio Globo e dois caminhões do jornal foram incendiados. No ano seguinte, Juscelino Kubitschek, a quem Marinho fez oposição moderada e de quem ganhou a primeira estação de TV, a Globo do Rio, foi eleito presidente.

2.3. O APOIO À DITADURA E O PADRÃO GLOBAL

Na década de 1960, o jornal apoiou o golpe militar que implantou a ditadura no Brasil. Sendo esse o primeiro passo de uma relação duradoura que garantiria o sucesso ímpar das organizações Marinho nos anos que viriam. No dia 2 de abril de 1964, portanto apenas dois dias após a tomada de poder pelos militares o editorial do jornal¹⁶, assinado pelo próprio Roberto Marinho enaltecia a medida dizendo que a ação militar era a única forma de trazer de volta a democracia ao Brasil. O se torna símbolo de uma relação que iria ter desdobramentos nas décadas seguintes.

“Ressurge a Democracia

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião

¹⁶ Editorial do Jornal O GLOBO – Sobre a vitória da revolução de 31 de março de 1964. O GLOBO Rio Janeiro, 02 de abril de 1964 - RESSURGE A DEMOCRACIA.

sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.”

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares.

Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo.

A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objective o bem do povo e o progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.¹⁷

A ligação da empresa com o governo militar é até hoje fruto de muitas discussões e não é o objeto deste estudo, contudo, é inegável o crescimento da instituição e de seu poder de influenciar a opinião pública durante o regime.

¹⁷ Editorial do Jornal O GLOBO - RESSURGE A DEMOCRACIA. 02 de abril de 1964.

Em 1992 o jornalista e professor Eugênio Bucci publicou artigo no jornal paulista Folha de São Paulo, portanto concorrente de O Globo, analisando este tema. Sua tese era a de que, longe de representar opção mercadológica, esse padrão teria sido algo imposto pela ditadura militar, a quem interessava uma mídia que refletisse um país em modernização: *“O regime teria garantido o espaço para o ‘padrão Globo’ impedindo a competição. Agora, com a democracia de massas se consolidando e com a competição aumentando, não haveria espaço para um padrão de qualidade....”*¹⁸

Ainda segundo a argumentação de Bucci, no plano dos negócios, o padrão transformou a Globo na maior empresa de mídia do país e conferiu reputação mundial a seus produtos. *“O fato de o ‘padrão Globo’ agradar aos militares não significa que foi criado para atender à lógica do regime. Acho que houve alguma confusão entre a criação do moderno mercado de consumo, que começa no final dos anos 60, como decorrência inevitável do processo de industrialização do país, com o fato de esse processo ter se dado ocasionalmente sob o regime militar. O ‘padrão Globo’ atendeu à lógica do novo mercado, não à dos militares. Estudos de modernos industrialistas reforçam essa hipótese. Falta de competição e mercado fechado jamais foram motores de inovação. Pelo contrário, a tendência das empresas é a de se acomodar no espaço conquistado....”*¹⁹

Se insuflado pela ditadura ou não o fato é que o GLOBO se tornou referência de opinião, sobretudo para a sociedade carioca. É a partir deste ponto, após a consolidação do periódico como formador de uma ideologia que representava em boa parte a classe média, é que podemos aferir sua importância na abordagem do tema em questão. Ao dar espaço para a discussão da igualdade de gênero no Brasil, e por conseguinte aos casos de violência que afligiam à mulher, o GLOBO exerceu importante papel. Construindo um novo pensar. A violência que antes era ignorada, agora ganhava espaço. A partir da cobertura mais intensa do jornal, a agressão verbal ou física, antes corriqueira, marca de uma cultura machista, passava

¹⁸ A Globo e a estética da ditadura”, copyright *Folha de S. Paulo*, 11/05/02.

¹⁹ Idem .

agora por uma mudança radical transformando-se em atos condenáveis. As autoridades também passaram a ser cobradas por sua omissão. Delegacias e leis específicas para tratar da questão foram criadas.

CAPÍTULO TRÊS

PÁGINA ESCRITA A SANGUE

3.1. SOB O DOMÍNIO DO MEDO

As agressões contra as mulheres fazem parte da realidade e do imaginário brasileiro há séculos. Reunindo e analisando as quase uma centena de textos publicados pelo O GLOBO na década de 1980, que abordavam o tema, é possível perceber que havia casos de espancamento, tortura, estupro, cárcere privado, perseguição, agressões verbais e até de canibalismo, entre outros. Não raro, o jornal denunciava, numa clara tentativa de apoiar os movimentos de defesa da mulher bancados em sua maioria pelas ONGs feministas, estes acontecimentos. Usando títulos fortes e acusatórios, sem meias palavras, o periódico não se esquivava de indicar o descaso das autoridades em tratar do tema. O preconceito contra a mulher, não raro apontada como culpada pela agressão que ela própria sofreu, ficava claro nas palavras dos integrantes da malha administrativa dos governos federal, estadual e municipal, e até mesmo de policiais civis e militares. O descaso era evidenciado nas reportagens publicadas com frequência.

Em 29 de agosto de 1985, o jornal publicou curiosamente dentro do Segundo Caderno - página utilizada para assuntos referentes à parte cultural – uma reportagem intitulada “A mulher, ainda vítima de abusos domésticos”, na qual apontava os crimes mais comuns que as vitimavam naquele período no Rio e Grande Rio.

“O marido bebe, espanca a mulher e a ameaça de expulsá-la de casa; o casal briga a mulher reage, é agredida o casal briga a mulher reage, é agredida e ameaçada de morte, o pai é alcoólatra e tenta violentar a filha; a mulher arranja um companheiro e este exige que os filhos da união anterior saiam de casa - ela cede e os vizinhos levam as crianças para a delegacia. Há ainda questões de posse da terra, brigas de vizinhos e menores abandonados nos atribulados plantões das assistentes sociais em dez

delegacias cariocas. Noventa por cento dos casos, porém, são brigas conjugais com agressões físicas e ameaças de morte, ou conflitos familiares - entre eles, a tentativa de incesto, o que levou o Estado a colocar assistentes sociais, em 1981, nas delegacias de Botafogo, Caxias e Campinho, a partir de um convênio firmado entre a Secretaria de Polícia Civil e a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E a ampliar, ainda insatisfatoriamente, esse serviço, em outubro passado, contratando assistentes e estagiarias para as delegacias de Bonsucesso, Campo Grande, Bras de Pina, Niterói, Nova Iguaçu, Bangu e Praça Mauá.

Esta realidade pode mudar com a futura criação da Delegacia de Mulheres do Rio, projeto que será discutido hoje com a Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, e a de Polícia Civil, Arnalda Campana. A delegacia é uma proposta da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher, criada no mês passado a partir do caso da menina Monica Granuzzo, e que vem estudando meios de conter a violência contra a mulher.

A sugestão é criar três delegacias - nas zonas Norte, Sul- Centro e Oeste - que funcionariam em prédios próprios, com equipes formadas exclusivamente para mulheres, a exemplo do que já ocorre em São Paulo. A Comissão de Mulheres pede também a ampliação dos serviços de assistência social existentes nas delegacias.

Para a polícia, as assistentes ajudam nas chamadas "pequenas ocorrências". Mas a prática demonstra que elas são o primeiro passo para resolver um problema não tão "pequeno" assim: a violência contra a mulher (..)"²⁰

A simples citação dos casos de violência sofridos pela mulher carioca à época dão uma dimensão do terror vivido por elas. A reportagem deixa claro, que essa era uma época caracterizada pelo desrespeito dos direitos da mulher como ser humano derivado, em muito, da concepção dela como objeto de posse por parte do homem, cujas funções se reduzem ao fornecimento de

²⁰ Jornal O Globo, Segundo Caderno – A mulher, ainda vítima dos abusos domésticos. Edição de 29 de agosto de 1985.

prazer sexual para este último, à procriação e aos serviços domésticos. E mais, o último parágrafo diz que a presença das assistentes sociais na delegacia era bem vinda por que elas podiam lidar com um problema”..não tão pequeno”, deixando claro que a vítima acabava sendo um transtorno para o policial que teria de atendê-la.

Em novembro de 1980 o GLOBO veiculava uma reportagem sobre as mulheres do estado do Maranhão contando que elas reagiram aos freqüentes casos de espancamentos, estupros e até assassinatos ocorridos na região. Na ocasião, dados colhidos apenas por duas delegacias do estado mostraram que houve, num período de quatro meses: três assassinatos, 30 tentativas de homicídio, 56 espancamentos, sete estupros (um deles cometido pelo próprio pai da vítima), e 34 seduções, ou seja, mulheres que acabaram “cedendo” aos apelos sexuais dos seus parceiros enganadas por uma falsa promessa de casamento. Curiosamente, todos os crimes citados na reportagem foram cometidos por conhecidos das vítimas. Os agressores eram maridos, amantes e namorados das mulheres maranhenses. Os dados foram colhidos por policiais do 1º Distrito e João Paulo, ambas na capital, São Luiz.

Para se defenderem das agressões, as vítimas se aliaram, segundo o texto, ao Grupo de Mulheres da Ilha que era dirigido por historiadoras, assistentes sociais e sociólogas. Elas organizavam debates para mostrar a violência no cotidiano da mulher maranhense, desde sua infância, sua desvalorização pelo homem e a “marginalização pela classe dominante”.

Antes das discussões, o Grupo distribuía um manifesto, citando vários exemplos da subserviência e da violência física e moral praticadas contra a mulher. A reportagem que fora publicada no Caderno País, do periódico, abordava uma das reuniões. Na ocasião, o Grupo apresentou-se para uma platéia de 300 pessoas (90% eram mulheres) no Colégio Maristas da capital. Um manifesto foi distribuído explicando que “a menina se torna mulher pelo aprendizado da docilidade, fragilidade, obediência, meiguice e submissão, tendo como destino as quatro paredes do lar, ser dona-de-casa, chefe do fogão, mãe, esposa, que tudo faz em nome do amor”.

Diz ainda o manifesto que:

"...nos livros escolares nos vimos fritando bolinhos, lavando louças, sendo apenas mãe, esposa e dona-de-casa. E na televisão, aparecemos diariamente como objeto sexual ou simplesmente debilíoides estarecidas diante de uma geladeira, de um fogão, de um cigarro ou de um homem que fume tal cigarro ou quer tal cerveja".²¹

A reportagem destacava a reação das mulheres maranhenses. Mostrava a tentativa do grupo de trazer uma nova perspectiva às mulheres da região. Uma maneira menos submissa, passiva diante das correntes sociais que aprisionavam as mulheres maranhenses. O evento público, de pouca expressão em um estado (apenas 300 pessoas no auditório) também distante dos mais importantes do país, só ganha destaque devido à abordagem crítica do GLOBO. Editorialmente, já havia um movimento de discutir o papel rotineiro da mulher enquanto vítima de todo tipo de violência na sociedade brasileira.

Para tanto, o GLOBO abria espaço para que uma entidade sem destaque na sociedade (numa época em que os movimentos pelos direitos da mulher naquela região do país estavam apenas engatinhando), recém criada, em um estado sem importância do ponto de vista financeiro para o GLOBO (o periódico na década de 1980 estava mais preocupado em brigar com o Jornal do Brasil pela liderança nas vendas de jornais na capital do estado do Rio e não em ampliar seu alcance territorial), pudesse se fazer ouvir. É fácil supor que, uma reportagem publicada no GLOBO sobre a ação das mulheres maranhenses contra as agressões masculinas, tinha um efeito extremamente instigante nas mulheres cariocas. A partir claro, das mulheres que ocupavam a classe média. Formadora de opinião, a classe média representava o público alvo do periódico.

A reportagem ainda dá voz à socióloga Ângela Carneiro, uma das profissionais que formavam o Grupo de Mulheres da Ilha:

²¹ O GLOBO, Caderno O País - Mulher Maranhense reage a maridos e amantes que batem, estupram e matam. Edição de 16 de novembro de 1980.

“Os espancamentos pelos maridos e amantes em mulheres da classe baixa são rotineiros no Maranhão, Tornaram-se um hábito e a maioria deles, segundo reconhecem os policiais, não são nem registrados. Dos três assassinatos, um deles foi registrado pelo marido”.²²

O número, segundo o depoimento da socióloga, poderia facilmente triplicar se fossem consideradas as demais delegacias do município.

Em outra reportagem, intitulada “À violência e impunidade dos homens, as mulheres dizem não”, de 13 de julho de 1985, o jornal abordava uma onda de ataques que vitimou cinco mulheres de maneira trágica no estado do Rio de Janeiro, todas num espaço de tempo de apenas 15 dias. Os crimes ocorreram no mês de junho e causaram uma reação na sociedade carioca. Mulheres com o rosto pintado e empunhando cartazes fizeram uma passeata contra a condução do julgamento de um dos acusados de assassinato. O então Secretario de Justiça do estado do Rio de Janeiro, Vivaldo Barbosa (que ocupou o cargo entre 1983-1986), partiu para a ofensiva e criou uma Comissão Especial da Defesa dos Direitos da Mulher. Dizia o texto do GLOBO:

“Cinco mulheres morreram de maneira trágica no mês passado, em menos de 15 dias. No dia 3, Nícia de Abreu e Silva foi assassinada com seis tiros à queima-roupa pelo ex-marido, o médico Aníbal Maciel de Abreu. No dia seguinte, a estudante Vera Helena da Silva Neves, de 14 anos, foi assassinada por Carlos Magno da Silva Rodrigues no município fluminense de Cordeiro. Filho de um rico fazendeiro, Carlos Magno fugiu, mas a população, nesta semana, destruiu a fazenda de seu pai. No dia 16, Monica Granuzzo Pereira, de 14 anos, caiu de um apartamento na Lagoa, depois de ser espancada por seus agressores, provocando indignação na opinião

²² O GLOBO, Caderno O País - Mulher Maranhense reage a maridos e amantes que batem, estupram e matam. Edição de 16 de novembro de 1980.

pública. Além delas, outras duas mulheres morreram em circunstâncias misteriosas, neste mesmo período.

No mesmo dia do assassinato de Nícia, a francesa Marion Blefemes caiu do 10º andar de seu apartamento em Ipanema. O marido, o francês Jean Moriaux, limitou-se a dizer a empregada: “Ela pulou”. Depois, arrumou as malas e fugiu, sem levar sequer o filho do casal. No dia 12, a técnica em Educação Mariza Bastos Duarte levou um tiro na cabeça em seu apartamento na Rua Sá Ferreira, em Copacabana. O marido, o advogado Joar Duarte, alegou suicídio. Os vizinhos, entretanto, ouviram gritos, uma forte discussão e ameaças de morte antes do tiro. Pouco antes, Joar havia humilhado Mariza beijando outra mulher em um bar.

Suicídios?

A crescente onda de violência contra a mulher levou o Secretário de Justiça Vivaldo Barbosa a criar uma Comissão Especial da Defesa dos Direitos da Mulher, que se reuniu nesta segunda-feira pela primeira vez. Grupos feministas também procuraram tomar providências para impedir a impunidade dos assassinos. Na última quarta-feira, por exemplo, O SOS Mulher e outros representantes do movimento divulgaram o “Dossiê da impunidade”, reunindo 14 casos ocorridos no Rio entre dezembro de 1979 e junho de 1985. São 13 mortes e um caso de agressão sexual a menores e seus responsáveis por serem primários, estão soltos ou beneficiados pela lei Fleury”.²³

O jornal destacava no título, no subtítulo e na foto que ilustrava a reportagem, a reação da sociedade e dos grupos de defesa dos direitos da mulher àquela perversão. O periódico detalhou os casos e não poupou adjetivos para definir sua “campanha aberta” em prol do tema descrito acima.

Claramente, após passar pela mão do redator, o texto mantinha as dúvidas e indignações do repórter, que na ocasião não assinou seu trabalho. Termos, expressões, palavras e contraposições foram, talvez até, adicionadas para tornar o texto ainda mais “panfletário”. A seleção de algumas dessas

²³ O GLOBO, Editoria Rio – À violência e impunidade dos homens, as mulheres dizem não - 13 de julho de 1985.

palavras e expressões dá o tom da leitura: Suicídios, estupro, mortes, abusos sexuais, vergonha, submissão, violência, humilhação, “mais um marido acusado pela morte da mulher irá a julgamento”, “medo de apanhar”, “mulher apanha”, crime, espancada, “apanham caladas”, impunidade, “agressão sexual a menores”, vergonha e “olho roxo”.

Em outra reportagem, de 28 de dezembro de 1981, “O Homem violento preocupa as mulheres do Rio” o GLOBO mostrava que assassinatos e ameaças da morte mobilizavam mulheres cariocas a tal ponto que houve, na ocasião, a necessidade da criação e manutenção no Rio, de uma ONG que trabalhasse com este tema:

“Um assassinato e uma ameaça de morte foram os dois casos atendidos pelo SOS Mulher, do Rio, na sua primeira semana de funcionamento. Criado nos moldes de associações Americanas de socorro às mulheres vítimas de violência. O grupo surgiu a partir do assassinato de uma mulher, morta com dois tiros disparados por um homem com quem se desentendera num bar.

- Essa pessoa, conta América, uma das 30 plantonistas voluntárias, não nos deu muitos elementos dessa briga. Contou apenas que estava com essa amiga num bar e que chegou um casal, com o qual a mulher discutiu e acabou baleada. Pensamos então, finalmente, em conscientizar a mulher de todos os riscos que ela corre, e deixar claro que lhe vamos dar cobertura ate o fim.

Essa solidariedade, na opinião de Maria Alice, outra voluntária, é o fator mais importante do serviço prestado pela entidade: e através da "troca de experiências de mulher para mulher" que esta pode se fortalecer.

Apesar das diferenças de classe e de formação cultural dessas nove mulheres,

as plantonistas observaram um ponto comum a todas elas: a hesitação e a incapacidade de reagir as agressões.

- Dessa forma, diz América, essa mesma mulher que hoje quer denunciar as agressões do marido e se separar dele, amanhã já tem dúvidas se não seria melhor continuar vivendo com ele. E isso acontece com todas as mulheres. Nós não nos excluimos disso.

Por causa dessa identificação entre plantonistas e as mulheres que procuram o SOS, a entidade pretende também desenvolver pequenos grupos de reflexão, para debater cada experiência particular, além da violência em geral. A intenção desse trabalho é conscientizar a mulher de seus direitos e a partir disso levá-la a uma “mudança real” de sua vida.

- E fazê-la entender, explica América, porque foi espancada por um marido, e levá-la a tomar uma posição para que isso não volte a se repetir nesta ou em outra relação qualquer que venha a ter ²⁴.

Também no Caderno País, o periódico mostrava como as mulheres nordestinas estavam sofrendo com o problema. “Teresina tem dois mil casos de violência contra mulheres em dois anos” era o título da reportagem que abordava o tema na região. Os números eram assustadores e demonstravam uma tendência, segundo a qual, os casos não eram levados à frente, o que não permitia nenhum tipo de punição aos infratores na capital do Piauí. Mostrava ainda, como as entidades de defesa dos direitos humanos se movimentavam ainda de forma modesta, para coibir as ações violentas que afligiam as mulheres. O texto do GLOBO aborda ainda a dificuldade de colocar em prática os aparatos oficiais de defesa desses direitos.

“Só nos últimos 24 meses, dois mil casos de violência contra mulheres foram registrados em Teresina, segundo denúncia feita ontem pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher.

A assistente social Maria Gomes de Moura, que integra o Conselho, disse que somente seis casos foram levados a julgamento, “mesmo assim sem a devida punição dos responsáveis por atos de estupro e violência generalizada contra as mulheres”.

A doméstica Ana Vitoria, do Centro Popular da Mulher, entidade organizada em 20 bairros de Teresina, destacou que centenas de casos de

²⁴ O GLOBO, Editoria País – O Homem violento preocupa as mulheres do Rio - 28 de dezembro de 1981.

violência não chegam ao conhecimento público “porque as mulheres são desrespeitadas e humilhadas quando procuram as autoridades”.

Todas as questões envolvendo os direitos da mulher serão debatidas hoje a noite no Palácio da Cultura, durante o lançamento da campanha de combate a violência contra a mulher. As entidades aproveitarão para reivindicar a instalação de comitês femininos nos bairros e o imediato funcionamento da Delegacia da Mulher, aprovada pelo Governo do Estado há três anos”²⁵.

Em abril de 1986, uma manchete do mesmo Caderno País, apresentava um título curioso: “Paulistanos admitem: Há violência contra a mulher”, como se estado economicamente mais forte da região Sudeste, não fizesse parte do Brasil e, por conseguinte, não sofresse dos mesmos males, não fosse influenciado pelos mesmos fatores sócio-culturais. Baseado numa pesquisa, o texto aponta para a “descoberta” de que 86% da população paulistana já havia presenciado algum caso de violência contra a mulher. De certa forma, a pesquisa apresentava à sociedade paulistana uma realidade que há muito fazia parte do cotidiano da população de baixa renda. Ainda mais curioso é o fato de que a pesquisa foi feita a partir da repercussão de um programa de TV da emissora dos Marinho, o Globo Repórter da Rede GLOBO. O programa havia sido um marco na TV - no que diz respeito à exposição do tema em um veículo de comunicação de massa. Parte dessa exposição se deu por que os telespectadores já estavam “ligados” ao grande sucesso da emissora na ocasião: o remake da novela das 20h, *Selva de Pedra*, um sucesso estrondoso. O Globo repórter vinha a seguir na grade da emissora e pegava carona nessa audiência. Outro fato curioso apontado pela pesquisa é que, quase 10% dos entrevistados na ocasião, eram contra o fato desses casos serem encaminhados à DP.

²⁵ O GLOBO, Editoria País – Teresina tem dois mil casos de violência contra mulheres em dois anos – 07 de maio de 1987.

“São Paulo – A absoluta maioria da população paulistana (86 por cento) considera o problema da violência contra a mulher no Brasil muito grave. Essa opinião é particularmente freqüente entre mulheres (90 por cento), pessoas da Classe C, (91 por cento) e de idade entre 30 e 49 anos (88 por cento).

Os dados são da pesquisa divulgada ontem, pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, sobre a repercussão do programa ‘Globo Repórter’ da TV Globo, que abordou o problema da violência contra a mulher no dia 13 de março e que foi assistido por cerca de 3,5 milhões de pessoas apenas na Grande São Paulo, onde a população adulta residente é estimada em 7,8 milhões.

A pesquisa foi feita pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, que fez 603 entrevistas – 297 homens e 306 mulheres, acima dos 18 anos, de todos os níveis sócio-econômicos – entre os dias 15 e 17 de março, em áreas urbanas da Capital, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Osasco e Guarulhos.

Os paulistanos são praticamente unânimes em reconhecer a violência contra mulheres: 97 por cento dos adultos ouvidos na pesquisa admitem a existência do problema. Esse índice se eleva ligeiramente entre mulheres, 98 por cento, pessoas de Classe C; 99 por cento; e jovens, 100 por cento.

Nove entre cada dez adultos em São Paulo são favoráveis ao encaminhamento dos casos de violência contra mulheres à Delegacia de Defesa da Mulher. Apenas um em cada dez adultos (7 por cento) considera que uma Delegacia de Polícia não é o lugar adequado para resolver problemas dessa natureza ²⁶.

Com o título de “Gaúchas protestam contra onda de violência sexual” uma reportagem editada pela sucursal de Porto Alegre, mostrava em 1982 como as sulistas conviviam com o problema e mais, como elas se manifestavam em praça pública contra o aumento dos casos de violência. A

²⁶ O GLOBO, Editoria País – Paulistanos admitem: Há violência contra a mulher – 18 de abril de 1986.

sociedade gaúcho convivia na época com um banho de sangue. Mais de 30 mulheres haviam sido assassinadas nos dois primeiros meses de 1982. Curiosamente, no ano anterior esse número já havia sido absurdo: 52 mulheres foram mortas no estado em 12 meses. Uma socióloga engajada nas luta pelos direitos da mulher gaúcha apontava o desemprego dos maridos de parte das vítimas como um dos fatores que suscitaram nas mortes.

“Porto Alegre - (O Globo) - Cerca de 200 mulheres participaram ontem de ato publico no centro da capital em protesto contra o aumento da violência sexual no Estado. A manifestação marcou a abertura do Movimento Unitário da Mulher, que promovera debates sobre a participação da mulher na sociedade.

A socióloga Denise Dora, representante do grupo feminista Lebera, denunciou o assassinato de mais de 30 mulheres nos dois primeiros meses do ano, contra os 52 casos registrados durante 1981. Segundo Denise, o desemprego é um dos fatores responsáveis pelo clima de violência, e as mulheres precisam se unir para enfrentar o problema.

- A falta de emprego - afirmou – tem gerado a violência sexual, pois os homens chegam em casa cansados, sem perspectivas, e acabam batendo em suas mulheres para descarregar, muitas vezes assassinando-as.

A médica Sheila Porto, uma das coordenadoras do SOS Mulher, que presta assistência às mulheres que são vítimas de violência, apresentou um relatório sobre as atividades da entidade no ano passado, do qual constam mais de 200 casos de espancamentos e violência sexual na zona urbana de Porto Alegre. E salientou a importância da solidariedade entre as mulheres, observando que “O silêncio, nestes casos, é cúmplice da violência”.

A Semana do Movimento Unitário da Mulher se encerra no dia 8, com uma tribuna livre, que será montada no Largo da Avenida Sepúlveda, no centro da capital. Segundo as organizadoras, todos os interessados poderão aproveitar a oportunidade para falar sobre o tema da mulher e da violência”²⁷.

²⁷ Jornal O Globo, Editoria País – Gaúchas protestam contra onda de violência sexual – 2 de março de 1983.

Submersa num verdadeiro banho de sangue, a sociedade carioca decide criar, já quase no fim da década, até uma cartilha com o objetivo de orientar e dar dicas de segurança, de saúde, abordando até mesmo orientações jurídicas, numa tentativa de mitigar a rotina que vitimava as mulheres. A cartilha surgiu como uma resposta das autoridades a anos de discussões, debates, passeatas e manifestações nos mais diversos meios de comunicação. Havia orientações que, curiosamente, são atuais até hoje como aquelas que dizem respeito às regras básicas de segurança. As mulheres deviam, e devem, seguir essas orientações ao chegarem em casa tarde da noite de táxi ou mesmo ao volante de seu carro. Contudo, o mais curioso é que a cartilha foi direcionada às mulheres das classes mais baixas de Niterói, município vizinho da capital e não às vítimas do Rio. Mesmo assim, O GLOBO abriu sua edição de domingo com uma reportagem no alto de página, dando destaque ao assunto, numa clara demonstração de sua linha editorial francamente engajada na campanha contra a violência que afligia a mulher carioca. Sociólogas envolvidas com a questão apontam uma dificuldade que afligia a recém criada, na época, Delegacia de Mulheres. O órgão público era procurado pelas mulheres interessadas em todo tipo de informações e acabavam não servindo ao fim para a qual foram criadas.

“Está marcada para o dia 11 de março, às 20h, na Associação Médica Fluminense, a primeira reunião do ano do Comitê Pro Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, onde serão traçadas as diretrizes para a elaboração de uma cartilha dirigida especialmente as mulheres de Niterói. O documento pretende alcançar principalmente mulheres das comunidades carentes e contém orientações e dicas sobre segurança, saúde e questões jurídicas, entre outras informações.

Segundo Eliane Nemer, integrante do comitê, vários organismos representativos da sociedade niteroiense estão envolvidos na preparação da cartilha, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Federação das Associações de Moradores (Famnit) e a própria Associação Médica Fluminense. O livreto será distribuído gratuitamente através das

associações de moradores, órgãos públicos e quaisquer entidades comunitárias que demonstrem interesse em colaborar.

- Até agora nos só conhecemos cartilhas feitas para mulheres da classe média. Essas cartilhas contém dicas que não atendem as necessidades do público feminino sem recursos. Nós queremos elaborar uma cartilha que vá de encontro aos interesses das mulheres mais pobres e, quase sempre, desinformadas. Para isso, pretendemos saber delas que tipo de informação necessitam – explica Eliane.

Um exemplo citado por ela para justificar a necessidade da criação de uma cartilha voltada para as comunidades femininas mais carentes e o livreto produzido pela Secretaria de Estado de Polícia Civil, com a colaboração do Grupo Mulherando. Os itens relativos à segurança orientam a mulher para situações em que esteja chegando em casa de táxi ou dirigindo seu próprio carro. O texto fala ainda em porteiros de edifício e elevadores, elementos distantes, por exemplo, da realidade de uma mulher favelada.

- A cartilha que pretendemos fazer também vai abranger a área de segurança, mas falará sobre iluminação no caminho de casa e outros detalhes mais comuns ao cotidiano de uma mulher pobre. Por enquanto, não podemos detalhar essas orientações por que ainda não ouvimos as comunidades especificamente sobre os assuntos que deveremos tratar na cartilha - comenta Eliane Nemer.

Apesar de ainda não terem iniciado o trabalho de elaboração do livreto, as integrantes do Comitê Pró- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher deram o primeiro passo no sentido de dividir o trabalho. Já estão definidos os nomes das responsáveis por dois temas considerados primordiais. A Diretora da Associação Médica Fluminense, Dra. Nely Almeida Mazzoni, cuidará das questões pertinentes à área de saúde, enquanto a Presidente da seção-Niterói da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Solange Matos, tratará da parte jurídica. O comitê pretende enfatizar na cartilha o verdadeiro papel da Delegacia de Mulheres de Niterói, que, segundo Eliane Nemer, não vem sendo procurada para a solução dos problemas que constam de sua proposta inicial.

- *Muitas mulheres têm recorrido à delegacia para tomarem orientação a respeito de separação e pagamento de pensões, além de tentarem solucionar brigas com vizinhos e outros problemas pessoais que fogem ao trabalho do órgão - explica Eliane, acrescentando que mesmo assim as informações não têm sido negadas.*

*Para evitar que essa confusão prossiga, o comitê pretende levar às mulheres esclarecimentos sobre o funcionamento da delegacia. Para isso, já convidou o delegado Ivo Raposo, responsável pelo setor, para uma reunião com as associações de moradores do município, no dia 21 de março, às 16h, no Sesc de Niterói.*²⁸

Em 1982 o jornal abriu espaço para uma pequena reportagem da sucursal da Bahia na qual duas jovens turistas acusam três homens de tê-las estuprado. A reportagem foi publicada apenas como nota, sem fotos, possivelmente por se tratar de uma acusação, sem que o caso estivesse sido apurado pelas autoridades. Também foi preservado o nome das jovens. O acusado, contudo, teve seu nome divulgado. É possível supor que, embora ocupasse pouquíssimo espaço na editoria Nacional do GLOBO, a nota foi publicada devido à atuação do grupo em defesa das mulheres, o Brasil Mulher, que já àquela altura utilizava os veículos de comunicação para divulgar suas demandas. É importante citar, mais uma vez, que a década de 80 foi marcada pelo surgimento e ocupação de espaços dessas ONGs, não só nos grandes centros do país, mas também no Norte e Nordeste.

“SALVADOR (O GLOBO) - O grupo feminista Brasil Mulher denunciou ontem o estupro de duas turistas paulistas, M..A.G. e S.A.F., responsabilizando Ricardo Muricy de Abreu e dois amigos seus: ‘conhecidos apenas por Fred e Márcio. Segundo a denúncia, as moças foram abordadas por Ricardo na Praça dos Tamarindeiros e convidadas para dançar na boate Cingapura. No caminho, surgiram Fred e Marcio, aos quais Ricardo deu carona, desviando depois o carro para a Praia do Flamengo,

²⁸ O Globo, Editoria Rio – Cartilha traçará rumos da mulher – 22 de março de 1987.

vizinha ao Aeroporto Dois de Julho, onde teria ocorrido o estupro".²⁹

Prova do argumento acima é que, um ano antes, em 1982, feministas paulistas realizavam seu terceiro congresso (os dois primeiros haviam sido em 1980 e 1981) para abordar o tema da violência de gênero devido ao número de casos ocorridos no estado.

“Violência contra mulher será tema de congresso: São Paulo (O GLOBO) - A coordenação do 3º Congresso da Mulher Paulista, que se realizará nos dias 7 e 8 de março, divulgou os temas que serão, provavelmente, debatidos com prioridade durante o encontro, como propostas de luta: a violência praticada contra a mulher, o controle da natalidade, uma tomada de posição quanto ao Prev-Saúde, o combate à carestia.

Participam da coordenação do congresso 22 entidades, com cinco representantes por regiões de cidade, dez representantes do interior e uma representante de cada categoria profissional.

FASES

O congresso se realizara em três fases: no dia 22 de fevereiro, haverá reuniões regionais e por categorias profissionais, com o objetivo de atingir um maior número de pessoas, através de um trabalho de base. Dia 7, estarão reunidas no congresso todas as delegadas eleitas nos encontros regionais e, através de novas discussões, serão escolhidas as principais propostas de luta. Dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, haverá uma manifestação pública. Iara Prado representante do grupo ‘Brasil Mulher’, explicou alguns problemas do encontro.

- No 2º Congresso, sentimos algumas dificuldades, pois um encontro de quatro mil mulheres reúne muitos grupos heterogêneos, com lutas específicas e diferentes níveis de organização. Para respeitar essas diferenças, resolvemos realizar os encontros regionais para, a partir de suas

²⁹ O GLOBO, Editoria Rio – Feministas baianas denunciam estupro – 12 de fevereiro de 1982.

decisões, o congresso tirar as bandeiras que irão unificar a luta das mulheres esse ano – disse.³⁰

Já na reportagem de auto de página do Caderno Rio, “Defensoria Pública atende mulheres agredidas e orienta sobre desquite”, de 6 de setembro de 1985, o jornal mostra como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, órgão do Estado encarregado de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, tratava a questão da violência de gênero no meio da década de 80. É bom lembrar que a postura do órgão de Justiça só surgiu a partir das demandas da sociedade carioca. Até então, não havia tal preocupação legal, embora os casos de abusos fossem rotineiros. A reportagem mostra ainda que o órgão pública era deficiente, ainda não tinha sequer condições de receber as vítimas com dignidade: a sala de plantão não tinha porta e a máquina de escrever estava com defeito.

“No primeiro dia de funcionamento do plantão da Defensoria Pública para assistência à mulher, a Defensora Pública Glauce Franco atendeu a Cinco casos, sendo quatro de agressões e um pedido de simples orientação sobre desquite. Uma das agredidas, que preferiu não se identificar, fará exame de corpo de delito hoje por ter ainda as marcas da última surra que levou do marido, anteontem.

Apenas as duas primeiras atendidas - Odete Porto Mendes e Sílvia de Fátima Faria de Souza - permitiram a divulgação de seus nomes e problemas. A terceira queixou-se de que foi agredida por um tio e a Defensora decidiu enviar ofício a 37ª DP (Ilha do Governador), onde foi registrada queixa, para saber se foi instaurado inquérito.

Para atender a quarta mulher, que também foi agredida, Glauce Franco oficiou a uma delegacia (não revelada) a fim de checar o andamento do inquérito e pedirá, na próxima semana, abertura de ação alimentar. A Defensora, a pedido, não disse qual das quatro mulheres agredidas fará

³⁰ O GLOBO, Editoria Rio — Violência contra mulher será tema de congresso — 21 de Janeiro de 1981.

exame de Corpo de delito hoje. O caso de Odete Porto Mendes foi, de todos, o mais simples. Ela queria apenas uma orientação sobre como proceder para conseguir a separação consensual (desquite amigável) e informações sobre o divórcio. Sílvia de Fátima, que separou-se há três meses do marido, disse que ele costumava embriagar-se e bater nela e nos três filhos. Ontem, a Defensora preparou um pedido de ação alimentar contra o marido (não disse seu nome) e, na semana que vem, Sílvia voltará ao plantão para dar entrada na separação judicial.

A última atendida, também não identificada, compareceu ao plantão com um dos filhos, um menino de cerca de sete anos. Falou sobre agressões sofridas há tempos, mas a Defensora revelou apenas que preparou ontem um ofício pedindo abertura de ação alimentar em favor da agredida.

Glauce Franco disse que 'valeu a experiência', mas admitiu algumas falhas operacionais: a máquina de datilografar estava com defeito e a sala cedida ao plantão não tinha porta. Ela acha que as cinco mulheres atendidas deixaram clara a necessidade de uma assistência especial.

- O fato de a maioria delas ter pedido sigilo demonstra que quase todas temem os maridos ou agressores. Isso deixa mais do que evidente a necessidade de um atendimento especial a esses casos e, por isso, estamos dispostas a nos empenhar para melhorar o serviço - disse Glauce Franco.

O plantão continuará a funcionar às quintas-feiras, das 14 as 18h, no prédio anexo ao do Palácio Guanabara, em Laranjeiras, no segundo andar da Secretaria estadual de Justiça, até a instalação definitiva da delegacia da Mulher".³¹

Não demorou muito, apenas um ano depois, nova reportagem do GLOBO, mostrava as reivindicações de organizações feministas do Rio de Janeiro. No topo da lista, as ONGs exigiam uma estrutura melhor aparelhada para atender às mulheres vítimas de violência na capital do estado. Dessa forma, o governo estava sendo pressionado a ampliar o quadro de defensoras

³¹ O GLOBO, Editoria Rio - Defensora Pública atende mulheres agredidas e orienta sobre desquite – 6 de setembro de 1985.

públicas, psicólogas, assistentes sociais e até médicas legistas, exclusivamente para atender a esse tipo de crime. O interesse das feministas, era minimizar o constrangimento que as mulheres agredidas sofriam ao chegar às delegacias ou IMLs, e serem atendidas por homens. Elas tinham que relatar a esses homens, com por menores, a violência que haviam sofrido. Ou seja, sofriam duplamente.

“Grupos querem contratação de médicas no IML

Criação de quadros de defensoras públicas e psicólogas, ampliação do número de assistentes sociais para atuar nas delegacias de mulheres e nas demais do Estado, e contratação de médicas legistas para plantão de 24 horas nos sete dias da semana no IML foram algumas das reivindicações apresentadas ontem ao Secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, por representantes de seis organizações feministas.

Para as líderes dos grupos OAB, Mulher, SOS-Mulher, Nos Mulheres; Federação das Mulheres, Ceres e Casa da Mulher, o pouco que se fez até agora em defesa da mulher - como a criação recente de uma delegacia especializada e duas outras em fase de implantação – ‘mostra que é possível se fazer muito mais’. Nilo Batista anunciou que dentro de 15 dias encaminhara documento ao Governador do Estado propondo a ampliação do número de assistentes sociais de 12 para 54.

- Nós estamos programando um curso para policiais de ambos os sexos para aperfeiçoamento no trabalho de combate a violência contra a mulher. E a contribuição de vocês, na elaboração do currículo e realização de palestras, é fundamental - disse o Secretário.

O documento das feministas apresenta outras reivindicações, como aproveitamento do corpo funcional de mulheres que já trabalham na Secretaria de Polícia Civil para atendimento das delegacias de mulheres; formação e treinamento do corpo policial do Estado sob orientação de feministas, registro de ocorrência adequado de forma a possibilitar tratamento estatístico dos dados; e que o Estado propicie, alojamento

provisório para mulheres (e seus filhos) que estejam correndo risco de vida".³²

O GLOBO continuou mostrando como o governo do Rio se adaptava às demandas das organizações feministas a partir do amadurecimento da sociedade carioca em torno do tema. Em "Mulheres vítimas da violência terão abrigo", de 24 de maio de 1988, o jornal mostra a iniciativa do Conselho Estadual do Direito da Mulher (CEDIM) – o órgão foi criado através do Decreto 9.906 de 6/5/87 e, posteriormente, pela Lei Estadual nº. 2.837 de 19/01/97 com a atribuição de assessorar, formular, monitorar e implementar as políticas de gênero voltadas para a valorização e a promoção da população feminina – que, tentava criar, seguindo o exemplo do que havia acontecido em São Paulo, um abrigo temporário para acolher as mulheres vítimas de violência.

"Implantar no Rio um abrigo temporário para mulheres vítimas de violência, nos moldes do que já funciona em São Paulo, é o próximo passo do Conselho Estadual do Direito da Mulher (Cedim). No dia 31 deste mês, a Presidente do Cedim-RJ, Branca Moreira Alves, e a Superintendente regional da LBA, Solange Amaral, viajam para a capital paulista para obterem informações a respeito. Segundo Branca Alves, elas vão aproveitar a viagem para visitar também as unidades do SOS Criança, um serviço de denúncia de violência a criança, ligado a Secretaria estadual do Menor:

- Muitas mulheres, vítimas de violência, não podem voltar para casa devido a ameaças que sofrem dos seus maridos. Para isso estamos estudando a criação dessa unidade de abrigo onde a mulher, depois de uma triagem nas delegacias especializadas, ficaria abrigada, juntamente com seus filhos, durante três meses. Neste período ela receberia orientação social para ajustar sua vida - explica Branca Alves.

Em São Paulo, o abrigo além de funcionar integrado com agências de emprego e creches, tem endereço apenas conhecido pelas delegacias de

³² O GLOBO, Editoria Rio – Grupos querem contratação de médicas no IML Pública atende mulheres agredidas e orienta sobre desquite – 27 de agosto de 1986.

*mulheres e do conselho. O sigilo, segundo Branca Alves, é fundamental para resguardar a segurança da mulher e de seus filhos. Com o apoio da LBA, o Cedim-RJ inaugurou no início do ano duas unidades (Rio e Campos) do projeto Pró-mulher, que incluiu assistência jurídica e social gratuita a mulher”.*³³

Ao mesmo tempo em que o jornal acompanhava a caminhada da sociedade brasileira na direção dos direitos da mulher, havia situações em que o trabalho dos jornalistas era coibido, por exigência de grupos feministas, sob a argumentação de que “os jornalistas estavam fazendo especulações”. Em certo momento, a Defensoria Pública no Rio tentou proibir a cobertura jornalística, ou seja, às entrevistas com as mulheres vítimas da violência, como indica o texto publicado no alto da página 11, da Editoria Rio. Curiosamente, a iniciativa partiu de uma mulher, uma defensora pública: Diva Múcio Teixeira Heimbürger.

“Defensoria da Mulher Proíbe a cobertura de Jornalistas

A cobertura jornalística dos plantões da Defensoria Pública para Assistência da Mulher está proibida desde ontem. A Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher, Diva Múcio, explicou que a decisão foi tomada porque ‘os jornalistas vem fazendo especulação com o intuito de fomentar rivalidades entre mulheres’.

O Presidente da Associação dos Defensores Públicos, João Simões, informou ontem que a Presidente da Comissão de Defesa da Mulher, Diva Múcio, não tem competência para convocar defensores públicos, como ela tinha dito aos repórteres. Trata-se, esclareceu, de distribuição do Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, ou do Coordenador de Assistência Judiciária, Dácio Guerra. João Simões foi ontem à Secretaria de Justiça em companhia do marido da Defensora Pública afastada, Glauce Franco.

Os ânimos estavam exaltados ontem na Sala de Imprensa da Secretaria de Justiça, onde os repórteres defendiam seu direito de cobrir os plantões

³³ O GLOBO, Editoria Rio — Mulheres vítimas da violência terão abrigo — 24 de maio de 1988.

da Defensoria Pública para Assistência da Mulher, respeitando o anonimato das mulheres agredidas, e as feministas os acusavam de fazerem intrigas pelos jornais. Na ante-sala, uma das dez mulheres aguardava a oportunidade de apresentar sua queixa na Defensoria. No fim do dia, 32 mulheres tinham procurado o plantão, a maioria para se queixar de agressão, ou pedir separação judicial ou pensão alimentícia.

Os desentendimentos entre repórteres e Diva Múcio começaram na semana passada, quando a advogada Glauce Franco assumiu a Defensoria. O entrosamento entre os jornalistas e Glauce deixaram enciumada Diva, que conseguiu seu afastamento e sua substituição por Luciana Khair, ontem empossada. O descontentamento em relação à Gláucia ficou claro ontem: na semana passada, quando o Núcleo Especial de Defesa da Mulher foi inaugurado, nenhuma representante das entidades feministas compareceu; ontem, porém, a nova Defensora Pública, Luciana Khair, estava cercada pelos repórteres a ela e disse que Glauce não deixou a função por desentendimentos, mas por problemas de saúde relacionados com sua gravidez.

O Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, disse compreender a intenção da Comissão de Defesa da Mulher de preservar a privacidade das mulheres que procuram o plantão, mas entende que estas podem ser entrevistadas, se o desejarem. Ele esclareceu que a atribuição da Comissão não é convocar defensores, mas indicar ao Conselho de Direitos Humanos as caminhos para melhor desenvolver seu trabalho. Assim, Diva Múcio não pode convocar defensores públicos, como pretendia, mas só propor a convocação de mais defensores. O Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa informou que serão criados mais 14 Núcleos Especiais da Mulher em favelas e sete na Baixada Fluminense e no interior do Estado".³⁴

³⁴ O GLOBO, Editoria Rio — Defensoria da Mulher proíbe a cobertura de jornalistas – 13 de setembro de 1985.

3.2. DESCASO, OMISSÃO E CONSTRANGIMENTO

Em reportagem publicada na Editoria Rio do GLOBO em 29 de agosto de 1985, a supervisora de Assistência Social do governo do estado, Marlise Vinagre, dizia que as mulheres tinham enorme dificuldade em relatarem os casos de estupro e que, em sua maioria, as atendentes nas delegacias trabalhavam apenas com vítimas de agressão. Marlise também lamentava o fato de que o atendimento era precário, já que, entre outras coisas, a verba destinada às atendentes (Cr\$ 500 mil para trabalhar duas vezes por semana de 13h às 17h) era insuficiente e não permitia a cobertura do plantão em horário integral. De modo que as assistentes só atendiam de 2ª a sexta-feira. Mesmo em seu horário de trabalho elas dividiam o serviço com estagiárias. No mesmo texto a assistente social apontava as falhas cruciais no serviço e que, em muito, ampliavam o sofrimento das vítimas:

“_ A cobertura deveria ser integral, porque a mulher, geralmente, é espancada à noite, quando a marido chega ou mesmo nos fins de semana. O mesmo acontece nos casos de estupro, de modo que elas, quando vêm à delegacia, são atendidas pelos policiais. Muitas vezes o policial desestimula de dar queixa a mulher que foi espancada. Ele manda que ela esfrie a cabeça, volte para casa, prepare uma comidinha gostosa e faça as pazes. A tese é – “ruim com ele, pior sem ele”³⁵

Além de não haver privacidade no momento do depoimento a vítima tinha de relatar tudo com os mínimos detalhes, cercada por policiais. O que inibia e traumatizava ainda mais a mulher.

³⁵ Jornal O Globo, Segundo Caderno – A mulher, ainda vítima dos abusos domésticos. Edição de 29 de agosto de 1985

Em outra reportagem publicada na mesma edição de O GLOBO intitulada: “A visão machista do policial”³⁶, a assistente social Vera Lúcia Silveira de Barros, que então trabalhava na 52ª DP (Nova Iguaçu), contava que a mulher só ia à delegacia quando estava cansada de apanhar. Mas que, era nessa hora seu dilema começava. Acostumada a cuidar de mulheres de baixa renda que eram frequentemente espancadas pelos companheiros, ela contava que se a vítima dependesse do marido financeiramente se mantinha no lar, por não ter como se sustentar e por não ter com quem deixar os filhos. Além disso, fica claro nos depoimentos registrados na reportagem, que o preconceito machista não raro se reproduzia na relação das mulheres com o poder público, quando estas se apresentavam às delegacias de polícias, como vítimas de violência. Quando a vítima de estupro se apresentava para denunciar o abuso sofrido, era sistematicamente reprovada pelos oficiais porque - na concepção comum - para ter sido estuprada a vítima devia ter dado algum motivo, seduzido, o autor do crime, que na maioria dos casos acabava absolvido.

Também fora relatado que, quando a mulher denunciava em uma delegacia que era espancada pelo marido, na maioria dos casos ouvia dos oficiais de polícia que o agressor tinha o direito de fazer o que bem entendesse com a esposa dele porque mulher deveria ser “mandada” pelo marido. E mesmo nos casos de espancamento, o registro só era feito se houvesse lesões aparentes. Nos casos de estupro, a coisa era ainda pior, a mulher sofria uma sucessão ainda mais grave de constrangimentos. Na reportagem em questão, a assistente social narrava que chegou a ouvir de um policial durante o registro de uma ocorrência de estupro: “A vítima ainda é obrigada a ouvir coisas do tipo: foi bom? Gostou?”.

É possível aferir que a falta de responsabilidade, preparo intelectual, profissional e até moral não era característica exclusiva dos funcionários do baixo escalão do governo. Em 1 de maio de 1985, O GLOBO publicou reportagem repercutindo declarações criminosas do então Secretário de

³⁶ Jornal O Globo, Segundo Caderno – A visão machista do policial. Edição de 29 de agosto de 1985

segurança Pública de Vitória (ES), na ocasião Dirceu Cardoso, em pleno plenário da Assembléia Legislativa do estado. Com o título: “Mulher é morta por que provoca: diz Secretário”³⁷ a reportagem expunha as declarações da autoridade, segundo as quais, a polícia já tinha um suspeito responsável pela onda de assassinatos de mulheres que manchava de sangue o estado. Cardoso atribuiu a responsabilidade às próprias vítimas que “usavam “trajes provocantes e excessivamente sensuais”.

Curiosamente a afirmação foi feita durante depoimento na Assembléia Legislativa quando Cardoso era justamente inquirido sobre a demora nas investigações de 46 assassinatos de mulheres ocorridos num espaço de tempo inferior a um ano na capital do estado e regiões limítrofes. O mesmo secretário ainda afirmou que o número de mortes era reduzido se levado em conta a quantidade de mulheres no estado. A reportagem de O Globo não escondeu o fato de que, atingido por duras críticas, o secretário parecia estar nervoso e acusava a imprensa de um complô. Cardoso teria tentado agredir na ocasião o repórter Getúlio Ubiratã, da Rádio Gazeta, mas foi contido a tempo.

Quatro anos depois, as páginas do jornal mostravam que as autoridades do Rio de Janeiro ainda não tinham se dado conta da séria responsabilidade que tinham diante do cenário preconceituoso no qual a mulher estava inserida. O Secretário de Polícia Civil, o jurista Hélio Saboya (que viria a ser o fundador do Disque-Denúncia e presidente da Associação Rio Contra o Crime) defendia publicamente o delegado de polícia João Kepler Fontenelle, titular da 9ª DP (Catete), que dias antes havia insinuado que uma vítima de estupro, cometido no interior de uma loja no bairro das Laranjeiras, se insinuara para o agressor. Saboya, diz o relato jornalístico publicado em 3 de setembro de 1989 sob o título: “Secretário escreve carta em defesa de delegado”³⁸, enviou uma carta a Branca Moreira Alves, Presidenta do Conselho da Mulher (Cedim) defendendo

³⁷ Jornal O Globo, Editoria Nacional - Mulher é morta por que provoca: diz Secretário. Edição de 01 de maio de 1985.

³⁸ Jornal O Globo, Caderno Cidade – Secretário escreve carta em defesa de delegado. Edição de 03 de setembro de 1989

o delegado e pedindo à imprensa que desse a ele espaço para que este se explicasse após o incidente.

Curiosamente, João Kepler Fontenelle, foi o primeiro delegado a investigar o crime contra o jornalista Alexandre Von Baumgarten, desaparecido aos 52 anos, em 1982, em condições misteriosas. Meses mais tarde, Fontenelle foi intimado por outro delegado que assumira o inquérito, a depor sobre o caso, mas se recusou.

Em outra reportagem intitulada: "Comissão Feminina exige que DP registre 'surra'", o GLOBO mostra como as vítimas eram tratadas com descaso ao chegarem à delegacia. Havia casos de policias que se recusavam a registrar a ocorrência alegando que nada podiam fazer em casos de agressão. Outro fato interessante é que a palavra surra está entre aspas, supostamente significando mais do que a palavra em si, indo além, numa clara alusão a todo tipo de maus tratos que compunham a vasta lista de agressões por elas sofridas. A advogada Maria de Fátima Batista, que integrava a comissão da OAB que acompanhava as vítimas, teve que ameaçar de afastamento de suas funções aqueles policiais que não cumpriam seu dever por preconceito de gênero.

"Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher!". Esta foi a resposta ouvida por uma moradora de Jacarepaguá, no dia 19 de julho, ao tentar registrar na Delegacia de Polícia uma queixa contra os espancamentos impostos a ela pelo seu companheiro. Ao contrário de muitos casos que acabam por ai, ela procurou a Comissão Feminina da 32ª Sub-Sessão da OAB, no Fórum de Campinho e um inquérito foi instaurado pela recém-criada delegacia de Mulheres. Além do encaminhamento e acompanhamento de casos como este, a comissão em funcionamento desde 13 de junho, está fazendo um trabalho de esclarecimento de todas as formas de violência cometidas contra os direitos da mulher e pretende atuar em conjunto com todas as entidades comunitárias da região de Jacarepaguá, Recreio e Barra da Tijuca.

Segundo a advogada Maria de Fátima Batista Araújo, uma das oito profissionais que integram esta comissão da OAB - Mulher, a violência contra a mulher ocorre em toda as classes sociais e vai da agressão física

ao pagamento de salário menor e a dispensa de grávidas de seus empregos:

- Após a criação da Comissão Feminina na Seccional Rio da Ordem dos Advogados, há seis meses, começamos a interiorizar o trabalho de garantir o respeito aos direitos da mulher, construindo grupos em cada sub-seção. Quando recebemos uma queixa, vamos com a pessoa até a Delegacia para o registro e acompanhamos o caso até a instalação de um processo.

Quando o policial se recusa a fazer o registro de direito violado, como no caso da moradora de Jacarepaguá agredida pelo marido, ele responde pelo crime de prevaricação e pode ser punido até com o afastamento de seu cargo funcional.³⁹

Em outra repartição pública, na CEDAE, uma mulher acabou sendo agredida por um funcionário público ao reclamar que faltava água no bairro em que morava, em São Gonçalo, o que extrapolou em muito a questão do descaso sofrido pelas vítimas. A reportagem foi publicada em 31 de janeiro de 1982, sob o título: “Mulher agredida na Cedae ao reclamar falta de água”. O caso acaba sendo uma demonstração inquestionável de que, em certas ocasiões, reivindicações legítimas da população eram ignoradas pelo simples fato de serem originárias de mulheres. Com um agravante, Geni Nascimento de Oliveira, a vítima na ocasião, precisava da água para cumprir suas funções domésticas, entre essas, cuidar dos seus três filhos. Neste caso, também a autoridade policial, mais uma vez, se negaria a autuar o autor do crime. Diz o texto:

“Geni Nascimento de Oliveira, de 23 anos, mãe de três filhos, foi agredida a socos e pontapés, ontem de manhã, pelo agente administrativo Álvaro Redis, que atendia os consumidores no distrito da Cedae em São Gonçalo, onde ela foi reclamar da falta d'agua. D. Geni mora no bairro Brasilândia, onde falta água há oito meses. O funcionário da Cedae foi

³⁹ Jornal O Globo, Editoria Rio – Comissão feminina exige que DP registre ‘surra’. Edição de 7 de agosto de 1986

preso, mas não foi autuado na 72ª DP porque o delegado Paulo de Souza Franco alegou que não poderia fazê-lo, 'por falta de testemunhas'. D. Geni foi medicada no pronto-socorro de São Gonçalo, registrou queixa na delegacia e foi a exame de corpo de delito no posto de Niterói do Instituto Afrânio Peixoto.

Dona Geni, que mora na Avenida Imboaçú, foi ao posto da Cedae com vizinhos, mas entrou sozinha na sala do funcionário Álvaro, por que o chefe do distrito não atende ao público. Antes de entrar na sala, outro funcionário a advertiu: 'Cuidado, seu Álvaro está com a cachorra!'. Só foi permitida a entrada de uma pessoa da comissão, representada por D. Geni. Dentro da sala ela reclamou da falta de água e foi ofendida pelo funcionário.

- Quando reagi com palavras às suas ofensas, ele me agarrou pelos cabelos, me chutou e me jogou contra o arquivo. Me agrediu com socos pontapés, e as conseqüências seriam piores se meus vizinhos me socorressem - disse D. Geni.

Ela desmaiou dentro do distrito da Cedae antes de ser levada ao pronto-socorro de São Gonçalo. O policial de plantão comunicou o fato a 72ª DP, e o detetive, José Elias foi a Cedae prender o funcionário, que, levado a delegacia, foi liberado pelo delegado Souza Franco".⁴⁰

Em 16 de janeiro de 1987, o GLOBO, publicou nova reportagem em que os próprios homens da lei, funcionários do Estado, responsáveis pela segurança da população, surravam uma brasileira radicada nos Estados Unidos. O crime ocorreu em Teodoro Sampaio, a 708 quilômetros da capital do Estado de São Paulo. A vítima contou que foi colocada em uma sala minúscula e suja e agredida física e moralmente. Ironicamente, a agressão foi cometida por homens das duas forças policiais, civis e militares, que tradicionalmente, têm enorme dificuldade em realizar operações conjuntas devido à rivalidade entre as duas tropas. Pelo relatado pela vítima, o desrespeito à condição da mulher suplantou a disputa entre as duas polícias daquele estado.

⁴⁰ Jornal O Globo, Editoria Rio – Mulher agredida na Cedae ao reclamar de falta de água. Edição de 31 de janeiro de 1982

“São Paulo – Maria Ferron Vilucci denunciou ontem, no Departamento das Delegacias Regionais das Polícias de São Paulo que foi agredida por um escrivão de polícia e seis policiais militares de Teodoro Sampaio, a 708 quilômetros da capital, e passou a noite de reveillon trancada numa cela isolada, ‘como se fosse louca ou assassina’.

*Ela contou que mora há 14 anos nos Estados Unidos, e veio ao Brasil para passar as festas de fim de ano com a família. Pouco depois de chegar à cidade, precisou resolver um problema familiar e procurou a delegacia local, onde, afirmou, foi humilhada e espancada, inclusive pelo escrivão Paulo Gutierrez, que lhe deu um tapa no rosto. Depois, foi colocada ‘num cubículo imundo’ e ali permaneceu horas. Maria disse que sofre de claustrofobia e pediu que chamassem um médico, porque começou a passar mal, mas de nada adiantou porque os PMs estavam bêbados”.*⁴¹

Mais grave ainda foi a história vivida por uma mulher de 22 anos no estado do Rio Grande do Sul. A vítima, grávida de seis meses, não teve seu nome divulgado, mas acusava três policiais de tê-la raptado e estuprado. O caso ocorreu na cidade gaúcha de Taquari, a 96 quilômetros da capital Porto Alegre, e foi relatado em apenas uma pequena nota. Possivelmente devido às poucas informações obtidas com o delegado de polícia local. O policial temia dar declarações até que a história, considerado um dos mais graves casos da trajetória da polícia gaúcha, fosse conferida. A vítima era casada com um inspetor de polícia da região. O crime poderia ter sido cometido por vingança.

“A Polícia gaúcha investiga o que considera uma das mais graves queixas já registradas nos últimos tempos. Uma mulher de 22 anos, grávida de seis meses e companheira de um inspetor, foi raptada e violentada por três policiais que ocupavam um automóvel da Delegacia de Polícia de Taquari, onde está lotado um dos homens que foi identificado pela

⁴¹ Jornal O Globo, Editoria Nacional – Polícia surra mulher que pediu ajuda . Edição de 16 de janeiro de 1987.

vítima, cuja identidade é mantida em sigilo. 'É uma acusação extremamente grave, que terá que ser totalmente esclarecida', disse o Delegado de Polícia do Interior, Dorival Weber"⁴²

Em 19 de junho de 1986 um caso tão grave quanto o gaúcho vitimava a enfermeira Nadir Iracema, de 39 anos, num bairro da Zona Norte da Tijuca. A história, quase inacreditável, da mulher baleada por policiais recebeu destaque na edição da Editoria Rio. Quase uma página. Várias testemunhas foram ouvidas e a história ganhou o status de um escândalo, um absurdo. O texto lembra uma crônica, uma obra de ficção, tamanho A reportagem recebeu o título de: "Mulher usada como escudo á baleada por ronda policial" e mostra, mais que o despreparo da força policial carioca para lidar com um crime diferenciado da rotina dos soldados, o desrespeito pela vítima indefesa na mão duplamente criminosa dos bandidos e dos policiais. Chama a atenção também a palavra do delegado de polícia encarregado de averiguar o caso. O policial disse que tinha apenas uma recomendação a dar aos seus subordinados: "Não morrer, nem matar criancinhas!".

Segue o texto na íntegra:

"A enfermeira Nadir Iracema Pinto, de 38 anos, baleada na barriga, na madrugada de sábado último, num ponto de ônibus na Praça Saenz Penna, Tijuca, afirmou ontem ao GLOBO que foi alvejada por um dos três policiais que faziam uma ronda num Opala da 19ª DP, ao ser usada como "escudo" por Antonio Vicente Fernandes, também ferido no braço esquerdo, que, mais tarde se soube ser auxiliar de necropsia do Instituto Afrânio Peixoto.

Segundo Nadir, ao ser conduzida no Opala para ela o Hospital do Andaraí, ouviu um dos policiais dizer para Antonio Vicente que a história tinha que ser mudada. No livro de ocorrências do hospital, o caso foi registrado como 'tentativa de roubo com emprego de arma de fogo'. Pelas

⁴² Jornal O Globo, Editoria Nacional – Jovem raptada por policiais. Edição de 02 de abril de 1986.

anotações do inspetor Nobre, 'cinco pivetes' tentaram assaltar Nadir e Antonio Vicente, mas fugiram a aproximação da policia.

'NÃO ATIREM'

Nadir contou que fora a Tijuca fazer uma visita, sexta-feira à noite, e chegou ao ponto de ônibus da esquina da Rua General Rocca com Desembargador Isidro por volta da meia-noite e meia, para pegar um ônibus 638 para Quintino:

- Quando cheguei, lá estavam dois rapazes. Não havia qualquer pivete por perto. Só notei o sujeito que me agarrou quando chegaram três homens armados de revólveres (um deles tinha uma metralhadora). O sujeito, que também esperava o ônibus, puxou uma arma e me usou como 'escudo'. Foi tão rápido que fiquei sem ação. Ouvei disparos e pensei que tivesse levado uma pedrada. Levantei os braços e gritei: 'não atirem, não atirem, não tenho nada com isso'. Gritei mais de 50 vezes e sai correndo, mas tive que parar mais adiante porque comecei a sentir dores fortes nas pernas e na barriga. Passei a mão na barriga e vi que estava sangrando muito.

'NO CARRO'

Todos correram durante o tiroteio, segundo Nadir. Ela pensou que se tratasse de 'briga de marginais'. Segundo ela, o policial de metralhadora aproximou-se e perguntou: 'Foi baleada?'

- Esse policial era forte, mulato e alto. Posso reconhecê-lo assim que o vir novamente.

Ela disse que, de repente, parou um Opala preto e branco perto dela e juntou muita gente.

- Só sei que me colocaram dentro do Opala da policia com mais três pessoas, no banco de trás. No da frente, além do motorista, estavam o sujeito ferido no braço e mais dois homens armados de revólveres. De sirena aberta, o carro tomou o destino do Hospital do Andaraí, correndo feito louco ao passar pela Rua Carlos de Vasconcelos.

'TEM QUE SER MUDADA'

- *Eu estava muito nervosa - continua Nadir. - Num determinado lugar, que parecia a delegacia da Tijuca, um dos policiais saltou do carro. Acho que foi o que atirou em mim. Depois que passamos rapidamente pela delegacia, outro policial disse para o sujeito que me fez de escudo: "Você, sendo da polícia, vê se a gente da casa puxa o revólver, põe uma mulher na frente e não diz nada?" O sujeito respondeu: 'Eu puxei a arma porque não sabia que vocês também estavam apontando as armas em minha direção.'*

Ao subir a rampa que dá acesso ao setor de emergência do Hospital do Andaraí, prossegue Nadir, um policial que viajava no banco da frente disse para Antonio Vicente: 'A história tem que ser mudada'.

- *Quando o Opala parou na porta do hospital, o policial da metralhadora, nervoso, gritou: 'Moça baleada, maca, correndo'. Foi esse homem que me tirou do carro para a maca. Ninguém naquele momento se preocupou em me perguntar o que tinha acontecido comigo. Só queriam saber o meu nome, endereço, essas perguntas que fazem a qualquer pessoa.*

'NEGOU TUDO'

Na manhã seguinte, segundo a enfermeira, o inspetor Aldo Nobre, da 20ª DP, que chefiava o plantão policial no hospital, foi visitá-la:

- *Ele chegou perto de mim e comentou: 'Que azar o seu, os pivetes assaltaram o policial e a senhora levou o tiro'. Imediatamente, contestei aquela versão, e ele quis saber por que não disse isso no momento em que dei entrada no hospital. 'Porque ninguém me perguntou', respondi, e exigi que ele me informasse o nome do tal policial baleado. Que história era aquela de assalto? Entrei no hospital com relógio, anéis, cordão e três cheques ao portador.*

Sábado à tarde, segundo Nadir, seu ex-marido, o motorista de táxi Wallace Barros de Araujo, esteve na 19ª DP para saber o que tinha acontecido com ela:

- O delegado Fontenelle ofereceu uísque escocês ao meu ex-marido e foi logo garantindo que não havia qualquer policial de sua delegacia envolvido no caso.

Nadir teve alta segunda-feira no hospital do Inamps do Andaraí. Ela ficara sob observação durante um me. A bala - calibre 38 - está alojada na região glútea.

'NAO MORRER'

O delegado titular da 19ª DP, João Kepler Fontenelle, não sabia da nova versão até ser informado pela reportagem do GLOBO. Ele disse que investigará a denúncia e provavelmente abrirá inquérito, ouvindo ainda hoje todos os implicados.

- A minha recomendação aos meus policiais e uma só não morrer. É proibido morrer e atirar em crianças e senhoras. Esta versão de que acabo de tomar conhecimento reflete nitidamente o despreparo policial e a onda de violência no Rio - disse Fontenelle. O inspetor Nobre, que fez o registro no livro de ocorrências do hospital, disse que registrou apenas o que os policiais da 19ª DP lhe contaram:

- O rapaz que chegou ferido me disse que tinha sido assaltado. Não conversei naquela hora com a mulher porque ela não estava em condições de fornecer qualquer informação. Senti que a história devia ser outra, mas minha função aqui não é investigar, comunico a delegacia o que me contam.

Ele disse que, a principio, Antonio Vicente apresentou-se como policial e entregou uma arma aos homens que o levaram ao hospital.

- Se for chamado a depor, vou contar a verdade - disse Nobre.

'FUI ASSALTADO'

O auxiliar de necropsia Antonio Vicente Fernandes, de 32 anos (ele diz que é chefe do setor de administração do Instituto Afrânio Peixoto), reafirmou ontem ao GLOBO a versão de assalto. Segundo ele, foram 'cinco pivetes' que o assaltaram e ele chegou a atracar-se com um deles. Antonio negou que estivesse armado, que tivesse reagido à prisão e sido pressionado pelos policiais da 19ª DP para mudar a história:

- *Sou cana. Jamais atiraria em policiais. Eu e aquela senhora estávamos esperando o ônibus quando chegaram os pivetes. Quando os policiais apareceram, os pivetes já haviam fugido. Não houve testemunha – afirmou Antônio Vicente.*⁴³

Apesar de toda a onda de violência que atingia as mulheres graças ao descaso, o despreparo, o desleixo, das autoridades, o Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Arnaldo Campana, em meados da década, apressava-se em vir a público afirmar que os policiais não tinham preconceito de gênero. Em uma pequena nota, publicada em 10 de setembro de 1985, Campana refuta as acusações feitas a força policial da capital pela defensora pública Luciana Khair. Na época o secretário não tinha sequer um plano que atendesse as mulheres nas repartições públicas, apesar da demanda das feministas pela Delegacia de Mulheres. E mais, a autoridade máxima da Segurança Pública no estado, afirmou ainda, que a demanda era “política e jornalística”, numa prova incontestável de que o desinteresse pelo tema era ideologia vigente na entidade. Partia de cima, das camadas que detinham o poder para alterar esse quadro. Na ponta, o comportamento do escrivão de polícia, do investigador, do delegado ou detetive, e mesmo dos policiais militares, só representava essa cultura machista. Campana chega a citar que só havia uma delegada em todo o estado, sugerindo que não poderia criar delegacias para atenderam às mulheres sem que estas unidades fossem coordenadas também por mulheres. A nota foi publicada com um entre título que passou a ser usado com certa frequência na ocasião e dava uma dimensão exata de como o GLOBO se envolveu nas questões da mulher nessa época:

‘DIREITOS DA MULHER’

O secretário de Polícia Civil, Arnaldo Campana, disse que não concorda com a opinião da Defensora pública Luciana Khair, da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher, de que os policiais da Região Metropolitana tem preconceito contra as mulheres. Ele não tem idéia de

⁴³ Jornal O Globo, Editoria Rio – Mulher usada como escudo á baleada por ronda policial. Edição de 19 de junho de 1986.

quando poderá ser lançada uma Delegacia de Mulheres no Rio, mas considera muito mais importante ampliar a participação de assistentes sociais nas delegacias.

Campana afirmou que o Rio foi pioneiro neste sentido, dotando 13 delegacias de assistentes sociais.

Na opinião do Secretário, a repercussão de uma Delegacia de Mulheres em São Paulo é de ordem política e jornalística. Ele disse ainda que o Rio tem apenas uma Delegada, Marli Preston, na Academia de Polícia. E afirmou que seria difícil instalar Delegacias de Mulheres no Estado”.⁴⁴

O jornal relata ainda em suas páginas um dado estarrecedor: o fato de que as vítimas de estupro na década de 1980 no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, comemoravam quando um estuprador era, enfim, sentenciado: ‘Como se fosse um presente de fim de ano’. Em reportagem que teve destaque na edição de 31 de dezembro de 1987, vítimas de um estuprador em série parabenizavam a Justiça por ter-lhe aplicado pena de 12 anos e quatro meses de prisão.

“Ana Maria Araujo Duarte, uma das muitas mulheres que denunciaram como estuprador o motorista de taxi Jaime de Oliveira Marques, disse que recebeu a notícia da condenação do criminoso a 12 anos e quatro meses de prisão como um presente de fim de ano.

‘Uma vitória parcial de nós, mulheres, que queremos que ele seja condenado em todos os processos’, completou.

Jaime foi julgado anteontem pelos crimes cometidos contra quatro mulheres em 1984 e ainda responderá a outros três processos por estupro, inclusive o de Ana Maria, ainda em janeiro.

Ana Maria lamentou apenas que o estuprador pegasse a pena mínima nos quatro processos (a pena por estupro prevê detenção de três a oito

⁴⁴ Jornal O Globo, Editoria Rio – Arnaldo Campana: Policial civil não tem preconceito . Edição de 10 de setembro de 1985.

anos), considerando muito 'leve' a punição prevista no Código Penal. Além destas penas, Jaime Marques já foi condenado a seis meses de prisão por exibicionismo, em processo na 22ª Vara Criminal. Os três processos ainda a serem julgados estão nas 6ª, 7ª e 8ª Varas Criminais.

Segundo Ana Maria, apesar das condenações impostas a Jaime Marques, ainda falta muito a fazer em relação a segurança dos passageiros de taxi. Ela defende uma moralização do serviço, pedindo que os motoristas trabalhem com uniformes e crachás de identificação. Ela citou o caso de uma turista alemã estuprada anteontem por um motorista de táxi para exemplificar a falta de segurança dos passageiros, 'principalmente mulheres desacompanhadas'.

Os quatro ataques de Jaime Marques a suas passageiros foram feitos em épocas e locais diferentes, durante o Ano de 84. Em todos os quatro casos (contra Yanda Barbosa Lemos, em novembro, próximo a Rodoviária Novo Rio; Silvia Cristina Azevedo, em setembro, em Ipanema; Valeria Neves da Silva, em junho, em Copacabana; e Estela Perrota Gonçalves, em maio, na Tijuca), o Juiz Oscar Martins Silveira Filho, da 9ª Vara Criminal, considerou que o motorista foi movido 'por defeituosa conduta vital'.

Todos os ataques ocorreram dentro do táxi Volks TN-5262. Os crimes ocorridos em 84 só foram à Justiça devido a denúncia de Ana Maria, atacada neste ano. Ela foi a primeira a denunciar o estuprador e, a partir da todos os outros casos foram descobertos. No escritório do advogado do motorista, Celso Nascimento Filho, que estava ausente, a informação era de que a defesa do acusado recorrera da sentença, apesar de Jaime ter sido condenado pela pena mínima nos quatro crimes".⁴⁵

Mas não eram apenas as organizações policiais que tratavam as questões envolvendo a mulher com indiferença. Em 17 de agosto de 1980, portanto bem no início da década em que se baseia essa pesquisa, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais, declarava que não pretendia apoiar a luta das mulheres contra os maridos que as

⁴⁵ Jornal O Globo, Editoria Rio – Vitima considera uma vitória das mulheres condenação de estuprador. Edição de 31 de dezembro de 1987.

maltratavam por acreditar que a “luta era apenas transitória”. Sinal de uma época. A reportagem foi publicada na Editoria Nacional e foi feita pela sucursal do GLOBO em Belo Horizonte (MG). Para o presidente, a demanda das feministas era justificada apenas por dois assassinatos que haviam ocorrido na região, cujas vítimas pertenciam à classe média. Na bizarra opinião de Aristóteles Atheniense, o crime é rotineiro nas favelas e, por isso, não causava a mesma repercussão. Mas, o advogado que representava na ocasião a classe em Minas Gerais, argumentava que, dar ênfase ao assunto, só iria fomentar mais ainda a violência. Mais assustador então pode ser o silêncio de mulheres que partilhavam da intimidade do poder como no caso em questão, a primeira dama do estado na ocasião, Latife Pereira, que se negou a comentar a iniciativa das feministas do estado ou mesmo os casos de violência. A reportagem na íntegra segue abaixo:

“OAB nega apoio às mineiras por achar que luta é transitória

Belo Horizonte (O GLOBO) - O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais, Aristóteles Atheniense, disse ontem que não pretende apoiar a luta de mulheres contra os maridos que as maltratam. Atheniense disse que a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres ‘é transitória’ e fruto do grande destaque dado aos assassínios de Eloisa Ballesteros e Maria Regina Santos.

- Se fosse um caso na favela, passaria despercebido, porque crimes iguais aos dois últimos ocorrem em Belo Horizonte todos os dias. Atheniense argumentou que não se deve superestimar crimes como os ocorridos em Minas porque isso ‘apenas desperta certas consciências para a violência, sensibilizando pessoas que acham que o crime é a solução dos problemas’.

APOIO

Já o deputado Genival Tourinho (PDT-MG) apóia o movimento e inclusive participara da manifestação que as mineiras farão amanhã, na Igreja São José, no centro da cidade, em memória de Eloísa e Maria Regina.

- Está na hora de a mulher mineira assumir o seu papel de verdadeira participante no desenvolvimento social e esquecer a figura do passado, a mulher manipulada que chegou a ser conhecida como 'mulher marchadeira', isto é, contra os interesses populares.

Para o delegado de Homicídios, Antonio Orfeu Braúna, a manifestação das mineiras é válida.

- É preciso - salientou - saber, porém, se este tipo de manifestação trará os resultados desejados - reduzir a criminalidade. O fato é muito importante.

Mas na opinião de Braúna, 'defender a mulher que é vítima deste tipo de crime é muito difícil porque, geralmente, eles ocorrem dentro do quarto, entre quatro paredes'.

Sobre o que pensa dos crimes, dona Latife Pereira, mulher do governador Francelino Pereira, preferiu não dar opinião. O bispo de Teófilo Otoni, dom Quirino Adolfo Schimidt, disse que 'hoje é tudo em série'. Acrescentou que na sua região o machismo é tão forte 'que as mulheres sofrem muito junto aos maridos, mas não tem coragem de falar, ou de abrir a boca'.⁴⁶

3.3. TORTURA, AGRESSÃO E ASSASSINATO

Salvo as ocasiões em que o GLOBO noticiava a reação das mulheres contra a violência, manifestações essas organizadas ou não, e ainda os diversos casos em que a publicação de forma intensa criticava a postura displicente, e até irresponsável, dos mais diversos setores da administração pública, o jornal cobria os casos de torturas, ameaças, tentativas e assassinatos efetivados contra as mulheres, particularmente no Rio de Janeiro. Chama a atenção, de maneira assustadora, as várias formas de violência que afligiam as mulheres e eram retratadas pelo jornal: assassinatos

⁴⁶ Jornal O Globo, Editoria Nacional – OAB nega apoio às mineiras por achar que luta é transitória. Edição de 17 de agosto de 1980.

rotineiros, casos de estupro seqüenciais, vítimas esfaqueadas, tentativas repetidas de assassinato da mesma pessoa, espancamentos, assassinatos em série, agressões com estilete, e ainda casos de homens que deformavam suas mulheres com ferros de marcar gado. Mas o cenário de terror se tornava completo com casos de canibalismo em que diversas mulheres eram vitimadas, às vezes, pelo mesmo criminoso que passava anos a fio incólume. O periódico publicou ainda casos de crimes cometidos por grupos de homens contra uma única mulher. A palavra covardia não expressa com exatidão O GLOBO ainda registrou casos de empalação, esquartejamento e até de mulheres escalpeladas, antes e depois de sua morte.

Décadas depois, a violência contra a mulher continua sendo uma realidade no Brasil. Mas, ao olharmos para trás, a proporção em que esses crimes ocorria na ocasião poderia ser comparada a Idade Média, época em que as mulheres eram torturadas e queimadas em praça pública sob a acusação de serem bruxas ou feiticeiras. A diferença fundamental se comparada com a época avaliada pela pesquisa (1980-1989), é que as mulheres vitimadas agora não eram acusadas de feitiçaria, mas de “atrasarem o jantar” ou “terem o desejo de abandonar o lar”, e não raro “ciúmes”. Esses pecados teriam que ser punidos com agressões, tortura e até a morte.

Em 17 de junho de 1982, o GLOBO publicou reportagem na Editoria Nacional mostrando que haviam sido mortas três mulheres em apenas um dia na cidade de Recife (PE). Duas vítimas haviam sido por seus companheiros que alegavam ter ciúmes. A outra vítima foi esfaqueada 115 vezes, número que aponta inexoravelmente para um crime com motivações passionais.

“Três mulheres são mortas em recife em um só dia

Recife - Considerada por grupos feministas como a capital nacional da violência contra a mulher, Recife registrou num período de 24 horas três assassinatos de mulheres, dois deles cometidos por seus companheiros, por ciúmes. O terceiro crime - o assassinato da dona-de-casa paulista Rosália Fernandes, com 115 facadas - está sendo apontado como o mais cruel já ocorrido no Estado. Rosalia, de 37 anos, era casada com Nilson de Oliveira, gerente da empresa Novogas. Foi o próprio marido, juntamente

com o filho de 9 anos, quem descobriu o corpo no apartamento da família, em Boa Viagem.

Como ela não tinha ido buscar o menino no colégio, este ligou para o pai e ambos foram para casa. O apartamento mostrava sinais de luta. Está sendo investigada a possibilidade de um pedreiro que fazia serviços no apartamento ter algum envolvimento com o crime.

*De acordo o Viva Mulher Grupo contra a violência à mulher - foram mortas 143 mulheres na Grande Recife em 1991”.*⁴⁷

Em 26 de agosto de 1989, o assassinato da dona de casa Isabel Maciel, de 23 anos, morta pelo marido, ocorreu justamente no dia em que duas mil mulheres saíam às ruas de Caxias do Sul (RS), para protestar contra a onda de violência que atingia as mulheres da região. Isabel virou uma bandeira para as feministas gaúchas, assim como Ivana Tranquini, de 33 anos, que foi assassinada por quatro homens. Ivana havia sido estuprada, empalada e escarpelada e a passeata feminista era movida, em muito, por causa da brutalidade da ação que a vitimara. Ouvida na reportagem publicada no Caderno Nacional, a própria delegada para a Mulher, Vera Zacouteguy, revelou que tinha medo de sair à rua depois da 20h. Caxias do Sul, na ocasião, era a única cidade do interior do estado a ter uma delegacia especializada em violência contra a mulher dividido á quantidade de incidentes registrados.

“Gaúcha é morta em dia de protesto feminino

Porto Alegre – No mesmo dia em que duas mil mulheres saíam em passeata para denunciar a violência contra a mulher em Caxias do Sul (a 131 quilômetros da Capital) - pois somente este mês três foram assassinadas e 11 estupradas -, mais uma foi morta pelo companheiro. Isabel Maciel, de 23 anos, foi assassinada por Remi Spíndola, durante uma crise de ciúmes.

⁴⁷ Jornal O Globo, Editoria Nacional – Três mulheres são mortas em recife em um só dia. Edição de 17 de junho de 1982.

O protesto, do qual do qual participou a Delegada para a Mulher da cidade, Vera Zacouteguy, foi organizado em virtude da morte de Ivana Tronquini, de 33 anos, assassinada brutalmente há 15 dias, por quatro homens. Ivana foi estuprada, escarpelada e empalada por quatro moradores de uma favela vizinha a sua residência, que a assaltaram, levando apenas NCZ\$ 10.00, um par de brincos e um relógio.

As mulheres de Caxias do Sul transformaram Ivana num símbolo da violência machista que impera, na cidade, onde até a Delegada Vera Zacouteguy tem medo de sair a rua depois das 20h e ser estuprada por algum tarado. Não é por acaso que Caxias do Sul é a única cidade do interior do Estado que possui uma Delegacia da Mulher”.⁴⁸

Quase inacreditável. Tamanha era a brutalidade de alguns crimes cometidos contra as mulheres, que lembravam até roteiros de filmes de terror. Era o caso, por exemplo, dos crimes realizados pelo ajudante de motorista de caminhão Egídeo Batista do nascimento, de 49 anos, acusado de matar e comer partes de pelo menos seis mulheres na baixada Fluminense. O GLOBO cobriu a investigação que culminou com sua prisão em 29 de junho de 1989. O autor dos crimes foi preso sob a acusação de ter canibalizado o corpo da garçonete Valéria Cristina da Silva, de 19 anos, mas a polícia tinha indícios de que pelo menos outras cinco mulheres tinham sido mortas por ele, para o mesmo fim. Egídeo matava apenas mulheres, não havendo registro de homens entre suas vítimas. Não se sabe se movido por algum preconceito ou por ser mais fácil, fisicamente, sobrepujar uma mulher com o uso da força bruta. A abordagem do GLOBO era direta na citação do crime cometido por ele, ou seja, não poupando o leitor que viu logo no título e subtítulo as palavras “Canibal e pedaços de mulheres”. A abordagem do jornal ainda reforçava a fama de violenta da Baixada Fluminense. Lembrando que as vítimas eram pobres. Em outras ocasiões, em momentos em as vítimas pertenciam à classe média, o jornal se mostrava menos direto, mais discreto, na escolha das

⁴⁸ Jornal O Globo, Editoria Nacional – Gaúcha é morta em dia de protesto feminino. Edição de 26 de agosto de 1989.

palavras e expressões. Essa estratégia, creio, pode ter sido usada pela equipe de edição uma vez que, boa parte dos leitores, embora mulheres, pertenciam a uma classe social mais favorecida e não se identificariam tanto com as vítimas. O mais surpreendente é que o jornal inclusive narrou, em detalhes, uma das investidas do homicida, com todos os requintes de crueldade. Contudo, o mais estarrecedor foi a informação adquirida com a autoridade policial, segundo a qual, o criminoso já havia sido condenado por crime semelhante anteriormente, mas havia sido liberado da cadeia por ser réu primário.

“Canibal em Nova Iguaçu

Egídio comeu pedaços de seis mulheres

Acusado de comer pedaços da garçonete Valeria Cristina da Silva, de 19 anos, foi preso ontem, em Nova Iguaçu, O ajudante de motorista de caminhão Egídio Batista do Nascimento, de 49 anos. O caso ocorreu na madrugada do dia 27 de abril deste Ana e, segundo o Delegado Jose Alberto Pires Lage, da 52a DP (Nova Iguaçu), que realiza as investigações, maníaco comeu pedaços de pelo menos mais cinco mulheres.

Valeria, que esteve na Delegacia e reconheceu o canibal, contou que foi atacada quando, sozinha na Rua Plínio Carvalho, no Centro de Nova Iguaçu esperava o ônibus que a levaria ao trabalho, no Centro do Rio, às 4h45m. Segundo ela, Egídio se aproximou, deu-lhe uma ‘gravata’, alegou que estava sendo perseguido por marginais e pediu que ela o acompanhasse abraçada, fingindo ser sua namorada.

Os momentos de terror começaram poucos metros adiante, quando Egídio disse que só a liberaria se ela o beijasse na boca. Apavorada, Valeria concordou e, então, ele a levou para um matagal. Enforcando-a com uma das mãos, começou a comê-la: mordendo um pedaço, mastigando e engolindo sua carne. A primeira mordida foi na parte anterior de sua coxa esquerda. Em seguida, ele mordeu o lado esquerdo e o direito de seu rosto.

Foi quando, segundo a Valeria, houve um imprevisto: Egídio se engasgou. Isso permitiu que ela escapasse. Hospitalizada, teve que fazer duas operações de enxertos de carne nas partes em que foi mordida, mas ainda assim ficou com o rosto deformado.

*Segundo o Delegado José Lage, o canibal já foi condenado por crime semelhante, mas pegou sursis por ser réu primário. Ele negou tudo que fez com Valeria e só pôde ser preso por vadiagem, pois está atualmente desempregado”.*⁴⁹

Outro caso que espalhou o terror, ganhou uma página inteira do periódico em 5 de abril de 1985. Moradoras e freqüentadoras do bairro de Rocha Miranda estavam apavoradas com os crimes cometidos por um maníaco que esfaqueava aleatoriamente mulheres pelas ruas da cidade. O criminoso já tinha feito quatro vítimas fatais num espaço de apenas um mês. A reportagem abria espaço para um bairro distante do grande Centro ou da Zona Sul, devido à onda de pânico que tomou conta dos moradores da região. Várias versões de como seria o bandido apareceram. Todas as vítima contudo, eram mulheres quaisquer que fossem as histórias de ataque. A reportagem mostra ainda que, estranhamente, apesar de ser o assunto do momento no bairro, os policiais civis que trabalhavam na DP da área, ficaram surpresos quando os moradores foram àquela unidade. Eles alegaram que não sabiam dos ataques, embora o criminoso já tivesse matado pelo menos duas mulheres. Segundo o texto, os policiais chegaram até a se recusar a atender uma das vítimas.

“Maníaco ataca mulheres nas ruas de Vila Santa Teresa

Um maníaco esfaqueador, que só ataca mulheres pelas costas, e sempre por volta das 22 horas, está apavorando os 20 mil moradores da Vila Santa Teresa, em Rocha Miranda. Com quatro vitimas em cerca de um mês, o assassino costuma se esconder nas ruas mal iluminadas da área. Segundo algumas pessoas que já o avistaram correndo, é um rapaz jovem, que sempre anda de short e camiseta.

Na semana passada, inconformados com a falta de atuação da 40a Delegacia e até com a negativa de socorro dos policiais a uma das vitimas, cerca de 100 moradores (entre homens, mulheres e crianças) se postaram em frente aquele prédio, exigindo uma solução para o problema.

⁴⁹ Jornal O Globo, Editoria Rio – Canibal em Nova Iguaçu. Edição de 30 de junho de 1989.

Receberam apenas a informação de que seriam colocados policiais a paisana nas redondezas. O primeiro caso de esfaqueamento na Vila Santa Teresa ocorreu há cerca de um mês, na Rua Itati, onde uma jovem de 14 anos foi esfaqueada pelas costas e morreu. Alguns dias depois, num domingo, por volta das 23 horas, Maria Inês, de 26 anos, pediu socorro a Zelma Lopes Oliveira, moradora da Rua Marupiara. Ela tinha acabado de ser esfaqueada pelas costas por um desconhecido. E morreu logo depois.

No último dia 26, Sara Lucia da Silva foi esfaqueada, por volta das 21h30m, quando voltava da escola, e morreu no local. Uma hora depois, na Rua Marupiara, Ines Conceição da Silva também foi esfaqueada pelas costas e está internada em estado grave. Nesses dois últimos casos, O assassino foi visto por várias pessoas: um rapaz moreno, de short e com uma camiseta na mão.

Mas foi o caso de Ines que mais revoltou a população da Vila Santa Teresa. Várias pessoas correram para ajudá-la. Levaram-na para a 40a DP, que fica na rua ao lado, mas os policiais de plantão se negaram a socorrê-la, alegando que era caso de hospital e não de delegacia, e que não havia viaturas disponíveis no local. Janete Rosário de Oliveira e outras moradoras ficaram revoltadas, pois um camburão estava na porta da delegacia. Assim, a vítima permaneceu por quase 15 minutos esperando socorro o que, finalmente, foi dado por um motorista de carro particular que passou pelo local explica o vice-Presidente da Associação de Moradores da Vila Santa Teresa, Sebastião Marcelino, que somente uma hora depois do fato ocorrido e que uma patrulhinha do 9o Batalhão da Polícia Militar esteve no local

- É justamente essa falta de atuação da delegacia da polícia que está revoltando os moradores – diz ele.

A Vila Santa Teresa conta com 25 ruas e três praças. A grande maioria dos postes de luz está com as lâmpadas queimadas, principalmente na Praça Pedro do Couto e Ruas Marupiara e Taquaxinim. À noite, a escuridão é total na região e, segundo os moradores, a Light informa, pelo telefone, que há falta de lâmpadas para substituir as defeituosas.

*- Isto é que colabora com a ação dos marginais - afirma Sebastião Marcelino. O pior é que temos a Escola Itália funcionando lá à noite, bem aqui na rua. Imagine o risco que as meninas estão correndo”.*⁵⁰

A frouxidão da Justiça ou mesmo das autoridades policiais diante de criminosos de altíssima periculosidade, não era privilégio do Rio de Janeiro. Em 25 de setembro de 1982, uma pequena nota foi publicada no GLOBO mostrando como um candidato a deputado estadual em Minas Gerais, havia atentado contra a vida de sua esposa por, pelo menos, cinco vezes, durante brigas cada vez mais violentas. Além de ser um conhecido agressor de mulheres, o político respondia na ocasião à pelo menos 40 processos, em todos eles acusado de estelionato. Não fosse a incompetência do criminoso, que como dito acima tentara cinco outras vezes, sua mulher não teria sobrevivido.

“Candidato tenta matar a mulher pela quinta vez

Belo Horizonte - O candidato a deputado estadual pelo PDT engenheiro Jacinto Ferreira Junior foi autuado em flagrante na 1a. Delegacia Distrital, por ameaçar de morte, pela quinta vez na semana, sua mulher Silviana Ferreira de Almeida, de quem esta se separando. Segundo a polícia, ele responde a mais de 40 processos por estelionato, na Delegacia de Falsificações e Defraudações.

O delegado Fernando Ribeiro de Souza informou que, com o candidato preso na porta do Minas Tênis Clube, no final da tarde de ontem - foram encontradas duas Beretas, uma das quais de calibre 7.65mm, com

⁵⁰ Jornal O Globo, Editoria Rio – Maníaco ataca mulheres nas ruas de Vila Santa Teresa. Edição de 5 de abril de 1985.

*silenciador, importada da Tchecoslovaquia: Horas antes, ele havia ido a casa de sua mulher, ameaçou-a e Silvana correu para pedir ajuda”.*⁵¹

O caso acima não é dos únicos em que a mulher era ameaçada a mão armada com frequência, mas exemplifica a questão, pela quantidade de vezes que isso ocorreu. Outros tantos estão no anexo, ao final deste trabalho.

Menos sorte teve a doméstica Maria Lúcia, de Maceió (AL). Ela teve o rosto marcado por um ferro em brasa após ser acusada de traição pelo marido. A reportagem foi publicada no Caderno Nacional e mostrava a foto do agressor, já na delegacia. O texto falava sobre a vergonha que a vítima sentia com a marca na pele, citando inclusive “vizinhos que a olhavam com desconfiança” uma vez que seu marido a acusava de traição. Não bastasse a dor da humilhação, dor da alma, a vítima sentia dores físicas insuportáveis, que a impediam de dormir. Abordava ainda a reportagem, o desejo desesperado da vítima de abandonar, o quanto antes, o seu estado de origem a fim de fugir do ex-companheiro.

“Mulher desfigurada pelo marido quer deixar a cidade

Maceió - Envergonhada por ter o rosto marcado com ferro em brasa pelo marido ciumento, a doméstica Maria Lucia procurou ontem o Delegado da cidade alagoana de Messias, Sargento Valter Silva, e pediu autorização para viajar. Ela alegou não ter mais condições de viver na Fazenda Barra Nova, a cerca de 80 quilômetros da Capital. Rosto parcialmente coberto por lenço, ela apelou: ‘Seu Delegado, deixe eu viajar com meus filhos’. Maria Lucia teve quatro filhos de José Salustino dos Santos em 15 anos de casamento. Na noite de domingo, desconfiado de que ela o traía, o marido marcou-lhe o rosto com as iniciais MGSM (‘Mulher gaieira só matando’).

Maria Lucia contou ao Delegado que esta sofrendo muitas dores no rosto não a deixam dormir e os vizinhos olham para ela com desconfiança.

⁵¹ Jornal O Globo, Editoria Nacional – Candidato tenta matar a mulher pela quinta vez. Edição de 25 de setembro de 1982.

O cortador de cana José Salustiano está aguardando na cadeia de Messias o resultado do inquérito. Ontem, com a permissão do Delegado, ele contou como a torturou. Não demonstrou arrependimento, mas disse que não faria novamente.

Para fazer a marca, além de amarrar a mulher, pôs uma faca na barriga dela, jurando que a mataria se gritasse. Maria Lucia defende-se, afirmando que nunca o traiu.

- Nunca pensei que ele fizesse isso comigo – lamentou”.⁵²

Se a suspeita do marido trouxe desgraça para a doméstica Maria Lúcia, de Alagoas, o simples fato de ter atrasado o almoço custou a vida de outra dona de casa, em Minas Gerais. O algoz, ex-pastor evangélico e marido da vítima só foi desmascarado por que havia testemunhas que mudaram sua versão na delegacia. Siga o texto:

“Mulher incendiada por atrasar almoço

Juiz de Fora, MG – Irritado com a demora do almoço, Francisco Mauro da Silva, 23 anos, ex-pastor evangélico que recentemente deixou as atividades religiosas para tornar-se camelô, encharcou a roupa de sua mulher Maria Inês, 23 anos, com álcool e pôs fogo em seguida. Ela morreu ontem na Clínica de ortopedia e Traumatologia, com queimaduras de terceiro grau.

O ex-pastor disse, na Polícia, que a mulher suicidou-se, mas foi desmentido por parentes e vizinhos, inclusive pelo filho Eliezer, 6 anos, que o acusaram de deter cometido o crime friamente, sem dar chance a mulher para se explicar e se negando a ouvir as súplicas do filho”.⁵³

⁵² Jornal O Globo, Editoria Nacional – Mulher desfigurada pelo marido quer deixar cidade. Edição de 7 de novembro de 1984

⁵³ Jornal O Globo, Editoria Nacional – Mulher é incendiada por atrasar almoço. Edição de 3 de dezembro de 1986.

Havia situações em que a mulher tentava se proteger das agressões fugindo do lar. Mas, como mostra reportagem de 8 de fevereiro de 1984, abandonar o lar não era tarefa das mais fáceis. Na reportagem veiculada pelo jornal, o marido atirou diversas vezes contra a mulher quando soube que ela o deixaria. Não bastasse a violência das agressões, sequer o direito de ir e vir era resguardado. A sentença condenando marido à um ano, cinco meses e 10 dias a prisão foi publicada pelo GLOBO na forma de uma pequena nota.

“Tiros na mulher que tentou abandonar o lar

Com os tiros disparados contra a mulher, Nilza Canavezes Ferreira de Almeida, de 37 anos, o pintor José Almeida Ferreira, de 43, desfez em 12 de outubro de 1981 um casamento de 17 anos. O casal tinha cinco filhos quando houve a tentativa de homicídio por parte de José.

Seis meses antes, ele fora submetido a uma cirurgia que o deixou impotente para o resto da vida. Inconformado com o procedimento da mulher, que tentou abandonar o lar por causa das consequências da operação, ele apanhou sua arma no carro e disparou contra ela. O conselho de sentença do 2o Tribunal do Júri condenou Jose à um ano, cinco meses e dez dias de reclusão.⁵⁴

3.4 LEI MARIA DA PENHA E CENÁRIO ATUAL

Uma das mais importantes conquistas femininas nas últimas décadas foi a aprovação da Lei nº. 11.340/2006, que ficou popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica cearense que foi casada com o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveros que a agrediu seguidas vezes durante seis anos, até que em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la. Na primeira com arma

⁵⁴ Jornal O Globo, Editoria Nacional – Tiros na mulher que tentou abandonar o lar. Edição de 8 de fevereiro de 1984.

de fogo, deixando-a paraplégica, e na segunda por eletrocussão e afogamento. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou preso apenas dois anos em regime fechado. Em razão desse fato, o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), juntamente com a vítima, formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA que é um órgão internacional responsável pelo arquivamento de comunicações decorrentes de violação desses acordos internacionais.

A lei alterou o Código Penal brasileiro e possibilitou que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada, estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas, a legislação também aumentou o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos. A lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

A lei entrou em vigência no dia 22 de setembro de 2006, depois de ter sido amplamente discutida. Dentre as medidas protetivas dispostas na Lei 'Maria da Penha', algumas merecem destaque, como a garantia da integridade física e moral da ofendida, a obrigação da Autoridade Policial em garantir a proteção da mulher, encaminhá-la ao hospital, fornecer à vítima e seus dependentes o transporte caso isso se faça necessário, e acompanhamento até o domicílio da agredida para a retirada dos pertences. Além disto, a Lei determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes à programas e serviços de proteção, garantindo-lhe os Direitos Humanos que se achavam positivados na Constituição Federal. À mulher vítima de violência doméstica e familiar também é garantida assistência jurídica gratuita, bem como o acompanhamento jurídico em todos os atos processuais.

A lei sem dúvida tem sido útil na prevenção e punição dos casos de violência no país, mas não solucionou o problema. Apesar do avanço legal e da conscientização social, em muito por conta da divulgação da mídia, o Brasil ainda está longe de ser um país seguro para as mulheres. Parece exagero? Não. Vinte e dois anos após o encerramento da década analisada por este

trabalho, os números da violência de gênero são, ainda, tristemente assustadores.

O número de mulheres assassinadas no Rio de Janeiro aumentou 1,3% em 2011, na comparação com o ano anterior, enquanto, no total da população, o número de homicídios tenha tido queda de 10,2%. Do total de vítimas por homicídio doloso, aquele em que é caracterizada a intenção, 7,1% eram mulheres. A constatação é da sétima edição do Dossiê Mulher, divulgado em 14 de agosto de 2012 pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP). Na média mensal, 25 mulheres foram vítimas de homicídio doloso em 2011. Das 303 mulheres assassinadas no ano passado, 14,2% das vítimas eram ex-companheiras ou companheiras do provável autor do homicídio e 19,1% conheciam os acusados. A maior parte dos crimes se dá em situação de violência doméstica. Segundo a pesquisa do ISP, nos últimos anos, o número de mulheres envolvidas com atividades criminosas tem crescido de forma expressiva, o que pode ter relação com o aumento dos casos de homicídio. 'O dossiê também fez um perfil das vítimas quanto à cor e ao estado civil. Em 2011, 47,5% das vítimas de homicídio doloso eram pardas, 27,1%, brancas e 18,5%, negras. Ainda segundo os dados coletados, 32,7% eram solteiras. Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, foi o local com maior número de casos, com 25 mortes. A região também era apontada na década de 80 como a mais violenta em relação aos assassinatos de mulheres. Já em relação à maior taxa de vitimização entre a população feminina, destacou-se a região que engloba Paraíba do Sul, Comendador Levy Gasparian, Areal, Três Rios e Sapucaia, com 0,75 mulheres vítimas por grupo de 10 mil mulheres. O número de notificações dos casos de lesão corporal dolosa também subiu 7,2% entre 2010 e 2011, mais 3.644 mulheres. Já os casos de ameaça contra mulheres aumentaram 8,6% de 2010 para 2011, com 54.253 notificações, 147 vítimas por dia. Em relação à tentativa de homicídio, foi constatado aumento de 2,3%, se comparado ao número de casos no ano anterior.

Outra pesquisa divulgada também neste ano, trás números nada animadores no que diz respeito ao tema. Divulgado em maio de 2012, estudo do Instituto Sangari - coordenado pelo sociólogo Júlio Jacobo Waiselfiz e realizado em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) - de 1980 a 2010, foram assassinadas no país cerca de 91 mil

mulheres, 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6% nos índices de assassinatos de mulheres.

De 1996 a 2010 as taxas de homicídios de mulheres permaneceram estabilizadas em torno de 4,5 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres. Espírito Santo, com taxa de 9,4 homicídios em cada 100 mil mulheres, mais que duplica a média nacional e quase quadruplica a taxa do Piauí, o Estado que apresenta o menor índice do país. Entre os homens, só 14,7% dos incidentes aconteceram na residência ou habitação. Já entre as mulheres, essa proporção eleva-se para 40%.

Ainda segundo a pesquisa, a cada duas horas, uma mulher é morta no Brasil. Na maioria dos casos, o assassino é o namorado, marido ou ex-companheiro, que mata dentro de casa, após já ter cometido pelo menos um ato de agressão. Os dados mostram que, em uma lista de 87 países, o Brasil ocupa a vergonhosa sétima posição no ranking de países em que mais se matam mulheres. Em 2010, foram 4.297 casos ou 4,4 assassinatos por 100 mil habitantes. Na comparação por faixa populacional, o Espírito Santo é o primeiro do ranking. Com taxa de 9,4 mortes, como dito acima. Só para efeito de comparação, isso representa o dobro da média brasileira e o triplo do índice de São Paulo, o penúltimo da lista. No mapa das capitais, as Regiões Norte e Nordeste são as mais problemáticas. Porto Velho, Rio Branco, Manaus e Boa Vista, por exemplo, têm mais de dez mortes por grupo de 100 mil habitantes. Em todas as regiões, as vítimas são, normalmente, mulheres de 20 a 29 anos.

Os números assustam as autoridades. No início do mês de agosto de 2012, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, fez duras críticas ao atual sistema de atendimento oferecido pelas autoridades às mulheres vítimas de violência. Menicucci disse em entrevista a Radio Bandeirantes de São Paulo, que era preciso ampliar a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, sobretudo no interior do Brasil. Dados da pasta indicam que o país tem apenas 377 delegacias especializadas.

“Se faz necessária e urgente a criação de mais delegacias e a recriação das que já existem. Precisamos reformular a proposta destas delegacias. Quando elas foram criadas, nos anos de

1980, vieram com uma proposta inovadora de uma equipe multiprofissional. Hoje, praticamente temos só as delegadas”.

Menicucci explicou que cada delegacia especializada deveria ter profissionais como assistentes sociais e psicólogos. Para a ministra, uma rede de atendimento para mulheres vítimas de agressão só pode ser considerada completa na medida em que oferece, além das delegacias, casa-abrigo, pronto-socorro especializado e vara de família.

“Quando não existe esta rede, as mulheres denunciam e o Estado, o Poder Público, não as acolhe. Elas voltam para casa e, ao fazerem isso, estão voltando para uma situação extremamente perigosa e vulnerável”, concluiu.

Ainda no mês de agosto de 2012 no âmbito do governo federal, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, Menicucci, e o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Mauro Luciano Hauschild, assinaram um acordo de cooperação técnica para a realização de ações a fim de enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher. O INSS e o Instituto Maria da Penha também firmaram um convênio com o mesmo fim. A parceria tem como objetivo desenvolver ações políticas de proteção à mulher por meio de medidas preventivas e repressivas que vão desde ações sócio-educativas até o ajuizamento de ações regressivas.

Inicialmente, o INSS, por meio da Procuradoria Federal Especializada (PFE/INSS), analisa cerca de oito mil processos recebidos da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher no Distrito Federal. A idéia é que o ajuizamento dessas ações tenha caráter preventivo, a fim de evitar futuras agressões no ambiente doméstico e familiar, além de ser um instrumento para ressarcir a Previdência Social pelas despesas decorrentes das concessões de benefícios, resultado de violência dessa espécie.

CONCLUSÃO

Uma análise superficial do capítulo anterior poderia fazer supor que as conquistas feministas na área jurídica, por exemplo, não foram capazes de protegê-la totalmente de um homem movido por preconceito, ciúme, inveja, raiva ou qualquer desses sentimentos menores. Mas, é inegável que, o Brasil que as mulheres da década de 1980 conheceram, é outro país. Há a responsabilização legal dos criminosos, a investigação detalhada de crimes contra elas, graças a Constituição de 1988, o Código Civil de 2002 e a várias modificações no Código Penal, por exemplo. Sendo assim, não há como negar o papel do GLOBO nessa trajetória de conquistas. Graças à abordagem insistente desse tema ao longo da década em questão, é possível afirmar que houve uma mudança de paradigma. O jornal contribuiu em muito para a formação de um conceito baseado simplesmente nas mais fundamentais conquistas dos direitos humanos. Com suas reportagens, o GLOBO alimentou uma ideologia oposta à vigente. Na qual a mulher não poderia ser rotineiramente vítima de todo tipo de abusos e preconceitos.

A utilização de termos e temas pesados, agressivos, tais como: estupro, assassinato, decapitação, canibalismo, espancamento, tortura, perseguição, entre outros, aliados a freqüentes citações de incompetência, descaso e injustiça por parte das autoridades, destampou a tampa de uma panela de pressão, levando, como resultado, a conhecimento de todos, o drama de centenas de mulheres pelo Brasil a fora.

Mais, essa postura do periódico atribuiu à sociedade a competência para lidar com o tema que, em geral, importava apenas as mulheres vitimadas. Assim fazendo, o GLOBO trouxe a questão a tona para que esta fosse discutida “em praça pública”. Acompanhou casos nas regiões mais ermas do Brasil. Em vários momentos se distanciando do interesse maior e da orientação de sua linha editorial voltada, em grande parte, para o público de classe média e classe média alta do Rio de Janeiro. Contudo, assim fazendo, trouxe para a linha de frente da questão, mulheres intelectuais, capazes de criarem formas de se fazerem ouvir. Alimentando os movimentos feministas e dando voz a estes.

Em cada uma das reportagens aqui analisadas e em outras dezenas que serviram de base para essa tese, percebe-se a determinação filosófica de mudar o status quo, machista, patriarcal, violento e preconceituoso. Não acredito, porém, que havia a consciência coletiva ou mesmo a ingerência da direção da casa no que se refere à questão de filosófica. Contudo, as reportagens tiveram esse efeito “conspiratório”.

Para finalizar, faço minhas as palavras da feminista Silvia Pimentel, referentes à discriminação contra as mulheres:

“Não tenho dúvidas de que vencer estereótipos e preconceitos milenares necessitarão ainda várias gerações. É importante que isto fique bem claro para que não avaliem pobre ou equivocado o esforço notável do movimento de mulheres no mundo todo e no Brasil, durante as últimas 3, 4 décadas. Muito se fez, muito está se fazendo mas muito há que ser todavia feito. E, por várias gerações. Toda mudança — e muito especialmente a da ideologia patriarcal — requer muita garra, esforço e paciência.”⁵⁵

⁵⁵ A notícia – “Dia da Mulher: especialista analisa as principais conquistas femininas das últimas décadas”, 08 de março de 2011, versão on line.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, M.B. (org). Textos e imagens do feminismo. Mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2000.

AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas: a violência denunciada. SP: Cortez, 1985.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BESSE, Susan Kent. Modernizando a desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940 editora: Edusp, São Paulo, 1999.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 87-98. ISSN 0103-4014.

BLAY, Eva Alterman "Direitos humanos e homicídio de mulheres". Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. Concluída em 2003. Resumo dos dados encontra-se na página do NEMGE.

COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v.5, n.2 p.9-35. Niterói, 1º Sem 2005.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CUNHA, Tânia Rocha A. O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: UESB, 2007.

CONY, Carlos Heitor em Fatos e Fotos – Gente. Brasília, 22 de outubro de 1979, nº 948, ano XVII. Rio de Janeiro, Bloch Editores.

DELEUZE, Gilles. Lógica do sentido. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983.

FOUCAULT, Michael. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FRIEDAN, Betty. A segunda etapa. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli. Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica, DASSO JÚNIOR, Aragon Érico (orientador) - Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica – Anais de Iniciação científica da PUCRS.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. pág. 640 IN: Priore, Mary Del. (org.). Histórias das Mulheres no Brasil.

GREGORI, M. F. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, 1995; OEA, 1996; apud SCHRAIBER, Lília & D'Oliveira; Ana Flávia (1999) pág. 03.

GROSSI, Miriam e PORTO, Roseli. 30 anos de pesquisa sobre violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Sexualidade, Gênero e Sociedade. vol. 12, n. 23/24/25, p. 5-8, 2005.

GROSSI, Miriam, MINELLA, Luzinete S., PORTO, Roseli. (orgs.) 30 anos de pesquisas feministas sobre violência. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.

KAPRA, Fritjok. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1994.

KOERNER, Andrei "Posições doutrinárias sobre direito de família no pós-1988. Uma análise política". Em Fukui, Lia (org.). Segredos de Família. São Paulo, Annablume, 2002.

MASSUNO, Elizabeth. "Delegacia de Defesa da Mulher: uma resposta à violência de gênero". Em BLAY, Eva A. Igualdade de oportunidades para as mulheres. São Paulo, Humanitas, 2002.

MILLER, Mary Susan. Feridas Invisíveis: abuso não físico contra mulheres. São Paulo: Summus, 1999.

ONU. World Conference on Human Rights. Vienna 14-25 June 1993. Vienna Declaration and Programme of Action.

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. Artigo publicado na edição nº 21 de abril/maio de 2007.

PRIORE, Mary Del (org.), BESSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil. 9ª Ed., São Paulo: Contexto, 2008.

PRIORE, Mary Del. Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

PRIORE, Mary Del. A Mulher na História do Brasil: Raízes Históricas do machismo Brasileiro, a mulher no Imaginário Social: Lugar de Mulher é na história. São Paulo; Contexto, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Relações de gênero: violência masculina contra a mulher. In: Ribeiro, H. Mulher e Dignidade: dos mitos à libertação. São Paulo: Paulinas, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, H.I.B., MUÑOZ-VARGAS, Monica (orgs.) Mulher Brasileira é Assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2. Porto Alegre, 1990.

SOARES, Bárbara Musumeci. Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

SOIHET, Raquel. Violência Simbólica: Saberes masculinos e representações femininas. Revista estudos Feministas, vol. 5, n. 1, 1997.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

SOIHET, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano", Carla Bassanezi (Coord. de textos), Mary Del Priore (org.) História das mulheres no Brasil. 9ª Ed., São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Evandro L. A defesa tem a palavra. 3ª ed., Rio de Janeiro, Aide Editora, 1991.

VRISSIMTZIS, Nikos A. Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga. São Paulo: Odysseus, pág 38. 2002.

OUTRAS FONTES:

A Globo e a Estética da Ditadura. copyright *Folha de S. Paulo*, 11/05/02.

A imprensa escrita no Brasil. UFRGS.

Editorial do Jornal O GLOBO - Ressurge a Democracia 02 de abril de 1964.

Jornal O Globo, Segundo Caderno – A mulher, ainda vítima dos abusos domésticos. Edição de 29 de agosto de 1985.

O GLOBO, Caderno O País - Mulher Maranhense reage a maridos e amantes que batem, estupram e matam. Edição de 16 de novembro de 1980.

Jornal O GLOBO, Editoria Rio – À violência e impunidade dos homens, as mulheres dizem não - 13 de julho de 1985.

O GLOBO, Editoria País – O Homem violento preocupa as mulheres do Rio - 28 de dezembro de 1981.

Jornal O Globo, Editoria País – Teresina tem dois mil casos de violência contra mulheres em dois anos – 07 de maio de 1987.

O GLOBO, Editoria País – Paulistanos admitem: Há violência contra a mulher – 18 de abril de 1986.

Jornal O Globo, Editoria País – Gaúchas protestam contra onda de violência sexual – 2 de março de 1983.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Cartilha traçará rumos da mulher – 22 de março de 1987.

Jornal O GLOBO, Editoria Rio – Feministas baianas denunciam estupro – 12 de fevereiro de 1982.

Jornal O GLOBO, Editoria Rio — Violência contra mulher será tema de congresso — 21 de Janeiro de 1981.

Jornal O GLOBO, Editoria Rio - Defensora Pública atende mulheres agredidas e orienta sobre desquite – 6 de setembro de 1985.

Jornal O GLOBO, Editoria Rio – Grupos querem contratação de médicas no IML Pública atende mulheres agredidas e orienta sobre desquite – 27 de agosto de 1986.

Jornal GLOBO, Editoria Rio — Mulheres vítimas da violência terão abrigo – 24 de maio de 1988.

Jornal O GLOBO, Editoria Rio — Defensoria da Mulher proíbe a cobertura de jornalistas – 13 de setembro de 1985.

Jornal O Globo, Segundo Caderno – A visão machista do policial. Edição de 29 de agosto de 1985.

Jornal O Globo, Editoria Nacional - Mulher é morta por que provoca: diz Secretário. Edição de 01 de maio de 1985.

Jornal O Globo, Caderno Cidade – Secretário escreve carta em defesa de delegado. Edição de 03 de setembro de 1989.

Jornal O Globo, Editoria País – O Homem violento preocupa as mulheres do Rio - 28 de dezembro de 1981.

Jornal O Globo, Segundo Caderno – A mulher, ainda vítima dos abusos domésticos. Edição de 29 de agosto de 1985

Jornal O Globo, Editoria Nacional - Mulher é morta por que provoca: diz Secretário. Edição de 01 de maio de 1985.

Jornal O Globo, Caderno Cidade – Secretário escreve carta em defesa de delegado. Edição de 03 de setembro de 1989.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Comissão feminina exige que DP registre 'surra'. Edição de 7 de agosto de 1986.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Mulher agredida na Cedae ao reclamar de falta de água. Edição de 31 de janeiro de 1982.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Polícia surra mulher que pediu ajuda . Edição de 16 de janeiro de 1987.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Jovem raptada por policiais. Edição de 02 de abril de 1986.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Mulher usada como escudo á baleada por ronda policial. Edição de 19 de junho de 1986.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Arnaldo Campana: Policial civil não tem preconceito . Edição de 10 de setembro de 1985.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Vítima considera uma vitória das mulheres condenação de estupro. Edição de 31 de dezembro de 1987.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – OAB nega apoio às mineiras por achar que luta é transitória. Edição de 17 de agosto de 1980.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Três mulheres são mortas em Recife em um só dia. Edição de 17 de junho de 1982.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Gaúcha é morta em dia de protesto feminino. Edição de 26 de agosto de 1989.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Canibal em Nova Iguaçu. Edição de 30 de junho de 1989.

Jornal O Globo, Editoria Rio – Maníaco ataca mulheres nas ruas de Vila Santa Teresa. Edição de 5 de abril de 1985.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Candidato tenta matar a mulher pela quinta vez. Edição de 25 de setembro de 1982.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Mulher desfigurada pelo marido quer deixar cidade. Edição de 7 de novembro de 1984.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Mulher é incendiada por atrasar almoço. Edição de 3 de dezembro de 1986.

Jornal O Globo, Editoria Nacional – Tiros na mulher que tentou abandonar o lar. Edição de 8 de fevereiro de 1984.

ANEXOS

Um "Tercelinho da ovelha", José Felipe volta ao Brasil de sua primeira viagem e conta com quem esteve no aeroporto de Guarulhos que falou aqui. Página 3

Segundo Caderno

Do Estado brasileiro: "A vida mal passar" por volta de 1960 no Rio de Janeiro, com a chegada de Sir Arthur e depois de Dalai Lama. Página 2

A mulher, ainda vítima dos abusos domésticos

A mulher, ainda vítima dos abusos domésticos. Ela sofre violência física, psicológica e sexual. Muitas vezes, a agressão ocorre em momentos de tensão, após um dia de trabalho. A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de mulheres no Brasil. Muitas vezes, a agressão ocorre em momentos de tensão, após um dia de trabalho. A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de mulheres no Brasil.



Em muitos casos, o desemprego e a bebida são motivos para as agressões



Mulher de baixa renda cansa de apunhar, mas não vê perspectivas

Para a polícia, as denúncias de violência doméstica são cada vez mais frequentes. Muitas vezes, a agressão ocorre em momentos de tensão, após um dia de trabalho. A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de mulheres no Brasil.



Para a polícia, as denúncias de violência doméstica são cada vez mais frequentes. Muitas vezes, a agressão ocorre em momentos de tensão, após um dia de trabalho. A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de mulheres no Brasil.

Para a polícia, as denúncias de violência doméstica são cada vez mais frequentes. Muitas vezes, a agressão ocorre em momentos de tensão, após um dia de trabalho. A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de mulheres no Brasil.

Para a polícia, as denúncias de violência doméstica são cada vez mais frequentes. Muitas vezes, a agressão ocorre em momentos de tensão, após um dia de trabalho. A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de mulheres no Brasil.

Uma mulher de baixa renda cansa de apunhar, mas não vê perspectivas

Uma mulher de baixa renda cansa de apunhar, mas não vê perspectivas

Uma mulher de baixa renda cansa de apunhar, mas não vê perspectivas

A visão machista do policial

A visão machista do policial. Muitas vezes, a agressão ocorre em momentos de tensão, após um dia de trabalho. A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de mulheres no Brasil.

Uma mulher de baixa renda cansa de apunhar, mas não vê perspectivas

Uma mulher de baixa renda cansa de apunhar, mas não vê perspectivas

Uma mulher de baixa renda cansa de apunhar, mas não vê perspectivas

5 NOV 1978

CULCUBA & D. 1010000

Mulher maranhense reage a maridos e amantes que batem, estupram e matam

São Luis — Três assassinatos, 30 tentativas de homicídio, 58 espancamentos, sete estupros (um cometido pelo pai e 34 seduções (a maioria com promessas de casamento) foram praticados por maridos, amantes e namorados contra as mulheres maranhenses somente de agosto a novembro deste ano.

Estes dados foram colhidos em apenas duas delegacias policiais — 1º Distrito e João Paulo — e lidos a um público de 300 pessoas (90% de mulheres) que compareceu ao Colégio Maristas para participar do debate A mulher e a violência, realizado pela primeira vez nesta Capital.

DEBILIDADES

Promovido pelo Grupo de Mulheres da Zona, as debates, dirigidos pela historiadora Ana Proença, as sociólogas Ângela Carneiro, da UFMA, e Lucélia Barreto, e a assistente social Maria Orlina, trataram a violência no cotidiano da mulher, desde a infância, sua desvalorização pelo homem e marginalização pela classe dominante.

Antes das discussões, foi distribuído um manifesto, citando vários exemplos de submissão e violência física e moral praticadas contra a mulher. Diz que "a maioria se torna mulher pelo aparelhamento da docilidade, fragilidade, obediência, megalice e submissão, sendo como destino no quarto paredes de lar, ser dona-de-casa, mãe de filho, mãe, esposa, que tudo faz em nome do amor".

Diz ainda o manifesto que "nos livros escolares nos vemos ditando lições, avendo livros, sendo apenas mãe, esposa e dona-de-casa. E na televisão, aparecemos diariamente como objeto sexual ou simplesmente detritado esfarelado diante de um geladeira, de um fogão, de um cigarro ou de um homem,

que fuma tal cigarro ou que tal sorreja".

CORPOS CONTROLADOS

"Queremos fazer dessa violência tão natural, das passadas de mão, dos palmas no pé do marido no meio da rua, dos apertos nos braços, das gracinhas no cinema, de nome sexualidade, de nome sensualidade e de nossos corpos sempre controlados e reprimidos", acrescenta o manifesto.

A socióloga Ângela Carneiro fez o levantamento sobre assédio sexual, estupro e sedução, cometendo ao final: "Os espancamentos pelos maridos e amantes em mulheres da classe baixa são rotineiros no Maranhão. Tornaram-se um hábito e a tradição desta, segundo reconhecer os policiais, não são nem raros nem infrequentes. Dos sete assassinatos, um foi praticado pelo marido".

Em resumo que o levantamento foi feito somente em duas delegacias, as que concentram a maioria dos casos na Capital. Mas, na realidade, esses dados são triplicados se forem consultados os arquivos de todos os distritos policiais.

'SOS MULHER'

O homem violento preocupa as mulheres do Rio



América e Maria Alcega são duas das 30 voluntárias que se reúnem nos sábados

briga com síndico e um assassinato.

Apesar das diferenças de classes e de formação cultural destas nove mulheres, as platonistas observaram um perfil comum a todas elas: a hostilidade e a incapacidade de reagir às agressões.

— Essas mulheres, de América, essas mesmas mulheres que hoje quer desancorar as agressões do marido e se separar dele, amarradas às suas dívidas se não seria melhor continuar vivendo com ele. E isso acontece com todas as mulheres. Não são os excluídos do-

Por causa dessa identificação entre platonistas e as mulheres que procuram o SOS, a entidade gratuita também desenvolveu pequenos grupos de reflexão, para debater cada experiência particular, além da violência em geral. A intenção desse trabalho é reconhecer a mulher de seus direitos e a partir disso levá-la a uma "realização real" de sua vida.

— E não há entender, explicou América, porque foi apaixonada por um marido, e levada a tomar uma posição para que isso não ocorra e se repetir não se em outra relação qualquer que venha a ter.

Para desenvolver o seu trabalho e atingir esse objetivo, o SOS vem enfrentando algumas dificuldades. A primeira delas é de caráter financeiro, uma vez que, até hoje, ainda se mantém à mão, enquanto verbas através de doações para o Livro de Ouro e organização de festas. Outro problema é o número limitado de voluntárias que impede que os horários de plantões sejam aumentados e extensivos aos bairros da Zona Sul.

— Queremos deixar claro, diz América, que o SOS é um espaço aberto a qualquer mulher que queira, dentro de suas possibilidades, integrar-se ao trabalho. Não é um trabalho exclusivo de feministas e quem está filiado a nenhuma partido político.

Os plantões do SOS Mulher, de Rio, ocorrem das 17 às 20h nas terças; das 19 às 22h, nas quartas; e das 16 às 17h, nas quintas-feiras.

Um assassinato e uma ameaça de morte foram as duas causas apresentadas pelo SOS Mulher, de Rio, na sua primeira reunião de funcionamento. Criada nas reuniões de setembro passado, que se realizaram há um ano e meio, tem por objetivo mobilizar das entidades, solidariedade e apoio jurídico (ou lei) a casos de mulheres vítimas de qualquer tipo de violência.

Por meio de plantões de três horas, realizadas gratuitamente às terças, quartas e quintas-feiras, as voluntárias se organizam em grupos de três, que se reúnem semanalmente, para não haver desgaste emocional.

Ainda sem fully telefonia (mas com a rua Eválio de Teles, 95 e 130), o pouco divulgado, o SOS foi procurado no dia seguinte à sua criação (16 de dezembro) por duas mulheres, que sofreram de sua existência através de amigos. A primeira delas queria a ajuda para fazer frente às as-

sessões de uma amiga, morta com dois tiros disparados por um homem com quem se desentendia num bar.

— Essa pessoa, conta América, tinha duas platonistas, não nos deu muitos elementos desta longa. Contou apenas que estava com essa amiga num bar e que chegou em casa, com o qual o responsável se meteu a discutir. No meio do bate-boca o homem pegou um revólver e disparou. Não se lembra bem ainda o que falou, mas foi um de extrema violência.

O segundo atendimento foi a uma mulher que, após um ano de separação, está sendo ameaçada de morte pelo marido poroso. Há um mês, ela só viveu no divórcio. Diante da situação, as platonistas lhe sugeriram assistência jurídica para uma queixa em delegacia, alertando-a, contudo, para o tipo de reação que esse procedimento pode acarretar.

— Essas iniciativas, diz Maria Alcega, outra platonista, não sempre valem a pena de dois meses. Da mesma forma que pode SOS e homem, pode fazer a mais agressivo. Isso é inevitável. Por esse motivo, é que temos que

conscientizar a mulher de todos os riscos que ela corre, e deixar claro que ela vai ter que cobrir a si e o filho.

Sua solidariedade, no episódio de Maria Alcega, o fator mais importante do serviço prestado pela entidade; é através de "hora de Rogeritadas de mulher para mulher" que esta pode oferecer um novo espaço e estilo de vida.

— E também o que é gente é capaz de fazer melhor, continua, não sempre faz de estar dentro, vivendo as mesmas coisas.

Essas duas casos atendidos nessa semana são apenas os casos que chegaram ao SOS. Após o encontro feminista de Volta Redonda, em julho deste ano, quando se formou a comissão SOS Mulher do Rio de Janeiro, nove mulheres, vítimas das mais variadas tipos de violência, procuraram o grupo preliminar que, mais tarde, se transformaria no SOS cortês.

— Para se ter uma idéia, conta América, aconteceu desde o caso de uma empregada doméstica que teve o filho sequestrado, num de violação da correspondência, passando por uma

M. L. 200 - B. P. (1957)

U. P. 1957

Teresina tem dois mil casos de violência contra mulheres em dois anos

TERESINA — Se nos últimos 24 meses, dois mil casos de violência contra mulheres foram registrados em Teresina, segundo denúncia feita ontem pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher.

A assistente social Maria Gomes de Moura, que integra o Conselho, disse que somente seis casos foram levados a julgamento, mesmo assim sem a devida punição dos responsáveis por atos de estupro e violência generalizada contra as mulheres.

A diretora Ana Vitoria, do Centro Popular da Mulher, entidade organizada em 20 bairros de Teresina,

destacou que centenas de casos de violência não chegam ao conhecimento público porque as mulheres não denunciam e limitam-se quando procuram as autoridades.

Todas as questões envolvendo os direitos da mulher serão debatidas hoje à noite na Polícia da Cultura, durante o lançamento de campanha de combate à violência contra a mulher. As entidades apressaram-se para reavaliar a atuação de comitês femininos nos bairros e o imediato funcionamento da Delegacia da Mulher, aprovada pela Direção do Estado há três anos.

18 ABR 1986

Paulistanos admitem: Há violência contra mulher

SÃO PAULO — A absoluta maioria da população paulistana (86 por cento) considera o problema da violência contra a mulher no Brasil muito grave. Essa opinião é particularmente frequente entre mulheres (90 por cento), pessoas de classe C (91 por cento) e de idade entre 36 e 48 anos (88 por cento).

Os dados são da pesquisa divulgada ontem, pelo Conselho Estadual de Condições Femininas, sobre o repercussão do programa "Globo Separar", da TV Globo, que abordou o problema da violência contra a mulher no dia 13 de março e que foi assistido por cerca de 3,5 milhões de pessoas na Grande São Paulo, onde a população adulta residente é estimada em 7,8 milhões.

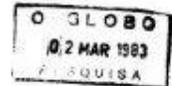
A pesquisa foi feita pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, que fez 93 entrevistas — 297 homens e 396

mulheres, acima de 18 anos, de todos os níveis socioeconômicos — entre os dias 15 e 17 de março, em áreas urbanas da Capital, São André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Osasco e Guarulhos.

Os paulistanos são praticamente unânimes em reconhecer a violência contra mulheres: 87 por cento dos adultos ouvidos na pesquisa admitem a existência do problema. Esse índice se eleva ligeiramente entre mulheres, 88 por cento; pessoas da classe C, 89 por cento; e jovens, 80 por cento.

Novo entre cada dez adultos em São Paulo são favoráveis ao encaminhamento dos casos de violência contra mulheres à Delegacia de Defesa da Mulher. Apenas um em cada dez adultos (1 por cento) considera que uma Delegacia de Polícia não é o lugar adequado para resolver problemas dessa natureza.

mulher. Mjurnal



Gaúchas protestam contra onda de violência sexual

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Cerca de 500 mulheres participaram ontem de ato público no centro da capital em protesto contra o aumento da violência sexual no Estado. A manifestação marcou a abertura da Semana de Movimento Unitário da Mulher, que promoverá debates sobre a participação da mulher na sociedade.

A socióloga Denise Dora, representante do grupo feminista Lebers, denunciou o assassinato de mais de 30 mulheres nos dois primeiros meses do ano, contra os 52 casos registrados durante 1981. Segundo Denise, o desemprego é um dos fatores responsáveis pelo clima de violência, e as mulheres precisam se unir para enfrentar o problema.

— A falta de emprego — afirmou — tem gerado a violência sexual, pois os homens chegam em casa cansados, sem perspec-

tivas, e acabam batendo em suas mulheres para descurregar, muitas vezes assassinando-as.

A advogada Sheila Porto, uma das coordenadoras do SOS Mulher, que presta assistência às mulheres que são vítimas de violência, apresentou um relatório sobre as estatísticas da entidade no ano passado, do qual constam mais de 200 casos de espancamentos e violência sexual na zona urbana de Porto Alegre. E salientou a importância da solidariedade entre as mulheres, observando que "o silêncio, nestes casos, é cúmplice da violência".

A Semana de Movimento Unitário da Mulher se encerra no dia 8, com uma tribuna livre, que será instalada no largo da Avenida Segalveda, no centro da capital. Segundo as organizadoras, todos os interessados poderão aproveitar a oportunidade para falar sobre o tema da mulher e da violência.

Cartilha traçará rumos da mulher

Uma cartilha para a mulher de hoje, na Associação Mulheres Trabalhadoras, a primeira revista editada por mulheres de Niterói, se encontra em fase de elaboração para a distribuição de uma cartilha dirigida especialmente às mulheres de Niterói. O documento pretende discutir problemas, apontar caminhos e oferecer orientações e dados sobre a situação da mulher, desde o trabalho, até o casamento, a maternidade, a educação, a saúde, a participação política e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.



Chave, líder para mulheres de comunidades cariocas

Segundo Elaine Soares, integrante do comitê, estas cartilhas representam um instrumento de educação e conscientização das mulheres de Niterói, a Federação das Associações de Mulheres Trabalhadoras e a própria Associação Mulheres Trabalhadoras. O projeto será desenvolvido em conjunto com o Conselho Municipal de Niterói, através do qual se pretende alcançar as mulheres de todas as regiões da cidade.

A cartilha que pretende-se publicar, segundo Elaine Soares, será dirigida às mulheres de todas as regiões da cidade, desde as áreas de maior renda até as áreas de menor renda. Ela será elaborada em linguagem simples e acessível, com o objetivo de informar e conscientizar as mulheres sobre seus direitos e deveres, e sobre as possibilidades de participação política e social.

de Associação Mulheres Trabalhadoras, Elaine Soares, presidente do comitê, afirma que a cartilha será distribuída em todas as regiões da cidade, desde as áreas de maior renda até as áreas de menor renda.

Para Soares, que está coordenando o projeto, a cartilha será elaborada em linguagem simples e acessível, com o objetivo de informar e conscientizar as mulheres sobre seus direitos e deveres, e sobre as possibilidades de participação política e social.

Na saúde, orientações sobre gestação e doenças sexuais

Um dos aspectos que terá maior destaque na cartilha é a saúde da mulher, especialmente a gestação e as doenças sexuais. A cartilha abordará temas como a importância da prevenção de doenças, a importância de uma boa alimentação e de uma vida saudável, e a importância de uma boa educação sexual.

Segundo Elaine Soares, a cartilha será elaborada em linguagem simples e acessível, com o objetivo de informar e conscientizar as mulheres sobre seus direitos e deveres, e sobre as possibilidades de participação política e social.

LOJA BEIJE MAIOR PISO

O G L O B O
12 FEB 1982
PESQUISA

**Feministas balanas
denunciam estupro**

SALVADOR (O GLOBO) — O grupo
feminista Street Mather denunciou es-
te s estupro de duas feministas para-
das M. A. G. e S. A. F. responsabiliz-
ando Ricardo Montero de Alvea e sua
antiga esposa, conhecido apenas por
Fred e Marco. Segundo a denuncia,
as duas foram abduzadas por Ricar-
do na Praia das Tendas-Indeimas e cas-
tradas para serem levadas ao hotel Chaga-
para. No caminho, passaram Fred e
Ricardo, seu pai, Ricardo dos car-
na, deixando depois o carro para a
Praia do Pôrto, vinda ao Aero-
porto Dom de João, onde teria ocorri-
do o estupro.

Violência contra mulher será tema de congresso

SÃO PAULO (O GLOBO) — A coordenação do 2º Congresso da Mulher Paulista, que se realizará nos dias 7 e 8 de março, divulga os temas que serão, provavelmente, debatidos com prioridade durante o encontro, como propostas de luta: a violência praticada contra a mulher, o controle da natalidade, uma tomada de posição quanto ao Pro-Gravidez, o combate à prostituição.

Participam da coordenação do congresso 22 entidades, com cinco representantes por regiões de cidade, dez representantes do interior e um representante de cada categoria profissional.

FASES

O congresso se realizará em três fases: no dia 22 de fevereiro, haverá reuniões regionais e por categorias profissionais, com o objetivo de atingir um maior número de pessoas, através de um trabalho de base.

No dia 7, estarão reunidas as congressistas e as delegadas eleitas nos encontros regionais e, através de várias discussões, serão escolhidas as principais propostas de luta. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, haverá uma manifestação pública. Logo depois representativa do grupo "Brasil Mulher", expõem alguns problemas do encontro.

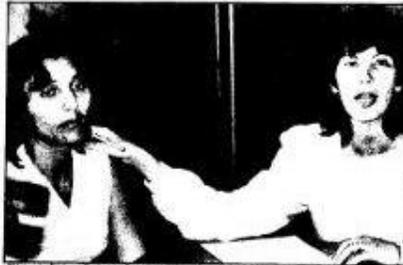
— No 2º Congresso, enfrentamos algumas dificuldades, pois um encontro de quatro mil mulheres reúne muitos grupos heterogêneos, com lutas específicas e diferentes níveis de organização. Para respeitar essas diferenças, resolvemos realizar os encontros regionais para, a partir de reuniões locais, o congresso tomar as bandeiras que irão unificar a luta das mulheres este ano — disse.

Defensora Pública atende mulheres agredidas e orienta sobre desquite

No primeiro dia do funcionamento do plantão da Defensoria Pública para assistência à mulher, a Defensora Pública Glaucete Franco atendeu a cinco casos, sendo quatro de agressões e um pedido de simples orientação sobre desquite. Uma das agredidas, que preferiu não se identificar, fará exame de corpo de delito hoje por ter ainda as marcas da última surra que levou do marido, antecelentem.

Apenas as duas primeiras atendidas — Odete Porto Mendes e Sílvia de Fátima Faria de Souza — permitiram a divulgação de seus nomes e problemas. A terceira queixou-se de que foi agredida por um tio e a Defensora decidiu enviar ofício à DP (filha do Governador), onde foi registrada queixa, para saber se foi instaurado inquérito.

Para atender à quarta mulher, que também foi agredida, Glaucete Franco ofendeu a uma delegacia (não revelou) a fim de checar o andamento do inquérito e pedir, na próxima semana, abertura de ação alimentar. A Defensora, a pedido, não disse qual das quatro mulheres agredidas fará exame de corpo de



Sílvia de Fátima Faria de Souza recebe orientação da Defensora Pública Glaucete Franco.

delito hoje.

O caso de Odete Porto Mendes foi, de todos, o mais simples. Ela queria apenas uma orientação sobre como proceder para conseguir a separação consensual (desquite amigável) e informações sobre o divórcio. Sílvia de Fátima, que separou-se há três meses do marido, disse que ele

costumava embriagar-se e bater nela e nos três filhos. Ontem, a Defensora preparou um pedido de ação alimentar contra o marido (não disse seu nome) e, na semana que vem, Sílvia voltará ao plantão para dar entrada na separação judicial.

A última atendida, também não identificada, compareceu ao plantão

com um dos filhos, um menino de cerca de sete anos. Falou sobre agressões sofridas há tempos, mas a Defensora revelou apenas que preparou assim um ofício pedindo abertura de ação alimentar em favor da agredida.

Glaucete Franco disse que "vale a experiência", mas admitiu algumas falhas operacionais: a máquina de datilografar estava com defeito e a sala cedida ao plantão não tinha porta. Ela acha que os cinco mulheres atendidos dirá-las clara a necessidade de uma assistência especial.

— O fato de a maioria delas ter pedido sigilo demonstra que quase todas temem os maridos ou agressores. Isso deixa mais do que evidente a necessidade de um atendimento especial a esses casos e, por isso, estamos dispostas a nos empenhar para melhorar o serviço — disse Glaucete Franco.

O plantão continuará a funcionar as quintas-feiras, das 16 às 18h, no prédio anexo ao de Fabiano Guimaraes, em Laranjeiras, no segundo andar da Secretaria Estadual de Justiça, até a instalação definitiva da Delegacia da Mulher.

1

Odete, cujo casamento durou dez dias, pretende arriscar novamente

Odete Porto Mendes casou-se no dia 15 de fevereiro de 1979 com Albenar Mendes. Dez dias depois, eles

estudaram de Justiça. Ela foi a primeira mulher a ser atendida pela Defensora Pública Glaucete Franco, a quem

2

Sílvia, agredida durante 14 anos, resolve pedir separação judicial

Agredida fisicamente pelo marido durante os 14 anos em que viveram juntos e vendo o tempo acoticear a

meu ex-marido como ele bem entender. Ele me batia, com sacos e pedras do estêreo. — as crianças em uma hora

Grupos querem contratação de médicas no IML

Criação de quadros de defensoras públicas e psicólogas, ampliação do número de assistentes sociais para atuar nas delegacias de mulheres e nos delitos do Estado, e contratação de médicas legistas para plantão de 24 horas nos sete filiais do sistema do IML, foram algumas das reivindicações apresentadas ontem ao Secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, por representantes de seis organizações feministas.

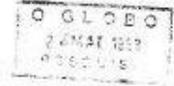
Para os líderes dos grupos OAB-Mulher, SOS-Mulher, Nós Mulheres, Federação das Mulheres, Ceres e Casa da Mulher, o ponto que se fez mais agudo em defesa da mulher — como a criação recente de uma delegacia especializada e duas outras em fase de implantação — "mostra que é possível se fazer muito mais". Nilo Batista anunciou que dentro de 15 dias encaminhará documento ao Governador do Estado propondo a ampliação do número de assistentes sociais de 12 para 54.

— Nós estamos programando um curso para policiais de ambos os sexos para aperfeiçoamento no trabalho de combate à violência contra a mulher. É a contribuição de vocês, na elaboração do currículo e realização de palestras, é fundamental — disse o Secretário.

O documento das feministas apresenta outras reivindicações, como aproveitamento do corpo funcional de mulheres que já trabalham na Secretaria de Polícia Civil para atendimento das delegacias de mulheres, formação e treinamento de corpo policial do Estado sob orientação de feministas, registro de ocorrência adequado de forma a possibilitar tratamento estatístico dos dados, e secretoria para mulheres (e seus filhos) que estejam correto risco de vida.



mulheres vítimas - ref 88



Mulheres vítimas da violência terão abrigo

Implantar, no Rio, um abrigo temporário para mulheres vítimas de violência, nos moldes do que já funciona em São Paulo, é o próximo passo do Conselho Estadual do Direito da Mulher (Codim). No dia 31 deste mês, a Presidente do Codim — B. Branca Alvares — e a Superintendente regional da LBA, Solange Amorim, viajarão para a capital paulista para observarem instalações a respeito. Segundo Branca Alvares, elas vão aproveitar a viagem para visitar também as unidades do SOS — Criança, um

serviço de denúncia de violência à criança, ligado à Secretaria estadual do Meio Ambiente.

— Muitas mulheres, vítimas de violência, não podem voltar para casa devido a ameaças que sofrem dos seus maridos. Por isso estamos estudando a criação dessa unidade de abrigo onde a mulher, depois de uma triagem nos delegados especializados, ficará abrigada, juntamente com seus filhos, durante três meses. Neste período ela receberá orientação social para ajustar sua vida — ex-

plica Branca Alvares.

Em São Paulo, o abrigo além de funcionar integrado com agências de emprego e creches, tem endereço apenas conhecido pelas delegadas de mulheres e do conselho. O sigilo, segundo Branca Alvares, é fundamental para resguardar a segurança da mulher e de seus filhos.

Com o apoio da LBA, o Codim-RJ inaugurou no início do ano duas unidades (Rio e Campos) do projeto Pro-mulher, que incluiu assistência jurídica e social gratuita à mulher.

Agencia

Mulher é morta porque provoca, diz Secretário

VITÓRIA — O Secretário de Segurança Dirceu Cardoso disse ontem que as mulheres recentemente assassinadas no Estado são culpadas pelas crimes, pois, quando são, usavam "traje provocativo e excessivamente sensual". A declaração foi feita no plenário da Assembleia Legislativa, que convocou Cardoso para explicar por que tantos crimes estão ainda sem solução.

O Secretário afirmou que o número de crimes ocorridos no Estado reduziu em relação ao número de mulheres e garotas que das 16 ocorrências nos últimos meses, 13 já foram elucidados.

Severo com as críticas que vem recebendo por parte da imprensa local, ele fez duras críticas aos órgãos de comunicação e, ao final de seu depoimento, ainda recebeu o repórter Getúlio Ubristá, da Rádio Gazeta, mas só cedeu a tempo.

O Secretário confirmou que o pedido de prisão preventiva ajuizado para as acusadas do homicídio de estagiária de Odontologia Ana Amélia Freitas Ferreira na verdade ainda não foi pedido. O Delegado que investiga o caso, Carmine Pinho, pediu à Justiça um prazo maior para a apuração dos fatos, enquanto insistiu em afirmar que os cidadãos Elmano Lúcio Delboni e Cláudia Maria Dourado Gomes, além de auxiliar "Dona" Correia, deturpam e maliciam a investigação.



me/ha agressão

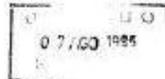
V. Polícia Civil - RJ/MS



Secretário escreve carta em defesa de Delegado

O Secretário de Polícia Civil, Hilo Saboya, enviou ontem uma carta a Branca Moreira Alves, Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (Cemim), tomando a defesa do Delegado João Kepler Fontenelle, titular da 9ª DP (Três), acusado de assédio por ter afirmado que uma mulher que registrou uma queixa de estupro cometido nos Lagos Americanos de Jaraguá, se prostituía para o agressor.

A partir dos esclarecimentos prestados pelo Delegado, Saboya disse que Fontenelle, da mesma forma que foi criticado publicamente por ter assumido uma postura machista, merece ser mais explicitamente divulgado.



Quarta-feira, 21 de 86

BARRA

Comissão Feminina exige que DP registre 'surra'

"Em briga de marido e mulher, ninguém meia a mulher". Esta foi a resposta ouvida por uma moradora de Jacarepaguá, no dia 19 de julho, ao tentar registrar na Delegacia de Polícia uma queixa contra os espancamentos impostos à ela pelo seu companheiro. Ao contrário de muitos casos que acabam por aí, ela procurou a Comissão Feminina da 12ª Sub-Secção do OAB, no Fórum de Campinho, e um inquérito foi instaurado pela recém criada Delegacia de Mulheres.

Além do encaminhamento e acompanhamento de casos como este, a comissão, em funcionamento desde 11 de junho, está fazendo um trabalho de esclarecimento sobre todas as formas de violência cometidas contra os direitos da mulher e pretende atuar em conjunto com todas as entidades comunitárias da região de Jacarepaguá, Recreio e Barra da Tijuca



Advogadas da 12ª Subseção do OAB ganham direito de receber

Segundo a advogada Maria de Fátima Batista Araújo, uma das oito profissionais que integram esta comissão do OAB-Mulher, a violência contra a mulher ocorre em todas as classes sociais e vai da agressão física no pagamento de salário menor e o desrespeito de gravadas de seus empregos.

— Após a criação da Comissão Feminina no Seccional Rio do Orden dos Advogados, há seis meses, começamos a interiorizar o trabalho de gerar o res-

peito aos direitos da mulher, constituindo grupos em cada sub-seção. Quando recebemos uma queixa, vamos com a pessoa até a Delegacia para o registro e acompanhamos o caso até a instauração de um processo.

Quando um policial se recusa a fazer o registro de um direito violado, como no caso da moradora de Jacarepaguá agredida pelo marido, ele responde pelo crime de prevaricação e pode ser punido até com o afastamento de seu cargo

funcional. Além da criação da Delegacia de Mulheres, que mantém o telefone 220388 permanentemente a disposição para denúncias, Maria de Fátima elogiou a indicação de uma médica legista pelo novo Secretário de Polícia Civil, para efetuar os exames de corpo delito em mulheres no Instituto Médico Legal. Isto, segundo ela, diminui os contrangimentos impostos a quem se dispõe a levar adiante uma denúncia deste tipo.

Além do atendimento a cada caso em plantões de segunda à sexta-feira, das 12 às 17h, as advogadas promovem reuniões abertas a todos os interessados, nas sextas-feiras, às 16h, quando é feito um trabalho de esclarecimento sobre os direitos da mulher. As reuniões são realizadas na sede da Comissão Feminina, à Rua Evandro Lacerda 424, sala 301, em frente ao Fórum de Campinho. As denúncias podem ser feitas pelo telefone 2906130.

Mulher agredida na Cedae ao reclamar falta de água

Geni Nascimento de Oliveira, de 23 anos, mãe de três filhos, foi agredida a socos e pontapés, ontem de manhã, pelo agente administrativo Alvaro Redis, que atendia os consumidores no distrito da Cedae em São Gonçalo, onde ela foi reclamar da falta d'água. D. Geni mora no bairro Brasília, onde falta água há oito meses.

O funcionário da Cedae foi preso, mas não foi aduado na 12ª DP porque o delegado Paulo de Souza Franco alegou que não poderia fazê-lo, "por falta de testemunhas". D. Geni foi

medicada no pronto-socorro de São Gonçalo, registrou queixa na delegacia e foi a exame de corpo de delito no posto de Niterói do Instituto Alfredo Petroni.

D. Geni, que mora na Avenida Imbuicá, foi ao posto da Cedae com vizinhos, mas entrou sozinha na sala do funcionário Alvaro, porque o chefe do distrito não queria o público. Antes de entrar na sala, outro funcionário a advertiu: "Cuidado, seu Alvaro está com a cachorra". Se foi permitida a entrada de uma pessoa de fora, reclamada por D. Geni, dentro da sala, ela reclamou da falta d'água e foi ofendida pelo funcionário.

— Quando reagi com palavras de suas ofensas, ele me agarrou pelos cabelos, me cha-

cou e me jogou contra o arqui-vo. Me agrediu com socos e pontapés, e as circunstâncias seriam piores se meus vizinhos não me socorressem — disse D. Geni.

Ela desmaiou no distrito da Cedae antes de ser levada ao pronto-socorro de São Gonçalo. O policial de plantão comunicou o fato à 12ª DP, e o detetive João Elias foi à Cedae prender o funcionário, que, levado à delegacia, foi liberado pelo delegado Souza Franco.

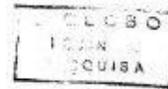
ABASTECIMENTO

Se o início da madrugada de ontem os bairros de Niterói e São Gonçalo começaram a receber 2,5 mil litros de água por segundo, após o término das obras na estação de Laranjal. O abastecimento estava interrompido há 36 horas e oficialmente há mais de uma semana.

Polícia surra mulher que pediu ajuda

SÃO PAULO — Maria Ferron Villaci detinida ontem, no Departamento das Delegacias Regionais de Polícia de São Paulo, que foi agredida por um escrivão de Polícia e seis policiais militares de Teodoro Sampaio, a 708 quilômetros da capital, e passou a noite de revelião trancada numa cela isolada. "Como se fosse louca ou assassina".

Ela contou que mora há 14 anos nos Estados Unidos, e veio ao Brasil para passar as festas de fim de ano com a família. Pouco depois de chegar a cidade, precisou resolver um problema familiar e procurou a delegacia local, onde, afirmou, foi humilhada e espancada, inclusive pelo escrivão Paulo Galvães, que lhe deu um tapa no rosto. Depois, foi colocada "num cubículo suado" e ali permaneceu horas. Maria disse que sofre de claustrofobia e pediu que chamassem um médico, porque começou a sentir mal, mas de nada adiantou porque os PMs estavam bêbados.



1935

Jovem raptada por policiais

A Polícia galega investiga o que considera uma das mais graves questões já registradas nos últimos tempos. Uma mulher de 22 anos, grávida de seis meses e companheira de um inspetor, foi raptada e violentada por três policiais que ocupavam um automóvel da Delegacia de Polícia da cidade de Tapara, onde está lotado um dos homens que foi identificado pela vítima, cuja identidade é mantida em sigilo. "É uma acusação extremamente grave, que terá que ser totalmente esclarecida", disse o Delegado de Polícia do Interior, Dórial Weber.

Mulher usada como escudo é baleada por ronda policial

A enfermeira Nadir Iracema Pinto, de 38 anos, baleada na barriga, no madrugada de sábado último, num posto de saúde na Praça Santos Pires, 11, afirma, ontem ao GLOBO que foi alvejada por um dos três policiais que faziam uma ronda num Opala da 16ª DP, ao ser usada como "escudo" por Antônio Vicente Fernandes, também ferido no braço esquerdo, que mais tarde se sabe ser auxiliar de secretaria do Instituto Afrânio Petta.

Segundo Nadir, ao ser conduzida ao Opala para ela "o Hospital de Andaraí, saiu um dos policiais dizer para Antônio Vicente que a história tinha que ser mudada. No livro de ocorrências do hospital, o caso foi registrado como "tentativa de roubo com emprego de arma de fogo". Pelas anotações do tesouro Nobre, "cinco civis" tentaram assaltar Nadir e Antônio Vicente, mas fugiram à aproximação do polícia.

"NÃO ATIREM"

Nadir contou que fora à Tijuca saber uma visita, sexta-feira à noite, e chegou ao posto de saúde da esquina da Rua General Rorça com Desembargador Leão por volta da meia-noite e meia, para pegar um ônibus 638 para Quitandinha.

— Quando cheguei, lá estavam dois homens. Não havia qualquer suspeita por parte de nenhum dos sujeitos que me agarraram quando chegaram três homens armados de revólveres (um deles tinha uma metralhadora). O sujeito, que também esperava o ônibus, passou uma arma e me usou como "escudo". Foi tão rápido que fiquei sem ação. Ouvi disparos e pensei que tivesse levado uma pedrada. Levantou os braços e gritou: "não atirem, não atirem, não tenha nada com isso". Gritei mais de 30 vezes e não correndo mas tive que parar mais adiante porque comenci a sentir dores fortes na perna e no barriga. Passei a mão na barriga e vi que estava sangrando muito.

NO CARRO

Todos correram durante o tiroteio, segundo Nadir. Ela pensou que se tratava de "briga de marginais". Segundo ela, o policial da metralhadora apontou-o e perguntou: "Foi baleada?".

— Esse policial era forte, musculoso e alto. Fui reconhecido assim que o vi novamente.

Ela disse que, de repente, parou um Opala preto e branco perto dela e justiça muita gente.

— Só sei que me colocaram dentro do Opala da polícia com mais três pessoas, no banco de trás. No da frente, além do motorista, estavam o sujeito ferido no braço e mais dois homens armados de revólveres. De arma aberta, o carro veiou e deturmo do Hospital de Andaraí, correndo muito laço ao passar pela Rua Carlos de Vasconcelos.

"TEM QUE SER MUDADA"

— Eu estava muito nervosa — contou Nadir. — Num determinado lugar, que parecia a delegacia da Tijuca, um dos policiais saltou do carro. Acho que foi o que ocorreu em mim. Depois que passamos rapidamente pela delegacia, o outro policial disse para o sujeito que me fez de escudo: "Você, sendo da polícia, só se a gente dá essa, para e voltar, põe uma mulher no frente a não diz nada". O sujeito respondeu: "Eu puto e arma porque não sabia que vocês também estavam apontando as armas em minha direção."

— Ao subir a rampa que dá acesso ao setor de emergência do Hospital de Andaraí, prosseguir Nadir, um policial que viajava no banco da frente disse para Antônio Vicente: "A história tem que ser mudada".

— Quando o Opala parou na porta do hospital, o policial da metralhadora, noronha, gritou: "Maca baleada, maca, correndo". Foi esse homem que me tirou do carro para a maca. Ninguém, naquele momento, se preocupou em me perguntar e que tinha acontecido comigo. Só queriam saber o meu nome, endereço, essas perguntas que fazem a qualquer pessoa.

NEGOU TUDO

Na manhã seguinte, segundo a enfermeira, o inspetor Aício Nobre, da 2ª DP, que chefiava a plantão policial no hospital, foi visitá-la.

— Ele chegou perto de mim e comentou: "Que azar o seu, os pivetes assaltaram o policial e a acabou levou o tiro". Instantaneamente comecei aquela versão, e ele quis saber por que não disse isso no momento em que foi entrada no hospital. "Porque ninguém me perguntou", respondi, e ele foi que ele me informou e me fez do tal policial baleado. Que história era aquela de assim? Entrei no hospital com relógio, sem, cartão e três cheques apertados.

Sábado à tarde, segundo Nadir, seu ex-marido, o motorista de taxi Wallace Barros de Araújo, esteve na 16ª DP para saber o que tinha acontecido com ela.

— O delegado Fontenele ofereceu dique escote no meu ex-marido e foi logo garantindo que não havia qualquer policial de sua delegacia envolvido no caso.

Nadir teve alta segunda-feira no hospital do Hospital de Andaraí. Ela ficará sob observação durante um mês. A sala — calibre 38 — está alojada na região 6100.

"NÃO MORRER"

O delegado titular da 16ª DP, João Kapler Fontenele, não sabia da nova versão até ser informada pela reportagem do GLOBO. Ele disse que investigaria a denúncia e provavelmente abrirá inquérito ouvindo ainda hoje todos os implicados.

— A minha recomendação aos meus policiais é não atirar, não morrer. E proibido morrer e tirar em crianças e mulheres. Esta versão de que ardeio de tomar conhecimento reflete ritidamente o despreparo policial e a onda de violência no Rio — disse Fontenele.

O inspetor Nobre, que fez o registro no livro de ocorrências do hospital, disse que registrou apenas o que os policiais da 16ª DP lhe contaram.

— O rapaz que chegou ferido me disse que tinha sido assaltado. Não conversei naquela hora com a mulher porque ela não estava em condições de fornecer qualquer informação. Se eu a história devia ser outra, mas minha função aqui não é investigar; remete à delegacia e que me contem.

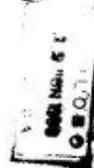
Ele disse que, a princípio, Antônio Vicente apresentou-se como policial e entregou uma arma aos homens que o levaram ao hospital.

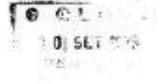
— Se for chamado a depor, vou contar a verdade — disse Nobre.

"FUI ASSALTADO"

O auxiliar de secretaria Antônio Vicente Fernandes, de 32 anos (abrirá que é chefe do setor de administração do Instituto Afrânio Petta), registrou ontem ao GLOBO a versão do assalto. Segundo ele, foram "cinco pivetes" que o assaltaram e ele chegou a atirar-se em um deles. Antônio alega que esteve armado, que tivesse reagido a prisão e sido pressionado pelos policiais da 16ª DP para mudar a história.

— Sou tábua. Jamais atirei em ninguém. Eu e aquela senhora estávamos esperando o ônibus quando chegaram os pivetes. Quando os policiais apareceram, os pivetes já haviam fugido. Não houve testemunha — afirmou Antônio Vicente.





DIREITOS DA MULHER

Arnaldo Campana: Policial civil não tem preconceito

O Secretário de Polícia Civil, Arnaldo Campana, disse que não concorda com o episódio da Defensora pública Luciana Khair, do Conselho Especial de Defesa dos Direitos da Mulher, de que os policiais do Regi-
o Metropolitana têm preconceito contra as mulheres. Ele não tem dúvida de quando poderá ser lançada uma Delegacia de Mulheres no Rio, mas considera muito mais importante ampliar a participação de as-

istentes sociais nas Delegacias. Campana afirmou que o Rio foi pioneiro neste sentido, dotando 13 delegacias de assistentes sociais.
Na opinião do Secretário, a repercussão de uma Delegacia de Mulheres em São Paulo é de ordem política e jornalística. Ele disse que o Rio tem apenas uma Delegacia, Maria Prestes, na Academia de Polícia. E afirmou que seria difícil instalar Delegacias de Mulheres no Estado.

21 M O GLOBO

Vítima considera uma vitória das mulheres condenação de estuproador

Ana Maria Araújo Duarte, uma das muitas mulheres que denunciaram como estuproador o motorista de táxi Jaime de Oliveira Marques, disse que recebeu a notícia da condenação do criminoso a 12 anos e quatro meses de prisão como um presente de fim de ano. "Uma vitória parcial de nós, mulheres, que queremos que ele seja condenado em todos os processos", completou.

Jaime foi julgado anteriormente pelos crimes cometidos contra quatro mulheres em 1984 e ainda responderá a outros três processos por estupro, inclusive o de Ana Maria, ainda em janeiro.

Ana Maria lamentou apenas que o estuproador pe-

gasse a pena mínima nos quatro processos ou pena por estupro prevê detenção de três a oito anos, considerando muito "leve" a punição prevista no Código Penal. Além destas penas, Jaime Marques já foi condenado a seis meses de prisão por exibicionismo, em processo na 2ª Vara Criminal. De três processos ainda a serem julgados estão nas 1ª, 3ª e 4ª varas criminais.

Segundo Ana Maria, apesar das condenações impostas a Jaime Marques, ainda falta muito a fazer em relação à segurança dos passageiros de táxi. Ela defende uma regulamentação do serviço, pedindo que os motoristas trabalhem com uniformes e crachás de

identificação. Ele citou o caso de uma turista alemã estuproada anteriormente por um motorista de taxi para ocupar-se a falta de segurança dos passageiros, "principalmente mulheres desacompanhadas".

Os quatro ataques de Jaime Marques à suas passageiras foram feitos em épocas e locais diferentes, durante o ano de 84. Em todos os quatro casos (contra Vanda Barbosa Lemos, em novembro, próximo à Rodoviária Novo Rio; Sílvia Cristina Azeredo, em setembro, em Ipanema; Valéria Neves da Silva, em junho, em Copacabana; e Estela Pereira Gonçalves, em maio, na Tijuca) o Jus-

Oscar Martins Silveira Filho, da 2ª Vara Criminal, considerou que o motorista foi "movido" por defensoria conduta vital".

Todos os ataques ocorreram dentro do táxi Volks TN-5252. Os crimes ocorreram em 04 e 04-84 foram a Justiça devido à denúncia de Ana Maria, ocorrida neste ano. Ela foi a primeira a denunciar o estuproador e, a partir daí, todos os outros casos foram descobertos. No escritório do advogado do motorista, Celso Nascimento Filho, que estava ausente, a informação era de que a defesa do acusado recorreu da sentença, apesar de o júri ter sido condenado pela pena mínima nos quatro crimes.

O GLOBO

17 AGO 1980

OAB nega apoio às mineiras por achar que luta é transitória

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — O presidente do Ordem dos Advogados do Brasil, João Azeiteiro, disse ontem que não pretende apoiar a luta de mulheres contra os maridos que as maltratam. Azeiteiro disse que a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres "é transitória" e não de grande duração, que dá os nomes de Elvira Ballesteros e Maria Realina Santos.

— Se fosse um caso na família, passaria despercebido, porque crimes assim aos dias últimos ocorrem em Belo Horizonte todos os dias.

Azeiteiro argumentou que não se deve superestimar crimes como os ocorridos em Minas porque são "apenas delitos contra certas consciências para a violência, sensibilizando pessoas que acham que o crime é a solução dos problemas".

APOIO

João Azeiteiro, presidente do OAB (FDT-MG) apoia o movimento e inclusive participou da manifestação que as mineiras fizeram amanhã, na Igreja São João, no centro da cidade, em memória de Elvira e Maria Realina.

— Esta na hora de a mulher mostrar seu papel e seu papel de cidadã participando no desenvolvimento social e econômico a figura de passado, a mulher manipulada que chegou a ser conhecida como "mulher rancadeira", isto é, contra os interesses populares.

Fra o delegado de Polícia, Antônio Ottoni Bragança, a manifestação das mineiras é válida.

— E preciso — salientou — saber, porém, se este tipo de manifestação leva os resultados desejados — reduzir a criminalidade. O fato é muito importante.

Mas na opinião de Bragança, "defender a mulher que é vítima deste tipo de crime é muito difícil porque, geralmente, elas ocorrem dentro do quarto, entre quatro paredes".

Sobre o que pensa das crimes, dona Lúcia Pereira, mulher do governador Figueiredo Pereira, preferiu não dar opinião.

O chefe de Polícia Ottoni Bragança disse que "hoje o tudo em sério". Acrescentou que na sua opinião o machismo é tão forte

"que as mulheres sofrem muito mais os maridos, mas não têm coragem de falar ou de abrir a boca".

O GLOBO
30 JUN 68
PESQUISA

GRANDE RIO • 11

Canibal em Nova Iguaçu

*Egídio comeu
pedaços de
seis mulheres*

Acusado de comer pedaços da parvoenta Valéria Cristina da Silva, de 16 anos, foi preso ontem, em Nova Iguaçu, o ajudante de motorista de caminhão Egídio Batista do Nascimento, de 43 anos. O caso ocorreu na madrugada do dia 27 do abril deste ano e, segundo o Delegado José Alberto Pires Lage, da 35ª DP (Nova Iguaçu), que realiza as investigações, o maníaco comeu pedaços de pelo menos mais cinco mulheres.

Valéria, que esteve na Delegacia e reconheceu o canibal, contou que foi atacada quando, sozinha na Rua Filinto Carneiro, no Centro de Nova Iguaçu, esperava o ônibus que a levaria ao trabalho, no Centro do Rio, às 4h30m. Segundo ela, Egídio se aproximou, deu-lhe uma "gravata", alegou que estava sendo perseguido por marginal e pediu que ela o acompanhasse abraçada, fingindo ser sua namorada.

Os momentos de terror começaram poucos metros adiante, quando Egídio disse que só a libertaria se ela o beijasse na boca. Apavorada, Valéria concordou e, então, ele a levou para um motel. Enforcando-a com uma das mãos, começou a comê-la: mordendo um pedaço, mastigando e engolindo sua carne. A primeira mordida foi na parte anterior de sua coxa esquerda. Em seguida, ele mordeu o lado esquerdo e o direito de seu rosto.

Foi quando, segundo a Valéria, houve um imprevisto: Egídio se engasgou. Isso permitiu que ela escapasse. Hospitalizada, teve que fazer duas operações de enxerto de carne nas partes em que foi mordida, mas ainda assim ficou com o rosto deformado.

Segundo o Delegado José Lage,



Egídio, agressor de mulheres



Valéria, com o rosto deformado

o canibal já foi condenado por crime semelhante, mas pagou sursis por ser seu primário. Ele negociou que fez com Valéria e só pôde ser preso por valiação, por estar atualmente desempregado. O Delegado espera que as outras vítimas do episódio comecem a comparecer para depor no processo que será instaurado.

O OLHEIRO MANOEL BEZERRA S. ALB. SÃO PAULO, 11 DE SETEMBRO DE 1934

Maniaco ataca mulheres nas ruas de Vila Santa Teresa

ELE AGE SEMPRE NA CALADA DA NOITE E JA FEZ QUATRO VITIMAS EM UM MES

Um homem, cujo nome não se sabe, ataca as mulheres nas ruas de Vila Santa Teresa, em São Paulo, sempre durante a noite. Ele já fez quatro vítimas em um mês.

As vítimas são: a primeira, em 27 de agosto, a segunda, em 28 de agosto, a terceira, em 29 de agosto e a quarta, em 30 de agosto.

O maniaco sempre aparece na calçada da noite, entre as 10 e as 12 horas, e ataca as mulheres que estão sozinhas.

Ele sempre aparece na calçada da noite, entre as 10 e as 12 horas, e ataca as mulheres que estão sozinhas.

Na semana passada, o maniaco apareceu na calçada da noite, entre as 10 e as 12 horas, e atacou uma mulher que estava sozinha.

Ele sempre aparece na calçada da noite, entre as 10 e as 12 horas, e ataca as mulheres que estão sozinhas.

Moradores Vão a delegacia exigir ação

Um grupo de moradores da Vila Santa Teresa, em São Paulo, vai a delegacia exigir ação contra o maniaco que ataca as mulheres nas ruas.

Os moradores dizem que o maniaco sempre aparece na calçada da noite, entre as 10 e as 12 horas, e ataca as mulheres que estão sozinhas.

Os moradores dizem que o maniaco sempre aparece na calçada da noite, entre as 10 e as 12 horas, e ataca as mulheres que estão sozinhas.



Os moradores da Vila Santa Teresa, em São Paulo, vão a delegacia exigir ação contra o maniaco que ataca as mulheres nas ruas.

Polícia acorda e prende um suspeito

A polícia acorda e prende um suspeito do maniaco que ataca as mulheres nas ruas de Vila Santa Teresa, em São Paulo.

O suspeito foi preso em 11 de setembro de 1934, em São Paulo.

PORTAS E JANELAS

Instalação e reparação de portas e janelas em madeira e ferro.

Endereço: Rua Santa Teresa, 123 - São Paulo.

MADRENSIS NOVA PRAÇA

Loja de roupas e acessórios para mulheres.

Endereço: Rua Santa Teresa, 123 - São Paulo.

ODOLAR BAIXOU

Óculos e lentes para todos os tipos de visão.

Endereço: Rua Santa Teresa, 123 - São Paulo.

EDU CHARLES AUTO MECANICA

Reparação e manutenção de veículos automotivos.

Endereço: Rua Santa Teresa, 123 - São Paulo.

PRESTIGE O COMERCIO DO SEU BARRIO

Loja de variedades e produtos para o lar.

Endereço: Rua Santa Teresa, 123 - São Paulo.

**Candidato tenta
matar a mulher
pela quinta vez**

Belo Horizonte — O candidato a deputado estadual pelo PDT engenheiro Jacirino Ferreira Junior foi autuado em flagrante na 1.ª Delegacia Distrital, por ameaçar de morte, pela quinta vez na semana, sua mulher Silvana Ferreira de Almeida, de quem está se separando. Segundo a polícia, ele responde a mais de 40 processos por estelionato, na Delegacia de Falsificações e Debitações.

O delegado Fernando Ribeiro de Sousa informou que, com o candidato — preso na porta do Minas Tênis Clube, no final da tarde de ontem — foram encontradas duas Berettas, uma das quais de calibre 7,65mm, com silenciador, impetrada da Tórcoskovskis. Nessa noite, ele havia ido à casa de sua mulher, ameaçá-la e Silvana correu para pedir ajuda.

Montagem: Jorge Amado. As fotos: Contribuição de Espalid

Mulher desfigurada pelo marido quer deixar cidade

MACIJO — Envergonhada por ter o rosto marcado com ferro em brasa pelo marido ciumento, a doméstica Maria Lúcia procura, neste Delegado da cidade alagoana de Messias, Sargento Valter Silva, e pediu autorização para viajar. Ela alega não ter mais condições de viver na Fazenda Barra Nova, a cerca de 80 quilômetros da Capital.

Rufo, parcialmente coberto por lona, ela apelou: "Seu Delegado, deixe eu viajar com meus filhos". Maria Lúcia teve quatro filhos de José Salustiano dos Santos em 11 anos de casamento. Na noite de domingo, desconfiado de que ela o traísse, o marido marcou-lhe o rosto com as iniciais MGSN ("Mulher gaitera se matando").

Maria Lúcia correu ao Delegado que está sofrendo muito: as dores no rosto não a deixam dormir e os vizinhos olham para ela com desconfiança.



José Salustiano, que torturou a mulher, está preso.

O corredor de cova José Salustiano está aguardando na cadeia de Messias o resultado do inquérito. Desde com a permissão do Delegado, ele contou como a torturou. Não demonstrou arrependimento, mas disse que não faria novamente.

Para fazer a marca além de amarrar a mulher, pôs uma faca na barriga dela, firando que a maldade se gritasse. Maria Lúcia defende-se, afirmando que nunca o traiu.

— Nunca pensei que ele fizesse isso comigo — lamentou.

SAÚDE AGUAS - MG

Mulher incendiada por atrasar almoço

ITUZ DE FORA, MG — Irritado com a demora de almoço, Francisco Mauro de Silva, 23 anos, ex-pastor evangélico que recentemente deixou as atividades religiosas para tornar-se camelo, embrulhou a roupa de sua mulher Maria Inês, 23 anos, com álcool, e pôs fogo em seguida. Ela morreu ontem na Clínica de Ortopedia e Traumatologia, com queimaduras de terceiro grau.

O ex-pastor disse, na Polícia, que a mulher suicidou-se, mas foi desmentido por parentes e vizinhos, inclusive pelo filho Elton, 8 anos, que o acusaram de haver cometido o crime friamente, sem dar chance à mulher para se explicar e se negar à ouvir as suplicas do filho.

SAÚDE AGUÉ-SÃO - MG

Mulher incendiada por atrasar almoço

UIZ DE FORA, MG — Irritado com o demora de almoço, Francisco Mauro da Silva, 23 anos, ex-pastor evangélico que recentemente deixou as atividades religiosas para tornar-se camelo, encharcou a roupa de sua mulher Maria Inês, 23 anos, com álcool, e pôs fogo em seguida. Ela morreu ontem na Clínica de Ortopedia e Traumatologia, com queimaduras de terceiro grau.

O ex-pastor disse, na Polícia, que a mulher suicidou-se, mas foi desmentido por parentes e vizinhos, inclusive pelo filho Elton, 8 anos, que o acusaram de ter cometido o crime friamente, sem dar chance à mulher para se explicar e se negar a ouvir as suplicas do filho.

MULHER - agressão - RZ

9

Tiros na mulher que tentou abandonar o lar

Com os tiros disparados contra a mulher, Nilza Canavezes Ferreira de Almeida, de 37 anos, o pintor José Almeida Ferreira, de 43, desfez em 12 de outubro de 1981 um casamento de 17 anos. O casal tinha cinco filhos quando houve a tentativa de homicídio por parte de José.

Seis meses antes, ele fora submetido a uma cirurgia que o deixou impotente para o resto da vida. Inconformado com o procedimento da mulher, que tentou abandonar o lar por causa das conseqüências da operação, ele apanhou sua arma no carro e disparou contra ela. O conselho de sentença do 2º Tribunal do Júri condenou José a um ano, cinco meses e dez dias de reclusão.

O PAÍS • 5

Três mulheres são mortas em Recife em um só dia

RECIFE — Considerada por grupos feministas como a capital nacional da violência contra a mulher, Recife registrou num período de 24 horas três assassinatos de mulheres, dois deles cometidos por seus companheiros por ciúmes. O terceiro crime — o assassinato da dona-de-casa paulista Rosália Fernandes, com 115 facadas — está sendo apontado como o mais cruel já ocorrido no Estado.

Rosália, de 37 anos, era casada com Nilson de Oliveira, gerente da empresa Novogás. Foi o próprio marido, juntamente com o filho de 5 anos, quem descobriu o corpo no apartamento da família, em Boa Viagem.

Como ela não tinha ido buscar o menino no colégio, este ficou para o pai e ambos foram para casa. O apartamento mostrava sinais de luta. Está sendo investigada a possibilidade de um pedreiro que fazia serviços no apartamento ter algum envolvimento com o crime.

De acordo o Viva Mulher — Grupo contra a violência a mulher — foram mortas 143 mulheres na Grande Recife em 1991.

Luz Alves



O G L O B O
 25 AGO 1968
 P. 3 QUINZA

Gaúcha é morta em dia de protesto feminino

PORTO ALEGRE — No mesmo dia em que duas mil mulheres saíram em passeata para denunciar a violência contra a mulher em Caxias do Sul, 161 quilômetros da Capital — pois somente este mês três foram assassinadas e 11 estupradas — mais uma foi morta pelo companheiro, Isabel Maciel, de 23 anos, foi assassinada por Rômulo Spindola, durante uma crise de cólicas.

O protesto, do qual participou a Deleçada para a Mulher da cidade, Vera Zaccollegny, foi organizado em virtude da morte de Ivana Tronquazi, de 33 anos, assassinada secretamente há 15 dias por quatro homens. Ivana foi estuprada, escalpelada e empalada por quatro moradores de uma favela vizinha à sua residência, que a assaltaram, levando apenas R\$ 10,00, um par de brincos e um relógio.

As mulheres de Caxias do Sul transformaram Ivana num símbolo da violência machista que impera na cidade, onde até a Deleçada Vera Zaccollegny tem medo de sair à rua depois das 20h e ser estuprada por algum tarado. Não é por acaso que Caxias do Sul é a única cidade do interior do Estado que possui uma Deleçada Para a Mulher.

Mulher - AG-Sul (P.S)

Atividade, 22. 1957. P. 18

Suspeito de jogar ácido já está preso

SÃO PAULO — Um banheiro estava provocando pânico entre as mulheres de Francisco Morato, a 30 quilômetros desta capital, as quais, com a aproximação da primavera já usam maquiagem. Durante a última semana, morreu um frasco plástico de ácido, ele ataca duas moças, que tiveram as pernas queimadas gravemente e foram internadas em um hospital desta cidade e em outro de Várzea Paulista. Na noite de ontem, o principal suspeito João Carlos Ferreira Amaral, residente no bairro de Água Vermelha, na zona citada, foi preso pela Polícia Militar.

Quinta-feira, às 18h30m, quando atravessava a rua 22 de Março, no centro de Francisco Morato, Zenilda Pereira dos Santos, de 17 anos, foi atingido pelo ácido atirado por um rapaz que estava de boné branco, era moreno, forte e vestia blusa branca e calça jeans. Ela correu depois que o rapaz fugiu muito e fugiu. Apareceu-se logo que o nome do malvado era João.

Antes, ela já tinha jogado ácido nas pernas de Elaine Cristina Bressane, de 21 anos, gerente de uma loja de calçados, que fora atacada às 22 horas da última segunda-feira, na rua Getúlio Castano Garcia, perto da casa de sua mãe. Elaine vestia maquiagem, como Zenilda, e viu quando o agressor correu, mas não conseguiu descrevê-lo ao Delegado local. Ela foi medicada no Pronto Socorro de Francisco Morato e no dia seguinte transferida para o Hospital Nove de Julho, nesta capital, onde completou o tratamento. Seguindo seus amigos, os médicos não sabem se há ainda cicatrizes, mas Elaine continua traumatizada com o ataque.

O Delegado João Ferreira disse:



Zenilda no hospital, com a mãe

meio que as vítimas fossem submetidas a exame de corpo de delito, o que ainda não foi feito.

Zenilda ainda está internada no Hospital e Maternidade Amoo e os médicos que a atendem acham que se recupere sem ter que se submeter a uma cirurgia plástica.

Ontem ela recebeu a visita de mãe, Edmira, que tem mais quatro filhas menores e trabalha como doméstica na Lago. O nomeado Marcelo também foi visitado e se queixou de que em Francisco Morato sem acontecendo com muita frequência estupros, roupos e assaltos. Depois de afirmar que está sendo muito bem tratado, Zenilda contou:

— Certo estava a minha prima Valdeira, mas ela não foi atacada pelo ácido porque vestia calça comprida.

Os médicos estão preocupados com a recuperação da paciente e a recepcionista Miriam Basso disse que não deve receber alta amanhã à tarde.

ALORNO
31 OUT 1962
QUISA

Mulher baleada em casa por defender o marido

Regina Silva, 36 anos, deu entrada no Hospital Miguel Couto na manhã de ontem, ferida à bala. Ela contou que, na noite de quarta-feira, quatro homens invadiram sua residência, no quilômetro 18 da Avenida das Américas, no Recreio dos Bandeirantes, à procura de seu marido, Adilson.

Os invasores diziam se policiais e, para proteger o companheiro, Regina informou que ele não estava em casa. Quando isso, Adilson fugiu e, ao perceberem que ela mentira, um dos homens deu-lhe um tiro. Ela passou toda a madrugada sozinha e só ontem foi para o hospital.

1962 NOV 08 08 00

08 NOV 1962
 08 00
 08 00

Mulher de camisola é esfaqueada por vizinho

Doméstica Neves dos Santos, solteira, 41 anos, empregada de Rua César José Monteiro, bloco 197, ap. 404, foi agridida a facadas pelo vizinho Luís Carlos Moreira Tavares, inquilino no apartamento 302. A vítima foi internada no Hospital Carlos Chagas, em estado grave, e não foi capaz de explicar as causas da agressão, apenas esclarecendo que se dava bem com ele e sua família.

No 302, DP, onde foi atendida em emergência, Luís Carlos, ainda embriagado, disse que "no podia estar com o dabo no corpo, pois sempre respeito a vizinha". Contou que chegou ao prédio, por volta das 22 horas, e resolveu conversar um pouco com a vizinha. Ela o atendeu vestida numa camisola azul muito transparente, e ele ficou "completamente transtornado".

perfil de pessoa S

15 MAI 1930
PÁGINA 4

Terra-leira, 15 de maio de 1930

Preso no Rio o 'maníaco do estilete'

O adido José Geomar da Ponte, de 30 anos, acusado de ser o "maníaco do estilete" por várias vezes ter cometido suicídios em São Paulo, foi preso ontem à noite por policiais de São Paulo.

Logo após ser detido, José Geomar mostrou aos policiais dois estiletes comprados que é portador do vírus da Aids. Segundo, se o "maníaco do estilete" se casado com a filha de sua esposa. De acordo com o relatório de saúde de José Geomar, ele é apaixonado por Valéria e está loucamente apaixonado por ela. Quando a polícia de São Paulo descobriu a existência de José Geomar se casando...

— Não se assustem, pois, por engano na prisão, os jornais foram a alguns, não se deu porque nenhuma e o fato de se ter Aids não se preocupa quando movida.

Valéria, que é professora, casou-se com Geomar há dois meses. Ela é filha de um rico empresário. Segundo ela, Marco Antônio tenta em tudo o possível a evitar José Geomar. Entretanto, apesar das dificuldades e perigos, ela quer se casar com ele. Ela é filha de um rico empresário. Segundo ela, Marco Antônio tenta em tudo o possível a evitar José Geomar. Entretanto, apesar das dificuldades e perigos, ela quer se casar com ele. Ela é filha de um rico empresário...



Na Detenção, José Geomar e a senhora Valéria

José já foi reconhecido por cinco

SÃO PAULO — O adido José Geomar da Ponte foi reconhecido por cinco pessoas em São Paulo, na noite de ontem, em um encontro no salão de baile do Hotel de Ville. José Geomar, acusado de ser o "maníaco do estilete", foi reconhecido por cinco pessoas em São Paulo, na noite de ontem, em um encontro no salão de baile do Hotel de Ville. José Geomar, acusado de ser o "maníaco do estilete", foi reconhecido por cinco pessoas em São Paulo, na noite de ontem, em um encontro no salão de baile do Hotel de Ville.

Segundo representantes da imprensa, o encontro se realizou no salão de baile do Hotel de Ville, na noite de ontem, em um encontro no salão de baile do Hotel de Ville. Segundo representantes da imprensa, o encontro se realizou no salão de baile do Hotel de Ville, na noite de ontem, em um encontro no salão de baile do Hotel de Ville.

— Ele tem Aids? Mas ele não tem esse vírus...

— Com certeza ele tem...

Maníaco fere mulheres em Itajaí

Florianópolis — Um maníaco, ainda não identificado, que corta mulheres nos seios e nas pernas com uma navalha, está aterrorizando a população de Itajaí — cidade a 100km de Florianópolis. Já feriu cinco mulheres nos últimos 20 dias. A polícia, que o apelidou de Jack Retalhador, ainda não tem pistas.

Nenhuma das vítimas viu seu rosto, mas todas confirmaram que é moreno, alto, aparentando entre 15 e 20 anos e acima de bicicleta; dá um ou dois golpes rápidos com a navalha e desaparece, dando gargalhadas. O delegado Osmar Fachini montou um esquema especial para prender o criminoso, que acredita ser desequilibrado mental.

O único indício apurado até agora pela polícia é que o criminoso se alcaça no Centro e, por isso, deve morar na área. As investigações estão sendo prejudicadas pelo temor das vítimas, que nem sempre se identificam, com medo de represálias.

Por isso, a polícia acredita que o número de mulheres atacadas por Jack Retalhador seja bem maior.

— Para nós, qualquer informação, por mínima que seja, é fundamental para chegarmos ao culpado, pois ainda estamos sem pistas — disse o delegado Osmar Fachini.

Assassino de travesti é preso por estupro

Foi preso em flagrante acusado de estupro uma travesti de nome estica, atraída por promessa de emprego, o advogado Marco Antônio Montenegro, de 38 anos, que há menos de um mês assassinou com três tiros a travesti Claudiney Marques Muniz dentro do túnel S4 Freire Alvim, em Copacabana. O advogado, preso na ocasião quando voltou ao local do crime, alegou "legítima defesa" (disse que o travesti tentara assaltá-lo) e teve sua prisão relaxada no último dia 13 pelo juiz índio Brasileiro Rocha, que aceitou a argumentação de que era réu primário e de boas antecedentes.

C, uma jovem morena e bonita, chegara antontem de Figueiras para o apartamento da cantora de boate Nely Dalongaro, ou Paloma, em Ipanema, onde há um mês e meio trabalha sua irmã F., de 25 anos. Por volta das 20h30m Marco Antônio, amigo da cantora, chegava ao apartamento. C reconheceu-o imediatamente pois, há dois me, sua irmã fora violentada por ele ao responder a um anúncio de emprego em seu escritório.

Logo recusou o emprego mas, segundo contou, Marco Antônio bebeu várias doses de uísque e ameaçou sacar uma arma da bolsa se ela não o acompanhasse até sua casa, em Santa Theresa. Já eram 2h da madrugada de ontem quando ela, irmã e o advogado

sairam do Ipanema. Chegando a Santa Theresa Marco Antônio mandou que F. esperasse do lado de fora e puxou C. para dentro pelo trapo. Ao ouvir os gritos da irmã, F. correu até o quartel do Corpo de Bombeiros e telefonou para a PM. Cerca de 40 minutos depois, dois policiais do 1º BPM apanharam-na e foram com ela à casa do advogado, que mora com o irmão mais velho e os pais.

Na Polícia, C. relatou as servidas sexuais a que foi submetida no quintal da casa. Marco Antônio confirmou que teve relações com a jovem, mas garantiu que não houve violência e que já esteve por várias vezes com ela em hotéis. Os depoimentos de C. e F. e as marcas de violência na primeira, disse o Delegado Celso Deodoro, bastam para caracterizar o crime de estupro, inafiançável e que prevê de três a oito anos de prisão.

C. disse que não sabia que o advogado estava por trás desta promessa de emprego e F. que também foi violentada por ele duas vezes, em seu escritório, e que não imaginava que sua patroa lhe desse cobertura. As duas acusaram-no de manter uma pequena agência de empregos no escritório — Avenida 1ª de Marco 25/1262 — e de coagir as candidatas mais bonitas — dispensando as feias — para que mantivessem relações sexuais com ele.

26 FEB 1986
PESQUISA

C
15 MAR 1964

Mulher que pediu divórcio leva cinco tiros do marido

Por ter pedido divórcio e saído de casa há dez dias, a professora de Educação Física Sônia Sueli Fernandes Ribeiro Amaral, de 34 anos, levou cinco tiros do marido. Renato Jesus Amaral, de 35 anos, entrou de manhã, quando sua casa se via cheia na Estrada Velha da Pavuna 144, tubaluma, onde estava morando desde que foi ameaçado de morte por Renato. Levado para o Hospital Geral Vargues, na Penha, com ferimentos no barriga e torax, Sônia passou cinco horas na sala de cirurgia, mas já está fora de perigo.

A mãe de Sônia, Julieta Fernandes Ribeiro, de 39 anos, que estava com a filha no momento em que foi baleada, contou que os filhos foram dados a quimica rosqui.

— Nós estávamos indo para ir ao médico quando Sônia viu o marido escondi-

do na entrada do edifício. Ele se aproximou, tirou o revólver do cinto da calça, encostou a arma no estômago dela e atirou várias vezes. Tentou abraçá-la para protegê-la, mas não pôde. Antes de fugir, ele ainda atirou que estava cumprido a ameaça de se vingar por ter sido abandonado — disse D. Julieta.

Antes de postar o depoimento ao 27º DP (Vicente de Carvalho), D. Julieta contou que sempre foi contra o casamento e que por isso seu genro várias vezes a ameaçou de morte. Informou que os dois estavam casados há quatro anos, mas desde o período de namoro as brigas eram constantes.

Vizinhos de Sônia, que compareceram ao Hospital Geral Vargues quando saberam que estava ferida, contaram que o apartamentado do casal foi parcial-

mente destruído por Renato Amaral poucos dias depois que ela saiu de casa. Informaram também que ele tirou uma peça do Fuzil PT-248, que pertencia ao pai de Sônia, para que ela não pudesse usá-lo. Os dois moravam em um apartamentado na Rua Bordo de Bom Retiro 111, no Engenho Novo, comprado por Sônia, que, desde dezembro, era quem custeava as despesas do casal, porque o marido estava desempregado.

— Depois que perdeu o emprego, ele ficou ainda mais violento e começou a se envolver com quadrilhas de traficantes de laudos do Merit de Amor, no Lins, e que acabou sendo a gata d'água para a separação — comentou D. Julieta Ribeiro, que agora teme que seu genro volte a ameaçá-la à vida.

MILITAR - Notícias de 20. 90

O 1 JUN 1980

'Maníaco da garrafa' deixa Pavuna em pânico

Homem ataca ^{mulher - agredida - AFP} mulheres perto da delegacia

Um homem ruivo, de cerca de 1,70m de altura, cabelos crespos e geralmente vestindo bermuda está assustando os moradores da Pavuna. Há dois meses, desde que foi registrado o primeiro caso de agressão na 39 DP (Pavuna), a Polícia tenta em vão localizar o "maníaco da garrafa", ou o "maníaco do caso de vidro". O homem já feriu várias mulheres com uma garrafa quebrada, mas apenas cinco foram quinquas na delegacia. O período começa com o hábito e vem afetando a rotina dos moradores, que temem andar sozinhas na rua.

Atualmente, o agressor ataca as mulheres nas imediações do terminal rodoviário, que fica a menos de cem metros da 39 DP.

Todo mundo está com medo. Não entende, a delegacia fica por aí e, mesmo assim, não consegue pagar esse cara. Os pais têm que buscar as filhas no trabalho, pois, afinal, ninguém é capaz de deixar a filha sozinha por aí... disse Helene Helena Garruti, de 48 anos, que mora na Rua Pavuna.

Os policiais da 39 DP argumentam que a divulgação dos detalhes atrapalha as investigações e não ajuda a prender o maníaco. O Chefe do Setor de Investigações Gerais da 39 DP, Paulo Barbosa,



acredita que o agressor seja um doente mental.

— Já nos prendeu lá a qualquer momento, mas os crimes foram divulgados. Agora, provavelmente, ele vai agir em outro lugar.

As cinco vítimas que procuraram a Polícia foram atacadas no início da noite perto do terminal rodoviário, onde é grande o movimento de carros, ônibus e pedestres. A descrição de homens é semelhante e, em todos os casos, ele não diz nada à vítima, apenas desferiu os golpes com um pedaço de garrafa e saiu correndo. Uma delas, A., de 38 anos, grávida de cinco meses, foi golpeada no abdômen no dia 14. Separado os pais da

menor, ela levou vários pontos, mas a criança nada sofreu.

Luíza Cristina Massa, de 20 anos, também foi vítima do maníaco, mas não quis registrar queixa na delegacia. Ela foi atacada pelas costas na Rua Cairo, 15 dias atrás. A jovem ficou insubordinada, teve que tirar licença no trabalho e está passando alguns dias no caso de paradas.

O medo do maníaco chegou a mudar a rotina de algumas mulheres do bairro. É o caso de Cleora Virtuosa dos Santos, de 32 anos, que deixou de fazer ginástica na Academia Moacir, temendo encontrar o agressor.

— O que não dá para entender é que tudo acontece no lado da delegacia.



Mulher defende namorado que tentou matá-la

PORTO ALEGRE — "Coisas do amor". Esta é a única explicação que o Delegado Antônio Carlos Oliveira pode dar para a atitude da psicóloga Grevelia Bocira, 47 anos. Depois de ser baleada com sete tiros, receber um enxerto de tecido bovino no coração transpassado por uma das balas e passar 14 dias na UTI do Instituto de Cardiologia, ela foi transferida para um quarto e, ao prestar depoimento à Polícia, pediu que nada seja feito contra o namorado Saint Clair Frey Piegas, um médico de 36 anos, que tentou matá-la.

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Mineiras protestam hoje contra crimes passionais

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Centenas de mulheres — ligadas a partidos políticos, sindicatos, associações de donas de casa etc — participaram hoje, no arce do Igreja São João, de uma manifestação contra os dois crimes passionais cometidos recentemente nesta capital. Em seguida, será realizado uma reunião das duas vizinhas, Elvira Babalero e Maria Regina Santos.

A reconhecida do movimento cobrará cartazes nas escolas, convocando a população para o ato e a missa, e pedindo que todos tenham uma decima. Além disso, um grupo de FIDE anunciará a manifestação em vários pontos da cidade. A manifestação era também auspiciada pelas igrejas, mas o arcebispo, dom João Bezerra Costa, foi contra.

VIDA E MORTE

A advogada Elizabeth Mariana de Almeida comentou

que, "em termos legais, esses assassinatos de mulheres são passivos de homicídios comuns ou de garagem".

— Mas, no verdade — prosseguiu — os homens que com frequência matam "por amor" não fazem nada menos que exercer o seu poder de vida e morte sobre a companheira. Ela é uma prisioneira de do marido, um objeto de consumo.

Na opinião de Elizabeth Mariana, o grande problema nos crimes passionais é que se assumam vários fatores — status quase sempre alto, ampla divulgação pela imprensa etc — transformando o assassinato, geralmente a homens, em um ícaro dos padrões normais e a vítima em agressor.

— A tese de defesa da hora, usada pelos advogados — disse ela — não tem fundamento jurídico, porque a honra é um valor subjetivo e quem fica de arre arre com o acidente é quem o cometeu. Não se pode considerar a mulher uma de-

Elizabeth Mariana disse ainda que, "geralmente, a mulher é um saco de pasta".

— Oprimida pelo marido, pelo salário baixo, pela falta de dinheiro, o homem tem sempre algum abalo dele em quem descarrega seus ressentimentos a mulher.

O GLOBO

18 agosto

1980.

Detetive fere mulher com tiro

O Detetive-Inspetor Vicente Soriano de Oliveira, de 34 anos, foi preso ontem em flagrante e acusado por tentativa de homicídio, na 28ª DP (Compinho), após disparar seis tiros contra a dona da Confeitaria Nova Central, do Casquinha, Maria Angela Francisco Dias, de 33 anos, ferindo-a com uma bala na clavícula. Por este motivo ele foi quase linchado por cerca de 200 pessoas.

Vicente saiu junto à confeitaria com o carro 62566 da Delegacia de Homicídios, onde estava localizado, às 7h. Entrou, bebeu cerveja com dois amigos e recusou-se a pagar a conta. A dona da confeitaria reclamou, ameaçou agredi-lo com a tranco da porta, após uma discussão, e foi baleada. Ela está internada no Hospital Carlos Chagas e ele preso na Unidade de Prisão Especial de Belfins, no Posto Zero.

EMBRIGADO

O linchamento de Vicente foi impedido por quatro patrulhas do 9º Batalhão, três das quais atenderam ao pedido de reforço do Cabo Roberto e do soldado Barcelos, que chegaram primeiro à confeitaria, na Rua Nerval de Góes nº 409, e levaram o Detetive à 28ª DP.

Antes de passar pela confeitaria, ele havia bebido em três bares com o ex-zoril Humberto dos Santos e o sergente de câmar José Pedro da Silva, que afirmaram na Delegacia terem sido abordados por ele em Bomsespe sob pretexto de revista. Depois foram convidados a beber na companhia do Detetive e, segundo disseram, todos ficaram um pouco embragados.

ESP. AC. 10

14/08/45

14/08/45

Ex-marido queima mulher com ferro de passar

SÃO PAULO — "Se não fosse meus filhos, eu estaria aqui das trindades por cima o resto da vida!" Com este detalhe, Zenilde Xavier de Oliveira, 28 anos, dois filhos, um de 3 anos e outro de dois meses, registrou queixa contra a Delegacia de Defesa da Mulher contra o ex-marido. Ela tinha a roupa, o braço esquerdo e as costas queimadas com um ferro de passar roupa.

Segundo Zenilde, eles estão separados há um ano. O ex-marido vive com outra mulher e "muita excoada e falta de respeito". Uma passa em frente a porta de casa de ela com o braço dado com a nova companheira todos os dias. A briga aconteceu porque Zenilde foi a um baile no último sábado, e ele viu.

— Foi mesmo — disse ela — e não foi escondido, escondido. Por que ele pede a grã vida? Não deixei meus filhos passando

fome, sem dinheiro, eles ficaram com a minha educação, a própria educação.

No domingo a noite, seu ex-marido chegou para ver as crianças e a agrada, quitando-a com o ferro de passar. Agora, Zenilde quer justiça e disse que não vai desistir enquanto ele não pagar pelo que fez.

— Eu estava grávida e ele já me batia — contou ela. — Nos nos separamos por causa disso. Por que não posso ter a minha vida agora? Em cinco dias de funcionamento, cerca de 100 boletins de ocorrência já foram registrados na Delegacia, sendo 76 de agressões e ameaças de morte. Esta realidade de violência contra a mulher levou o sistema a Delegacia de Agressões à Mulher, Gracia Gouveia e Teresa Souza Beach que, como voluntárias, receberam a prestar assistência jurídica às mulheres necessitadas. Amarel, começa a funcionar um centro de assistência social e psicológica.

28 AGO 1996

Marido quase mata mulher com chicote

CAMPO GRANDE — Fome, as roupas em farrapos e marcas de chicote nos braços, pernas, costas e pescoço, Maria de Fátima Beronassa, 39 anos, chegou a esta capital para pedir socorro na Delegacia da Mulher. Contou que há dois dias estava fadada do marido, João Vicente Lucas Rodrigues, 38 anos, conhecido por "João Bola-deiro", porque ele, com um chicote de couro trançado, queria matá-la de fome.

Diz Maria de Fátima que tudo começou na noite de quarta-feira última, quando o marido, usando o mesmo chicote, estendeu de espancar a filha do casal. De seis anos de idade. Ela interveio e passou então a ser vítima direta do espancamento. Fugiu pelo muro, chegando a pé na noite de quinta-feira a Campo Grande.

"João Bola-deiro" foi preso quando tomava banho em sua casa numa fazenda de gado no município de Jaramatari, distante 28 quilômetros da capital.

Mulher de Brasília é mais agredida no Plano Piloto que na favela

Simone Salles

Brasília — O elegante traçado de Niemeyer, sublinhado por suaves curvas femininas, oculto na Capital Federal uma estatística alarmante: de julho de 84 a julho de 85, 3 mil 150 mulheres foram vítimas de estupros, lesões corporais, atropelados violentos ao pudor, posse sexual mediante fraude, rapto, sedução, tentativas de violação, e ameaça de morte por suas parcerias amorosas. Os números podem ser ainda mais preocupantes pela os crimes passivos, cometidos "em legítima defesa da honra", não figuram nessas estatísticas da violência contra mulheres.

A realidade certamente desapontará os idealizadores da capital brasileira. Programado para ser socialista, criativo e facilitar as relações interpessoais, de forma civilizada, o Plano Piloto de Brasília alcançou a triste primazia de ser, comparativamente, mais violento que a mais violenta das cidades latentes, Ceilândia — que tem quase o dobro da população do Plano, que é de 300 mil habitantes. 56 era lesões corporais, o Plano registra 413 casos contra 863 de Ceilândia.

Defasada em um ano, a estatística foi liberada pelo Departamento de Polícia Civil e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça. O atraso na liberação dos números relativos ao período de 84 a 86 preocupa a assessoria técnica da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher, Marijane Vinagre. Ela acredita que a pesquisa acusará uma elevação significativa dos crimes, cujo número crescerá ainda mais com a criação da delegacia de mulheres de Brasília, nos próximos dois meses. Ela não concorda ao estante com a confrontação dos números, que demonstra uma violência maior no Plano Piloto.

— A violência contra a mulher sempre foi mais intensa nas cidades periféricas, onde o nível de instrução é menor e a precariedade da qualidade de vida é maior. No Plano, as mulheres são mais esclarecidas e por isso há mais denúncias.

Participado com a "dissimulação" dos crimes — "A época dos Docas Simões e Lindomares Castilhos já se atenuou" — o Conselho lançou, dia 25 de novembro, um livro intitulado **denúncia da impiedade**. Para o antropólogo e coordenador de atividades interdisciplinares da Universidade de Brasília, Luís Tarkenton, o Plano Piloto tem uma característica única, que aumenta a violência contra a mulher: a precariedade com o poder e a dura concorrência do mercado de trabalho, pois 98% das mulheres trabalham.

— A cidade é uma verdadeira selva de retalhos culturais, agravado pelo silêncio social, que culmina com a chamada hipoteca do poder. Isso aparece significativamente nas relações homem-mulher. Uma vez que o poder absoluto é impossível, a instrução decorrente disso é descarregada nas relações sociais. Como no Brasil o cargo é um conceito ligado ao convento, a posse, quem paga é a mulher, e lá vem, os filhos — Argentina e professor, fundamentado em seu trabalho corvético, castiagem e deontologia.

O Globo
19/08/80

Protesto contra crimes reúne mineiras na igreja

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Um ato público de protesto contra os recentes crimes passionais ocorridos em Minas reuniu ontem, nas escadarias da Igreja São José, cerca de 400 pessoas, a maioria mulheres. Foi depois celebrada missa em memória de Eloisa Balestero Stanzoli e Maria Regina de Souza Rocha, assassinadas a tiros pelos maridos.

A manifestação foi organizada pelo Comitê de Defesa dos Direitos da Mulher, com a participação de representantes de partidos políticos e de entidades feministas de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Nas faixas e cartazes, disseram como: "Quem ama não mata"; "Em Minas, crime de casamento é atestado de estí"; e "Viva a mulher".

PROTESTO

O ato público foi iniciado com o discurso da professora Ana Lúcia Garcia, da Universidade Federal de Minas Gerais, que, após citar os dois recentes crimes passionais, afirmou:

— Não viemos pedir a cabeça de ninguém, nem acusar especificas indivíduos. Estamos aqui para protestar

contra a discriminação de que somos vítimas e que recebe apoio social, através da mídia, da própria lei.

Maria Ultra Ribeiro Campos, representante da Renovação Cristã crítica à imprensa, afirmou ainda que "conjecturas maldosas, insinuações que denigrem a mulher que encorajam a maioria a matar, tiram uma imprensa honesta".

Ela condenou também o investimento em porte de armas, que, segundo ela, tem arruinado muitas famílias.

— Estamos todos preocupados com o desarmamento das polícias estaduais, com as armas civílicas, com as bombas lacrimogêneas. Mas estamos mais preocupados de desarmar as casas das famílias. Desarmar as mães, as irmãs, os filhos. Possivelmente, desarmar os pais que matam as mães de seus próprios filhos.

O deputado General Teófilo (PDT, MG) falou em nome da ex-senadora Vírgia Rumbert, também do PDT, que foi convidada para o ato mas não pôde comparecer. Ele afirmou que Vírgia experimentou o desejo de que "cada mulher possa andar na rua sem ser incomodada e que possa existir igualdade de direitos".

A presidente do Comitê Brasileiro de Apoio, Helena Girão, falou em nome do PT, enquanto uma chuva de papéis picados caiu dos edifícios vizinhos à igreja.

Também representando um partido político, o PMDB, falou Eva Joana Erez, da Associação das Donas de Casa, que citou o Evangelho.

A advogada Leonor Nunes Faria fez a leitura de manifestos, de entidades feministas de São Paulo e São Paulo, e a jornalista Mervian Christiana fez o documento do Comitê de Mulheres contra a violência. A psicóloga Celina Albano propôs a criação de Centro de Defesa da Mulher.

No encerramento do ato, a poeta mineira Adélia Prado declamou "A Canção de Joana d'Arc", de sua autoria.

MISSA

Cerca de outras 200 pessoas, que não participaram do ato público das feministas, as mineiras, juntaram-se a elas, minutos após a realização, para assistirem juntos na Igreja São José.

O ato religioso se iniciou com a música "Maria, Maria", composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, cantada por Jéssica Rocha.

Em clima altamente emotivo, com as organizações do movimento preocupadas com os indolentes aditivos com aromas de serem acrescentados aos pólvora e milho nas munições, a missa durou 40 minutos. O celebrante, padre Antônio, fez, no sermão, a primeira Carta de São Paulo aos coríntios. Depois interpretou as palavras do apóstolo:

— O amor não mata, não tira o rosto, pelo contrário, o amor presta serviço ao amor e constrói de maneira concreta, para sempre.

Mineiras vão assistir ao julgamento e exigir punição para assassinos das mulheres

Belo Horizonte — O Centro dos Diretores do Mulher criado segundo como resultado da revolta causada pelos assassinatos de Eulina Ballesteros e Maria Regina Rocha pelos maridos, Márcio Ballesteros e Eduardo Souza Rocha — resolveu criar um grupo para acompanhar de perto o julgamento dos assassinos e exigir que sejam punidos.

O esquema de atuação do grupo ainda não foi traçado, mas é possível que promova manifestações públicas chamando a atenção para a necessidade de se fazer plenamente a justiça, a fim de que a impunidade, ou quase impunidade, como foi o caso de Rosa Street, assassinada de Angela Diniz, não encorage os maridos a matar as mulheres.

CONSCIENTIZAÇÃO

O Centro foi desenvolvido em reuniões — de divulgação, política, assistência de saúde e documentação e a destinada a elaborar o programa de ação. São serão dirigidas por Celso Almeida, secretário geral das mulheres Lúcia do Nascimento, Lúcia Maria, Maria Theresia e Fernanda Cristina Almeida, advogada, que se encarregará do setor jurídico.

Os integrantes do Centro se comprometem a usar seus conhecimentos profissionais em suas respectivas áreas, em prol da conscientização da sociedade sobre os direitos da mulher, através de conferências e reuniões, temas como planejamento familiar, aborto, direitos do trabalho e família e violência sexual e fome contra a mulher.

Durante o resumo de criação do centro, sob a Casa de Cultura de Minas, foram 1.000 das 200 cartas de apoio ao movimento de representantes de outros grupos de mulheres que desde maio, vem se reunindo em Belo Horizonte para criar

uma entidade destinada a "prevenir o crime de assassinato de mulher" na sede localizada no Parque dos Trabalhadores de Minas e dos Arcadistas de Direito da Universidade Católica de Minas.

A voz do grupo de mulheres denuncia que a luta contra a violência da mulher hoje na sociedade — de agressões e violências físicas — é justa e dramática e deve ser o apoio de todos os que acreditam por uma sociedade mais humana.

"A mulher possui da mulher", acrescenta, "não se separa de nós por milhões de condições de vida e trabalho para todo o mundo e por uma perda de liberdade para nos organizarmos para superar nossas condições físicas e mentais".

A luta da ala feminista do PT mineiro afirma que o movimento de mulheres que tem sido desenvolvido em nome do "outro" quando na verdade são pelos direitos constitucionais de liberdade e segurança, e qual todos os direitos e valores, estamos sustentando.

Maria Lúcia de Silva

27 SET 1964
MONTA

MULHER

Plantão faz 1 mês com 30 atendimentos

Em sua quarta semana de funcionamento, o Plantão de Assistência Judiciária à Mulher, instalado na Secretaria de Justiça, fez 30 atendimentos e registrou ontem a presença inusitada de dois homens. Um, industrial, morando em Mucuri, foi convocado por que não pagara a pensão alimentícia ao filho; o outro apareceu porque suspeita que a mulher daria queixa dos esgarçamentos que sofreu com o filho de 14 anos.

— O primeiro cascou-se em pagar a pensão e segundo em se separar da mulher, comprometendo-se a não mais esgarçá-la — informou a estagiária de Detenção Pública Teresa Penna.

O acesso de instabilidade não ocorre somente a plantão mas a permissão e pecha são as mulheres que comparecem em far depoimentos. Uma destas foi Maria Lúcia de Silva, de 44 anos, vendedora ambulante. Ela procurou o Plantão para colocar o marido como seu dependente. Ela a agenda não trabalha, o precisa de tratamento médico.

JORNAL DO BRASIL
2.2 DEZ 1942

Mineiros batem na mulher e reclamações deixam o delegado impressionado

Selo Horizonte — O delegado Benaldo José Magalhães, de Caeté, município de 21 mil habitantes da região metropolitana desta Capital, revelou estar impressionado com o grande número de agressões de maridos contra suas mulheres este ano, na cidade dos 61 casos registrados pela polícia, nos apenas foram transformados em inquéritos e, em um deles, a mulher tinha apanhando de um marido rico há cerca de 24 anos.

Entre as causas principais das agressões, a polícia citou ciúme, embriaguez, indolência e desentendimento por causa de filhos. Mas grande parte dos espancamentos tem origem na situação financeira difícil da família. Segundo o delegado, as mulheres em geral são pressionadas pelo marido a retirarem a roupa e, normalmente, voltam a apanhar por terem recedido a polícia.

Des três inquéritos enviados esta semana à Justiça de Caeté pelo delegado Benaldo José Magalhães, o mais grave é de Dona Terezinha de Jesus Marques, 38 anos, 10 filhos, que há 13 anos vem apanhando do marido Antônio de Almeida Marques, 57 anos, rico açougueiro e fazendeiro da cidade.

Segundo sua queixa na polícia, os maus tratos começaram na semana de seu casamento, quando foi espancada pelo marido com um cassetete, repetindo-se as agressões durante toda a sua vida de casada. Terezinha de Jesus só tomou coragem de ir a polícia depois que entrou com processo para separação judicial e foi ameaçada de morte por Antônio de Almeida Marques.

Ela contou ainda que, apesar de ter um marido rico, para sustentar os filhos, um dos quais paralisado, era obrigada a tirar, às escondidas, carne no açougue do marido para vender aos vizinhos. No inquérito, além dos vizinhos, foram ouvidos quatro filhos casados de família, que informaram terem saído de casa incomodados com os maus tratos que a mãe recebia.

Mulher - Direitos e movimentos feministas

26 SET 1980

Mulheres pedem apoio contra violência

Representantes de 12 entidades feministas de São Paulo e de São Horizonte receberam ontem do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes, "total apoio político e jurídico" para a elaboração de um anteprojeto de lei contra as discriminações que afetam as mulheres. O assunto foi marcado pelo Movimento das Mulheres Advogadas do Rio como resposta ao voto de um juiz de Juri de Furo à participação de mulheres em Juri Popular e às frequentes acusações de maridos que assassinaram suas esposas.

Durante o encontro com o presidente da OAB, as gráficas feministas leram um documento de proleto e conclusão: "as mulheres e as organizações e combatem as discriminações que nos atingem no nosso cotidiano, nos buscam para que se tornem novas vítimas, pois certamente deixam de ser potenciais candidatas a assassinatos em defesa da honra, e a sociedade para que a democracia seja atingida inclusive na igualdade das coisas".

Assim, o documento, além de Movimento de Mulheres Advogadas, e 12



Seabra Fagundes recebe o documento das 12 entidades feministas

de Feministas do Rio, a Sociedade Brasil Mulher (Rio), o Coletivo das Mulheres do Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira (Rio), a Frente de Mulheres Feministas (São Paulo), a Associação de Mulheres (São Paulo), e Centro da

Mulher Brasileira (São Paulo), a Sociedade Brasil Mulher (São Paulo), o grupo Das Mulheres (São Paulo), o Departamento Feminista do PMDB de São Paulo e o Centro de Trabalho da Mulher (São Paulo).

21 de Abril de 1934

95 - 11

Mulheres terão assistência jurídica gratuita no Rio

As mulheres vítimas de qualquer tipo de violência contra a sua condição feminina já têm a quem recorrer. A partir de hoje, e todas as quintas-feiras, dar-lhe-á a Defensora Pública Glauce Franco e um grupo de estagiárias estarão prestando assistência jurídica gratuita, no segundo andar da Secretaria de Justiça, prédio anexa ao Palácio Guanabara. O atendimento será gratuito até que seja instalada a primeira Delegacia de Mulheres do Rio, prevista para os próximos meses.

— Todas as mulheres que sofrerem violências devem primeiro procurar a delegacia de sua circunscrição. Quem não contar com um tratamento adequado, se tiver vergonha e medo, pode ser procurar que aqui encontrará pessoas sempre capazes de ajudar em qualidade de confidentes — disse Glauce Franco.

Grávida de dois meses e mãe de um filho, Glauce, 32 anos, não se considera uma feminista, mas sim, humanista.

— Sou contra qualquer tipo de discriminação ou violência. Como mulher, me afflige muito ver cenas de companhias rasas massacradas pela violência doméstica e sexual.

O objetivo do que a Defensora Pública classificou de "plano-piloto da delegacia feminina" é realizar um trabalho instrutivo, esclarecer as mulheres sobre os seus direitos em caso de agressão, separação do marido, guarda dos filhos e perdas de pensão.

mulheres - assassinato - RJ

102
27
102
27

Feministas querem que polícia combata mais a violência contra mulher

Para pedir maior empenho da polícia civil no combate à violência contra a mulher, grupos de feministas estiveram em audiência com o secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, na qual levaram sugestões e agradecimentos pelas prisões de estuprodores. O secretário prometeu a inauguração de mais duas delegacias de mulheres, em Duque de Caxias e Niterói, dentro de um mês.

Um pedido especial foi feito: maior contingente de policiais femininas e de assistentes sociais nas delegacias. Ele concordou e afirmou que em breve terá 54 assistentes sociais em trabalho no Grande Rio. O aproveitamento de detetives mulheres, concursados, será em breve e os advogados, que se interessarem pelo cargo de delegadas, serão as titulares das delegacias de atendimento às mulheres.

Estiveram na secretaria representantes dos grupos SOS Mulher, OAB-Mulher, a coordenadora de serviço social das delegacias e do Conselho Regional dos Assistentes Sociais. Elas entregaram documentos de reivindicação e outras de sugestões. Nilo Batista pediu que os grupos — só 30 no Rio de Janeiro — enviem mais sugestões e deem apoio às delegacias de mulheres. E explicou que o serviço social é importante, "porque dá suporte contra violências que não são caracterizadas como crimes, tais como quando o marido empurra a mulher de casta, ou mesmo faz ameaças veladas à companheira".

Os grupos feministas pediram que nas delegacias funcionem detentoras e psicólogas, além de plantões de funcionárias para atendimento à mulher no Instituto Médico-Legal. O último pedido foi o de alojamento provisório para mulheres e seus filhos, que correm risco de vida.

O secretário ficou de providenciar a prisão do prebichão José Joaquim dos Santos, acusado por três filhas de estupro contra elas. José cometeu os crimes no boteiro Sarró, mas está na Assembleia de Deus de Pádua, na Baixada Fluminense. Nilo Batista soube que M.J.S., 36, filha de José, estava grávida do pai, fez aborto na segunda-feira "e passa bem". M.J. fez o aborto mesmo sem o consentimento da Juizica.

O Gledho
20/08/80

Mulheres poderão ter assistência gratuita

A professora da Universidade Federal de Minas Gerais Ana Lucia Gazzola, organizadora do Centro de Defesa da Mulher, anunciou ontem que já foi procurada por uma psicóloga, uma médica e um advogado que se colocaram à disposição da entidade, para atender gratuitamente as mulheres que procurarem de seus serviços.

Gazzola e outras mulheres que participam do movimento foram também convidadas por alunos da Universidade Federal do Ouro Preto para realizarem uma palestra sobre a mulher, na próxima quinta-feira.

Segundo ela, os três projetos objetivos do Centro de Defesa da Mulher são: criar espaço de discussão sobre a questão da mulher, congregando os mais diversos grupos e pessoas interessadas; atuar em questões et-

perdiças e concretas, seja como formosa assistência jurídica para mulheres; e apoiar as que sofrem agressões ou discriminação profissional.

— O movimento não está ligado a nenhum partido político nem foi criado por nenhum grupo específico, mas nasceu dentro da necessidade de convocar pessoas interessadas na questão da mulher — explicou Ana Lucia Gazzola.

Ontem, foi realizado um debate transmitido por uma emissora de rádio, sobre os dois últimos crimes que abalaram a sociedade mineira. Além disso, as organizadoras do Centro de Defesa da Mulher se reunem para preparar a pauta da reunião a ser realizada na Casa do Jornalista, onde será formalizada a criação da entidade.

Feministas são chamadas para ato público em MG

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — As feministas Heleneida Stancini (dependida pelo PMDB-11 e autora do livro "Mulher, objeto de corno e mesa") e Branca Moreira Alves, do Centro de Mulher Brasileira, foram convidadas por um grupo de militantes a participarem do ato público na próxima segunda-feira, às 17 horas, nas sacadas da igreja São José, em protesto contra a violência das crises passionais nesta capital, onde em menos de 18 dias duas mulheres foram assassinadas por seus maridos.

Desde do ato político, quando será apresentada a sugestão de se criar uma Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, será celebrada missa em memória das duas vítimas — Eloisa Estancini Stancini e Maria Regina de Souza Rocha. Alvo de fofocas, rumores e cartas propagandistas, o grupo de militantes está fazendo um apelo à população para que compareça com uma flor em homenagem às mortas.

MOVIMENTO PACÍFICO

A jornalista Mirlan Choleira, uma das integrantes do grupo, disse ontem que o movimento que as militantes estão articulando é pacífico e que o maior objetivo do ato público é lançar a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres. Na sua opinião, esta comissão deverá agir de todas as formas para evitar qualquer violência contra a mulher, questionando, de imediato, a própria legislação brasileira. E explicou:

— O crime de estupro, por exemplo, só é utilizado contra a mulher. Ela aproveita e se realça diante do traço do homem, mas ele sempre reage com violência se ocorre o inverso. Todas consideram normal e aceitável a mulher unir a mulher. Agora, quando ela o faz, é classificada de adúltera e indigna.

PDT

Até o momento, o único partido político que manifestou apoio concreto ao movimento das militantes é o PDT, que oferece, inclusive, uma representante ao ato público, Vânia Rumbert, mulher do ex-líder estadual Kival Rumbert, que seve exilado e também se filiou ao partido.

O PDT colocou à disposição do grupo um serviço de van e um carro propaganda, que percorrerá, na segunda-feira, todas as bairros e ruas centrais da cidade, conchamando a população a comparecer à manifestação.

SOLIDARIEDADE

"A mulher já pode dizer não. A mulher já pode dizer sim. A mulher ainda pode

dizer não ao. Ela tem direito. E precisa que o homem atente para o fato de que, não ou sim a seu consentimento, a mulher vai sentir o seu corpo".

Esta declaração está contida no manifesto de solidariedade à mulher militante. Dirigido hoje em Goiânia pela Associação do Mulher Goiano, através de sua presidente, a advogada Anelita Ferreira Galliani, com o propósito de repudiar "todo o ato de violência, especialmente contra a vida e, mais ainda, contra a vida de crianças e mulheres, não porque sejam seres frágeis, mas porque tanto em quanto entre não têm liberdade agressiva sem criminosos e jamais praticaram atos de violência contra a vida".

O delegado de Homicídios Antônio Carlos Soares, duas vezes, que o empresário Márcio Augusto Ferreira, acusado pelo engenheiro mecânico Márcio Stancini de ter saído com a sua mulher, Eloisa, de 32 anos, assassinada por ele na madrugada do último dia 28, não pode ser considerado o pivô do crime, como o criminoso quer fazer parecer.

Antônio Branca reforçou esta tese, argumentando que o laquêrito nada comprova até o momento, que Eloisa tivesse comportamento ilícito. As suspeitas de Stancini, de que sua mulher o tivesse traído — ele disse ao ser interrogado que a vítima de 18h30m do dia de crime no automóvel do empresário — estão se diluindo com as verdades que estão surgindo, segundo o delegado.

— Todas as depoimentos de testemunhas tomadas até agora — arrestados o delegado — são favoráveis à Eloisa porque não dão a favor de Márcio também, porque as pessoas ouvidas disseram que o casal vivia bem.

11/11/80 - 15h30 - 15h45

11/11/80 - 15h30 - 15h45

O GLOBO
25 JUN 1988
PESQUISA

Sexta-feira, 15 de junho de 1988



Seis milhões de vítimas

Agressões à mulher, um delicto ainda não extirpado da sociedade americana

NOVA YORK — Nos Estados Unidos, um país no qual supostamente a mulher é tratada com respeito, cerca de seis milhões de mulheres são vítimas de maus tratos a cada ano, segundo informou a Coalizão Nacional Contra a Violência Doméstica. Mas como entre as causas das agressões o crime — fundamentado ou não — ocupa lugar de destaque, a explicação para tão grande número de delitos talvez possa ser encontrada em outra pesquisa, esta divulgada pela revista "Woman's Day", segundo a qual a maioria das americanas não hesitaria em trair seus maridos, caso uma ocasião propícia surgisse.

Os dados referentes à violência física não são inéditos, pois o próprio Departamento de Estatística do Ministério de Justiça tinha informado há dias, com dados recolhidos entre 1978 e 1982, que nos Estados Unidos, a cada 16 segundos uma mulher é agredida.

Por ainda a agressão não se esgota no ato de bater. Ficou comprovado que ser objeto de constantes maus tratos é uma das principais causas do alcoolismo feminino, da dependência a drogas, de tentativas de suicídios e

de, por sua vez, maus tratos a crianças. A Coalizão Nacional Contra a Violência Doméstica estima que 60 por cento desses crimes, quando crescerem, serão agressões, e 50 por cento das meninas, mulheres agredidas.

Embora só estejam relacionados os abusos físicos, os advogados que tratam habitualmente desses casos estimam que os maus tratos psicológicos podem ser tão devastadores quanto aqueles, e citam entre as condutas abusivas os gritos, a crítica sistemática, a capotada, a humilhação e a negação em compartilhar dinheiro. E os casos, embora sejam mais frequentes entre as comunidades pobres, ocorrem em todos os níveis do espectro social.

Quanto a pesquisa da "Woman's Day", feita com 30 mil de suas leitoras, 50 por cento destas não esconderam que estariam inclinadas a uma aventura "com um incriminado desconhecido". Do total, 33 por cento declararam-se insuportavelmente insatisfeitas sexualmente com seus maridos, mas só 12 por cento consideraram sua relação conjugal "romântica e esotiva".

6 Agosto 1985

11 JUL 1985
PESQUISA

Feministas fazem protesto contra criminosos impunes

Vestindo roupas brancas — a marca da solidariedade, afirmam — cerca de 30 mulheres pertencentes a oito movimentos feministas fizeram ontem a tarde, no Centro, uma passeata de protesto contra a impunidade de vários assassinos de mulheres e terríveis paulistas em decorrência que matou 13 deusas cancer, ocorridos entre dezembro de 79 e junho de 81. A manifestação, que começou na Praça da Caracá e terminou na Diocelândia, destinou-se a divulgar o julgamento, hoje, de Eduardo Arroz Johnston, que no dia 8 de março de 81 matou com dois tiros, em um crime muito de ignorância, Christiane Arroz Johnston, de quem se separara três anos antes.

O "Diário da Impunidade" — como foi intitulado o documento — revelou um caso inédito, o de Maria de Fátima Mury Claro, virada no dia 17 de agosto de 80 de quinze andar do Quartel General do I Exército pelo marido, o ex-soldado Bernardo Lourenço Pires Claro, até hoje em liberdade.

A passeata foi aberta pela socióloga Maria Figueiredo, 41 anos, que usando uma máscara de fibroestral pouco a pouco foi sendo substituída em um lambete, a máscara, explicou ela, simbolizava o

anonimato, a coletividade e a simultaneidade do protesto, pois era assim que os membros fazem seus atos em praça pública na cidade de São Paulo. O toque fúnebre do tambor era para lembrar as mulheres mortas, o lambete era a máscara que foi usado no crime de Christiane e depois o modelo da passeata simbolizava em Copacabana.

Em que maioria profissional liberal as manifestantes pertencem aos grupos SOS Mulher, Cabotem do Mulheres, Casa da Mulher, Centro da Mulher Brasileira, Curas, Mulherando, Hizo e Apert, e de outras organizações que não foram mencionadas.

— Somos todas militantes e só — explicou Lígia Rodrigues do SOS Mulher.

Além das militantes, participaram da passeata parentes das vítimas, entre eles o pai de Márcia Gramacho Pereira, Nelson Pereira.

— Não agora eu vivo cheio de remédios, dorando, mas agora desperdiço do passado e vou lutar com todas as minhas forças para que haja justiça não só no caso de Márcia como em todos os outros — disse Márcia, para quem a presença de mãe de sua filha era muito bem vista.

Sexta-feira, 11/7/88

MADUREIRA

Violência contra a mulher: OAB quer acabar com isso

A OAB-Mulher do Rio de Janeiro considera que, em Madureira, registra-se um dos maiores índices de violência contra a mulher. Em função disso, o bairro vai sediar um serviço de utilidade pública e de orientação para as inúmeras vítimas que muitas vezes não sabem a quem recorrer na defesa dos seus direitos.

Na semana passada, uma comissão formada por advogadas, assistentes sociais e representantes de associações de moradores e de famílias se reuniu pela primeira vez, dando a partida para um trabalho que vai começar com uma exaustiva pesquisa, com prazo de três meses, sobre as condições de vida e as violências mais comuns praticadas contra a mulher em 32 bairros, incluídos na 1ª e na 1ª EAs, de Madureira a Jansenopol. Entre eles, Piedade, Cascaড়া, Quintino, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz

e Madureira.

A comissão é coordenada por Maria de Fátima Bahia Araújo, com o apoio das advogadas Patrícia Mariana de Sousa Pinho, Regina Célia Teixeira, Isabel do Espírito Santo Serrão, Irizayva Corrêa Paquetinho, Neira Teixeira Licurgo Vieira e das estagiárias de Direito da Universidade Gama Filho Olinda Gamelino Santiago e Susi Silveira de Oliveira.

Além da pesquisa de campo, elas vão se reunir, desde já, na sede da OAB-Mulher de Madureira — Rua Brasil, Cardoso 424, sala 303 — para prestar esclarecimentos e para orientar as vítimas de violência. O atendimento será de 12h às 17h, de segunda à sexta-feira, e o telefone para informações é 390-8130. Chamadas urgentes, fora desse horário, são para as mulheres escutarem gravações, cantadas, em geral, das policiais se negam a fazer o registro e, se



Maria de Fátima Bahia Araújo mudou

o horário, ou aos sábados, domingos e feriados, podem ser feitas para a OAB-Mulher central (390-8000).

Maria de Fátima explica que, a princípio, as advogadas de plantão não serão defensoras das mulheres agredidas. O apoio será de outra forma.

— É comum as delegacias se recusarem a registrar queixas, quando procuradas pela mulher agredida por

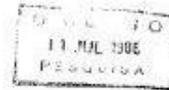
companheiro ou marido. Mas quem se recusa comete crime de prevaricação e um dos nossos serviços será garantir à mulher esse direito, ou seja, o de registrar a queixa. Vamos entregar-lhe uma carta, em nome da OAB, exigindo que se compare a 30 e, se necessário, uma de nós vai acompanhar a vítima.

As agressões sofridas pela mulher são, na verdade, as ocorrências mais frequentes nas delegacias, e a mulher é pobre, as vezes é obrigada a passar a noite no xadrez, submetendo-se a vexames.

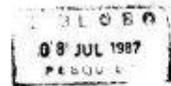
Confiante no trabalho da comissão, Maria de Fátima acha que a situação já começa a mudar.

— Se a notícia pairando no ar de que a OAB-Mulher iria acompanhar de perto esses casos já provocou uma mudança de atitude em algumas delegacias, que começaram a ouvir as vítimas com mais respeito e a registrar suas queixas.

Várias assistentes sociais fazem parte da comissão e, para Maria de Fátima, elas podem dar uma contribuição fundamental, sobretudo no levantamento inicial das condições da mulher.



BRASILIA - 08/07/87



TV mostra como mulher pode agir para se defender

BRASILIA — "A violência contra a mulher não é ficção. É real e é crime", alerta uma voz feminina no vídeo de 30 segundos da campanha contra a violência que será veiculada a partir de hoje pelo telecabo. "A nova Constituição precisa garantir às mulheres o direito de uma vida sem medo", termina o vídeo, que mostra uma mulher interpretada pela atriz Rita Maldini sendo atacada num túnel escuro.

Criado pela Delta Propaganda, de São Paulo, o vídeo integra um pacote de outras produções num total de 123 1/2 minutos. O pacote alertará a Constituição para a situação do trabalho feminino.

A Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Jacqueline Piranguy, lançou também um guia de defesa das mulheres contra a violência, criado pelas pesquisadoras Roszka Darcy de Oliveira e Lélia Lins dos Reis, do Instituto de Desenvolvimento do Aço Cultural (IDAC), de São Paulo, e ilustrado pelo desenhista Miguel Paiva.

O folheto, com 28 páginas, dá uma série de indicações, desde a classificação do delito até as providências imediatas a serem tomadas em caso de violência contra a mulher. De março a dezembro de 1986, cerca de 400 mulheres no Rio de Janeiro foram vítimas de diversos tipos de violência, inclusive estupro. E esses são apenas os casos registrados nas delegacias especializadas.

A G L O R I O
 05 JUL 25
 P R E S I D E N C I A

Mulheres protestam contra violência

Entidades feministas brasileiras denunciaram o aumento da violência contra a mulher no Estado nos últimos meses — em junho foram registrados 14 assassinatos de mulheres e oito estupros. Um dos casos citados pelas organizadoras foi o da doméstica Francisca Ferreira Lima, de Município de Chará. Ela foi violentada por três agricultores que não se con-

formavam com o fato de permanecer sempre aos 11 anos e morrer asfixiada pelo capim que lhe cobriam os olhos para que não gritasse.

Outro caso que revoltou as feministas ocorreu no dia 6 de Maria Célia Cavalcante. Ela foi assassinada com um tiro dentro da delegacia da cidade de Marabá Nova pelo policial militar Francisco Rodrigues.

EUA protegem mulher que trabalha de ataque sexual

MIRIAM ALARCÃO
Correspondente

NOVA YORK — As mulheres americanas acabam de conseguir uma grande vitória com a decisão da Suprema Corte de que a perseguição e o ataque sexual de chefes e patrões a suas funcionárias violam as leis de discriminação sexual no trabalho e constitui crime. Esta decisão foi tomada, por unanimidade, ao final do processo movido por Michele Vinton contra seu chefe, o gerente Sidney Taylor, e o Banco Mellon Savings, em que trabalha.

A questão se arrestou durante meses, pois os advogados do banco e da Câmara de Comércio tiveram tudo para evitar a veredicto que deveria provocar agora muitas outras ações legais contra empregadores, já que os abusos sexuais contra mulheres e homens também, nas empresas americanas é muito comum. Acontece que a maioria das vítimas, mesmo a custa de problemas psicológicos, se calavam, temendo perder o emprego.

Um debate transmitido para todo o país pela rede de televisão CNN colocou frente à frente, como no tribunal, a advogada de Michele, Gloria Alford, e o da Câmara de Comércio, Stephen Bokor. Este último tentava defender os empregadores alegando que um gerente ou supervisor que molesta uma funcionária não justifica uma ação contra a empresa. Gloria argumentava que a responsabilidade é conjunta e criticava o plano adotado por diversas empresas para "educar" seus chefes no sentido de que se comportem dignamente.

Bokor insistia em que o plano está funcionando e acusava as vítimas de serem culpadas por causa de seu "comportamento extravagante e suas roupas provocantes".

— Ninguém pode acusar uma mulher de ser bonita, posta de se vestir de acordo com a moda e tem um comportamento alegre que não pode ser confundido com uma provocação — reatou Gloria. A advogada também lembrou que muitos rapazes são

perseguidos e atacados pelos chefes e patrões, levando Sidney Bokor a dizer que uma firma não pode ser responsável pelo fato de um chefe ser bissexual ou homossexual.

De fato, a decisão do Supremo dá uma certa proteção a mulheres e homens em seus locais de trabalho. A Corte é considerada que a questão "constitui violação da lei, mesmo que o empregado não seja ameaçado de demissão, que as empresas não podem ser responsabilizadas pelo seu comportamento de um chefe e que o comportamento da vítima ou suas roupas — caso sejam provocantes — serão levadas em conta a favor do acusado".

Gloria considerou esta referência a modas e trajes "ridículos", especialmente nos dias de hoje, e prometeu apelar a Justiça contra isto. No caso de Michele, especificamente, ela ganhou a questão da violação da lei de discriminação sexual ser crime passível de punição. Mas, a Corte devolveu o processo ao Tribunal de Primeira Instância por considerar que não são suficientes as provas apresentadas, inclusive sobre o comportamento da funcionária e questões como a sua maneira de se vestir para comprovar se houve provocação ou não.

Mas, tudo leva a crer que Michele também ganhará a questão, pois como disse sua advogada, existem provas suficientes do comportamento do acusado inclusive com uma colega de trabalho da própria Michele, que também foi perseguida e ameaçada de demissão.

Para a Presidente do Instituto das Mulheres Profissionais, Peggy Crull, esta importante vitória deveria fazer com que mesmo que as empresas não sejam responsabilizadas nem selecionadas, tenham providências emergenciais em relação a seus chefes para que as mulheres possam trabalhar em paz, já que "são um contingente indispensável da força de trabalho do país e, conseqüentemente, responsáveis pela manutenção de famílias, tanto quanto os homens".

12. 11. 83
RECORRIDA

O GLOBO
DIÁRIO
DE PESQUISA

Pró-Mulher: o apoio judicial que faltava

ADRIANA BACELLAR

Em briga de marido e mulher já se mete a colher, no Estado do Rio de Janeiro, desde a criação da primeira Delegacia de Mulheres, há cerca de dois anos. A partir de amanhã, a roupa suja poderá ser lavada também no Centro Pró-Mulher, criado a partir de um convênio entre a Liga Brasileira de Assistência (LBA) e o Conselho Estadual de Mulheres. A criação do Pró-Mulher nos Municípios do Rio de Janeiro e de Campos, no Norte Fluminense — só existe um único similar nacional fundado no Rio Grande do Sul há um ano e meio —, pretende proporcionar à lacuna existente no atendimento judicial à mulher violentada o "acredida". A inauguração será amanhã, às 11h, na sala 1912 do Edifício Avenida Central, onde o Pró-Mulher funcionará, e contará com a presença do Presidente da LBA, Marcos Villaga.

A nova Superintendente Regional da LBA, Solange Amaral, e a Presidente do Conselho Estadual de Mulheres, Branca Moreira Alves, são as responsáveis pela criação do Centro. Segundo elas, o maior trabalho será de conscientização das mulheres

para que não escondam de ninguém a violência de que muitas vezes são vítimas.

A ideia da inauguração no Estado do Rio de um Centro que prestará à mulher todo tipo de assistência jurídica gratuita, segundo Solange Amaral, surgiu em dezembro de 1987, a partir da aliança entre os Conselhos Estadual e Nacional de Mulheres e a LBA, que se uniram para prestar a assistência necessária ao funcionamento da experiência piloto que se desenvolveu no Rio Grande do Sul desde julho de 1986. Para a criação do Pró-Mulher carioca, a LBA entrou com o pessoal (oitto mulheres, entre procuradoras, assistentes sociais e advogadas), a instalação e a verba, repassada pelo Governo Federal. O Conselho Estadual de Mulheres, por sua vez, participa com a capacitação do pessoal, a supervisão e a assistência técnica.

— A LBA sempre desenvolveu um trabalho de assistência às mulheres, mas agora iremos deslocar essa ajuda para a questão da violência contra a mulher. A ideia é levar a LBA à rua, ajudando na conscientização da população, e para isso vamos precisar que as próprias mulheres perciam o medo de con-

fessar a violência que sofrem nos seus lares. O Pró-Mulher prestará acompanhamento de todo o processo das Varas, indicará advogados, fornecerá registros, legalizará uniões, enfim, tentará reverter o quadro de extrema violência do qual as mulheres ainda são vítimas — disse Solange Amaral, que assumiu a Superintendência Regional da LBA há apenas uma semana.

O recrutamento do pessoal interessado em trabalhar no Pró-Mulher foi feito, segundo Solange, entre os próprios funcionários da LBA, visando principalmente às mulheres, com o objetivo de deixar as vítimas à vontade para contarem seus problemas. O primeiro passo do treinamento de todas as futuras funcionárias foi dado desde ontem e se encerrará hoje, no término do "Seminário para implantação do Pró-Mulher no Rio de Janeiro". Para o seminário, foram convidadas as titulares das Delegacias de Mulheres de São Paulo e do Rio de Janeiro, Rosemary Correa e Marly Preston, a Superintendente do Pró-Mulher do Sul, Mercedes Rodrigues, a representante do Instituto de Ação Cultural (IAC), Leila Linhares, e algumas assistentes sociais com experiência no assunto.

Violência diminuiu, mas ainda é preocupante

O Centro Pró-Mulher do Rio de Janeiro terá a colaboração das três únicas Delegacias de Mulheres existentes no Estado: uma no Centro do Rio, uma em Nilópolis e outra em Duque de Caxias, e da primeira Delegacia especializada em mulheres do País, a de São Paulo. Segundo Rosemary Correa, Delegada Titular da Delegacia de Mulheres de São Paulo, o quadro da violência contra as mulheres está diminuindo, mas ainda é preocupante.

As estatísticas elaboradas nos dois anos e nove meses da Delegacia de Mulheres de São Paulo concluem que grande parte dos agressores é de homens comuns, de todas as classes sociais, e que 90 por cento dos estupros são cometidos por pais contra suas filhas de até 10 anos de idade. Para Rosemary, que revela que 80 por

cento das mulheres que procuram a Delegacia não querem se separar, é importante que elas não sejam apenas um complemento do companheiro, mas que sejam suas auto-estimas.

— Não é preciso esperar que sua roupa para a mulher se dirija às delegacias especializadas e registrar sua queixa. A violência se caracteriza principalmente pelas proibições, ordens e ameaças, e a mulher não pode mais ser alvo do sentimento de propriedade dos homens. Nessa luta, todos os estímulos são importantes, inclusive a ação policial. A questão da violência é, antes de mais nada, um problema social, e não existem respostas individuais para os problemas sociais — afirmou Rosemary Correa.

Já a Delegada Marly Preston, da Delegacia de Mulheres do Rio

de Janeiro, considera que o mais difícil em todo esse trabalho são os rituais que sofrem as mulheres que trabalham diretamente nessas Delegacias. Muitas vezes recebem ameaças e quase sempre ouvem toda espécie de palavrões por parte dos acusados. Segundo ela, que trabalha com apenas uma viadora, uma assistente social, uma detetive inspetora e 30 policiais para cobrir todo o Município, as penas aos agressores variam de acordo com a gravidade da lesão corporal, antecedentes criminais e uma série de outras variantes sociais. De um modo geral, os crimes de lesão corporal são punidos de três meses a um ano; a violência sexual é punida com penas de três a seis anos e o atentado violento ao pudor (sexo feito à força) dá de três a seis anos de prisão.

22 • GRANDE RIO

O GLOBO

Mulheres espancadas

LUIZ CARLOS CASCON

O pedreiro João Alves, de 38 anos, chegou da rua bêbado e espancou sua mulher, Maria Aparicida Salomé Ramos, e a filha Cíntia, de 4 anos. Motivou a notícia e a mulher memoraram à abórego sua ordem de preparar dois novos queijos. A agressão aconteceu às 21h de terça-feira passada, exatamente no Dia Internacional da Mulher, numa pequena casa do lote 16 no bairro Pilar, em Duque de Caxias, Baixada Fluminense.

Casos como este, por mais frequentes e surreptícios que pareçam, são registrados diariamente nas três Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher do Estado, nos Municípios do Rio de Janeiro, Caxias e Niterói. O movimento feminista cresce em todo o País, a consciência da mulher brasileira amplia-se, mas este processo — como confirmam as estatísticas oficiais — ainda está muito restrito à chamada classe média intelectualizada. Na periferia, onde pouco se conhece sobre emancipação feminina, o quadro de violência familiar permanece o mesmo. A Delegacia da Mulher de Caxias, instalada em janeiro do ano passado, registrou, em pouco mais de um ano de existência, 760 casos de lesões corporais, uma média de 64 por mês.

— O pior é que este número não reflete a realidade. Em pelo menos 30 por cento dos casos, a mulher acaba desistindo de registrar a queixa. E sabe lá quantas mulheres estacionam nos maridos, companheiros e amantes sem verem aqui? — pergunta o Delegado Cláudio Ribeiro Filho, titular da Delegacia da Mulher de Caxias, que omenda 20 policiais, todos, como faz questão de frisar, dedicados, caprichosos e muito eficientes.

Reativadas pelo movimento feminista, as delegacias de mulher começaram a ser criadas na gestão do ex-Secretário de Polícia Civil Nilton Balista, em julho de 1986, com a instalação da primeira unidade no Rio. Em seguida, foram inauguradas as de Niterói e Caxias. O volume de trabalho nessas três delegacias é cada vez mais intenso. As mulheres, aos poucos, vão deixando o constrangimento de falar e denunciar seus agressores, mesmo que esta atitude signifique o fim de seu casamento



Apesar disso, ainda há resistências dentro da própria Polícia quanto à utilidade dessas delegacias especializadas.

— A violência é contra todos, e não apenas contra as mulheres — costumam dizer os policiais.

Para o Delegado Marly Preston — a única no quadro da Polícia Civil do Estado do Rio —, essa resistência não vai impedir que novas delegacias de mulher sejam instaladas. Já tem sido se discutiram favoráveis do atual Secretário Hélio Saboya e não duvida de que outras unidades serão criadas.

— Estamos nas vésperas da realização de novos concursos para dete-

tivos e delegados. E muitas mulheres vão se inscrever e serão aprovadas.

Se depender de sua sugestão, o Secretário Hélio Saboya criará outras três delegacias no Rio, uma em cada região entre Itaboraí na Baixada e nas cidades mais importantes do interior. Entusiasmada com o trabalho das três delegacias, Marly Preston garante:

— Quanto mais a mulher denuncia, mais ela se fortalece. E como se fosse uma balança com peso e contrapeso. Se ela se omite, o número de agressores vai se tornando cada vez maior. E as novas delegacias representam justamente o espaço onde as mulheres queixam-se e recebem atendimento imediato.

Domingo, 13 de março de 1988

21

...: o drama continua

Miséria e violência: um trágico casamento

É às 22 horas de Política, formada em Direito e Ciências Econômicas, trabalha como dançarina e escritora. Ela, às 37 anos de profissão, atua na rua, no comércio direto ao crime, e atende a frente da investigação de casos complicados, como o da morte da estudante Mônica Guimarães, em 1983. Hoje, Marly Preston e Cláudia Ribeiro, duas policiais com trajetórias tão diferentes, têm algo em comum: lidam diariamente com delicadas traçadas, normalmente envolvendo casos em conflito, drama motivado pela miséria, o desemprego, o alcoolismo.

A Delegada Marly Preston e seu colega Cláudio Ribeiro divergem em muitos aspectos referentes ao trabalho das Delegacias de Mulher, mas concordam num ponto fundamental: quanto maior a pobreza, maior é o nível de violência familiar. Para se chegar a esta conclusão, basta ler o resumo das ocorrências de lesões corporais e ameaças, que lideram as estatísticas.

— As agressões do homem contra a mulher refletem muitas deficiências sociais, a começar pela miséria. Há também outros ingredientes, como a falta de informação, que leva a uma compreensão errada da relação familiar — observa Marly Preston.

— A história é quase sempre a

mesma: O sujeito sai do trabalho, revoltado com o baixo salário, encontra uma amiga e bebe uísqui, duas, três cachacas, vai para casa, e lá está a mulher, com os filhos em casa, faz sempre alguma coisa, a mulher reclama e começa a pascadaria — completa Cláudio Ribeiro.

A rotina policial de mais de um ano de trabalho tratando de casos sensíveis ainda não foi suficiente para eliminar a sensibilidade nos dois Delegados. A Delegada Marly Preston fica chocada quando chega um caso de estupro envolvendo menores e, principalmente, doentes mentais.

— A moça doente mental não consegue sequer discriminar a violência que sofre. É um tipo de caso muito triste e deprimente — disse o Delegado.

Ja Cláudio Ribeiro não se conforma quando uma mulher aparece nos marcos de engasamento e, ao perceber a dimensão daquela briga familiar, que vai acionar um processo e até em prisão, decide registrar a quebra. Daí para a mulher não faz o exame de corpo de delito e a acusação se torna nula por falta de materialidade.

— O pior de tudo é que aqui a mulher não perdona seu companheiro e vai agredir novamente, mais dias ou meses dias — conclui Cláudio.

Favela e periferia lideram estatística

As estatísticas confirmam: 90 por cento dos casos registrados nos três Delegacias de Mulher do Estado ocorrem na periferia e nas favelas. Algumas vezes, no entanto, a violência contra a mulher atinge as camadas sociais mais favorecidas.

Alguns desses casos, como a acusação, em maio de 1987, contra o então Procurador Geral de Justiça do Estado, Antônio Carlos Bispo, de que teria espancado sua mulher, Zena Bispo, foram no âmbito da fôrea política ou das colunas sociais. Outros atingem proporções trágicas, como o crime de que foi vítima a estudante Nicia de Alencar, assassinada a tiros pelo marido, o médico Antônio de Alencar e Silva.

Há também os escândalos de briga entre homens e mulher que não chegam aos livros de registro das delegacias. Em março de 1987, por exemplo, o irmão do então Prefeito Marcelo Alencar, o empresário Maurício Alencar, agrediu, em pleno restaurante Astorino, na Lagoa, a advogada Kivlen Maia, irmã do economista César Maia, hoje Deputado Federal Constituinte.

Nas Delegacias de mulher, os casos de lesões corporais lideram as estatísticas. Em um ano e sete meses, a Delegacia da Mulher do Rio, a primeira a ser criada, registrou 800 casos de lesões corporais, em média de 46 por mês. Na de Caracas, criada em janeiro do ano passado, foram registrados até fevereiro deste ano 365 casos, 34 por mês, em média.

CÓPIAS DE VIDEO



é com a **EMBRVIDEO**

Duplicações e transferências em VHS, Betamax e VHS-C

Município fará concurso para professor de 1ª a 4ª séries

COBERTURA-DUPLEX COPACABANA

Linda, 450 m2, salão 72 m2, terraço 60 m2, 4 quartos (1 suite c/qto. vestir separado e banheiro em mármore), sala jantar, escritório, lavanderia, amplos armários, 2 vagas. Indevassável, próximo futura estação Metrô. Chave com porteiro. Rua Tonele-

Halber, Agressões, BR

JORNAL DO BRASIL
11 de Junho de 1988

Crise fez crescer violência contra as mulheres em 1988

BRASÍLIA — A violência contra as mulheres aumentou este ano e um dos principais motivos foi a crise econômica. A conclusão é do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que se baseou em relatórios enviados por delegacias de defesa da mulher de todo o Brasil.

Goiânia detém o recorde de atendimentos a mulheres espancadas — 96.467. Apenas 1.521 delas, entretanto, registraram queixas na polícia. Em São Luís, no Maranhão, a delegada Daay Aparecida Gomes Ferreira recebeu 2.930 ocorrências, mas da metade por lesões corporais (provocadas por machucados, latiradas ou espancamentos) e 315 estupros. "Nos últimos seis meses aumentou sensivelmente o número de mulheres de classe média que vêm nos procurar. Como dona de casa, elas dependem financeiramente do marido. A renda está diminuindo e o homem descarrega seus problemas, gerados pela crise, na mulher", observou a delegada.

A coordenadora da Comissão de Combate à Violência do conselho, Carmen Souto de Oliveira, concorda em parte com a delegada, mas ressalva: "A crise econômica pode agravar a situação, mas a violência específica contra a mulher é crônica". Segundo ela, "a violência do sistema é contra o trabalhador e não se resolve, deslocando-se para a mulher".

A delegada Vera Regina Zaccareggi, de Carlos do Sul (RS), acha que a cidade de São Luís tem razão. "Apesar de nossa delegacia existir há apenas seis meses, nós podemos acompanhar o aumento de denúncias de gente da classe média, que antes não tinha coragem de nos procurar. Durante esses meses, registramos 1.107 ocorrências, mas da metade por lesões corporais. Constatamos também que em 80% a 90% dos casos, as mulheres declararam que os homens estavam bêbados".

Porto Alegre informou que 5,5% mulheres procuraram a delegacia, mas apenas 2.988 registraram queixas. Nesse ano, diminuiu o atendimento a casos de violência — 4.901 —, mas as ocorrências chegaram a 4.274. A delegacia de Minas recebeu 7.257 queixas. Em Recife, o número de atendimentos foi de 2.788, e o de queixas registradas, de 1.515.



Carmen Souto de Oliveira considera bom o desempenho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e de suas delegacias espalhadas por todo o Brasil. "É uma pena que ainda não contamos com uma delegacia em Teresina. Passou estar havendo uma certa resistência por parte do governo local para abrir uma representação. Estamos tentando manter contatos com o secretário de Segurança do Piauí, mas não estamos tendo retorno".

O secretário de Segurança Pública do Piauí, coronel Jairo de Carvalho, disse que as instalações da delegacia já estão prontas. "Até o dia 10 de junho pretendo encaminhar um projeto de lei para a reestruturação da Polícia Civil e, a partir daí, podemos nos ocupar das mulheres. Até o momento não podemos fazer nada porque, primeiro, os policiais estão em a Assembleia Legislativa durante a campanha eleitoral e, agora, todos estão em recesso".

26 NOV 1985

P. 2 COLUNA 2

Mulheres vão à rua fazer campanha contra violência

BRASILIA — A Campanha Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher vai de rua, a partir de 2 de dezembro, e o primeiro ato público será em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, numa homenagem à Vereadora Irmênia Mendes, da cidade de Patrocínio, que se matou após ter sido seqüestrada e estuprada.

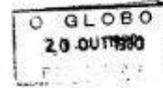
A decisão foi tomada ontem se a manifestação promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, marcada por denúncias de agressões — como espancamentos e estupros, principalmente incestuosos — e troca de experiência entre representantes de grupos feministas de 13 Estados.

Em Uberlândia será feita a primeira manifestação de rua, em memória de Irmênia Mendes, que de acordo com o laudo da perita não conseguiu para chamar a atenção

de um amante. A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ruth Escobar, afirma, no entanto, que o crime foi político e "as mulheres não aceitarão a maneira institucionalizada".

A campanha incluirá a divulgação de uma cartilha tratando todos os aspectos da violência contra a mulher, e ainda um documentário e outra peça a ser divulgada pela TV em horários gratuitos.

Uma das participantes do seminário, a delegada Rosemary Corrêa, da Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo, disse que em três meses o ramo de funcionamento a nova repartição policial já atenderá a cerca de dez mil mulheres e creche de 150 se queixou de crimes, como estupro — 80 por cento deles cometidos em famílias de classe média e alta.



Feministas criam em São Paulo SOS Mulher

SÃO PAULO (O GLOBO) — A mulher espancada pelo marido, agredida na rua, discriminada no emprego ou estuprada já tem a quem recorrer. Desde a última segunda-feira o SOS Mulher atende pelo telefone: 833-3530, das 19 às 22 horas, para dar solidariedade e todo o tipo de ajuda às mulheres que forem vítimas destas violências.

Por iniciativa dos grupos feministas de São Paulo foi organizada uma comissão de psicólogas, médicas, advogadas e sociólogas, especialmente para discutir a questão da violência contra a mulher e descobrir soluções para o problema.

Após dois meses de debates, esse grupo autodenominado "comitê contra a violência à mulher" resolveu criar o SOS Mulher com três objetivos: denunciar os casos de violência, oferecer assistência, prestar ajuda no momento em que a mulher sofre a violência; e fazer uma campanha de conscientização para demonstrar que estes fatos não devem ser encarados como normais.

Embora até o momento, o SOS Mulher seja conhecida apenas entre as cerca de 100 participantes das 54 entidades de mulheres existentes em São Paulo, suas organizadoras acreditam que não faltará trabalho.

— Não temos dados sobre o número de mulheres espancadas ou estupradas, mas seguramente os casos são muito frequentes de que se imagina, disse a feminista independente Raquel Moraes, uma das integrantes do SOS Mulher, citando como exemplo o livro publicado na Inglaterra "Grife baixo, sendo e vítima ou não", que constata o alto índice de mulheres inglesas que apalham do marido.

Mesmo antes de ter iniciado seu plano de trabalho, o SOS foi informado sobre espancamentos, mas as vítimas sempre pedem sigilo e seguem-se a fazer qualquer denúncia como, aliás, ocorre em quase todos os casos de estupro.

— As mulheres têm vergonha de aparecer como espancadas e estupradas —

explata a feminista Maria Aparecida Schumacher, que participa do SOS Mulher como representante do Centro da Mulher Brasileira — Além de mais, sempre que faz a denúncia, ela é considerada responsável pelo que aconteceu. Não falta alguém para dizer que alguma ela aproveitou.

Contudo ao contrário do que se poderia imaginar, estas exageradas manifestações do direito de honra sobre a mulher não são um privilégio das populações menos esclarecidas. Para provar que o espancamento da esposa pelo marido ocorre em todas as camadas sociais, arquivando portanto a luta das mulheres contra a violência, Raquel e Maria Aparecida contam um caso que ocorreu há 15 dias.

Segundo elas, um pesquisador intelectual paulista, renomado filósofo e professor universitário, bateu com tal violência em sua mulher que chegou a furar o timpão do seu ouvido direito. Mas, como a mulher recorreu às feministas apenas para pedir apoio, orientação, o nome de conhecido professor e marido em segredo.

Maria Aparecida e Raquel também citam o caso de um líder sindical que espancou a mulher, porque ela veio de ficar em casa cuidando da roupa e da comida, contra a vontade. Entre dois exemplos levam as feministas a concluir que, se entre pessoas mais conscientes ocorrem estes fatos, a situação deve ser ainda mais grave para aqueles com tradicionais preocupações sociais e de mais baixo nível cultural.

De Raquel Moraes, que "em muitos casos o homem comete agressão contra a mulher achando que está no seu direito, sem perceber que não são completamente injustificados". Por isso, ela considera "essencial uma campanha de conscientização do homem e, fundamentalmente da mulher, que por ser vítima deve ser a primeira a lutar contra esta situação".

E com base nestes exemplos, que o SOS Mulher costuma trazer ao fim de si, libelo e da curiosidade, pedindo que elas não cheguem a um beco sem saída, procurando estas orientações e ajuda para serem firmes e submissas e as punições garantidas.

Conselho quer acabar violência contra a mulher

BRASÍLIA — O Conselho Nacional de Direitos da Mulher lança hoje as bases de uma campanha nacional de combate à violência contra a mulher. Decididas a reverter o atual quadro de comportamento a que estão expostas, conselheiras, advogadas e delegadas que participam do encontro irão traçar uma linha de ação comum a todos os Estados, para conscientizar homens, mulheres e o próprio Governo, na tentativa de evitar que as mulheres continuem sendo vítimas da violência doméstica, da violência da sociedade e das discriminações existentes na própria legislação.

A coordenadora do encontro, Nilce de Souza, diz que o quadro de violência sempre existiu, mas nos últimos oito anos, em função da presença de grupos atuantes no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, as denúncias passaram a ser registradas. Os dados levantados — “assustadores”, segundo Nilce — dão conta de que, somente no Rio, no primeiro semestre deste ano, foram registrados mais de cinco mil casos de violência cometidos contra as mulheres, desde raptos, estupros, espancamentos até homicídios. Nilce reconhece que a tarefa de conscientização da sociedade passa a ação da sociedade não é fácil nem possível a curto prazo, porque pela modificação da relação familiar, que ainda tem o homem como chefe.

Plantão da mulher registra mais problemas de casais

Trinta e cinco mulheres foram atendidas ontem pelo Plantão de Assistência Judiciária que funciona às sextas-feiras, na Secretaria de Justiça. Reclamaram de espancamentos, agressões e ameaças, e 16 delas foram atendidas pela Defensora Pública Luciana Khair, em seus pedidos de assistência jurídica. A maioria queria a guarda dos filhos e registrar o abandono de lar por parte dos maridos.

Uma delas, há algumas semanas procurou o Plantão para reclamar de maus-tratos infligidos por seu companheiro, com quem vivia há cinco anos. Ele foi chamado pela Comissão

Especial de Defesa dos Direitos da Mulher e explicou que gostava da companheira, mas não casava porque não estava separado legalmente da primeira mulher. Ontem a ex-mulher esteve no Plantão de Defensoria Pública e concordou em dar início ao processo de divórcio.

Provisoriamente o Plantão está funcionando na Secretaria de Justiça, até a instalação da Central de Proteção e Segurança da Mulher, prometida pelo Secretário de Polícia Civil, Arnaldo Campana. Ele ainda não definiu, no entanto, a sua localização.